

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

FACULDADE DE MEDICINA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE E DESENVOLVIMENTO NA
REGIÃO CENTRO-OESTE

ALEX CAIÇARA DE ALBUQUERQUE

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATIVIDADES FÍSICAS DE LAZER PARA
PROMOÇÃO DA SAÚDE DISCENTE EM UNIVERSIDADES FEDERAIS NA
REGIÃO CENTRO-OESTE, BRASIL**

CAMPO GRANDE

2025

ALEX CAIÇARA DE ALBUQUERQUE

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATIVIDADES FÍSICAS DE LAZER PARA
PROMOÇÃO DA SAÚDE DISCENTE EM UNIVERSIDADES FEDERAIS NA
REGIÃO CENTRO-OESTE, BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste, da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste. Linha de Pesquisa: IV. Avaliação de tecnologias, políticas e ações em saúde.

Orientador: Prof. Dr. Junior Vagner Pereira da Silva.

CAMPO GRANDE

2025



Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Coordenadoria de Pós-Graduação (CPG/PROPP)
Programa de Pós-Graduação em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste



Ata de Defesa de Dissertação
Programa de Pós-Graduação em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste
Mestrado

Aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco, às treze horas, na Videoconferência, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos membros: Junior Vagner Pereira da Silva (UFMS), Hélder Ferreira Isayama (UFMG) e Tania Mara Vieira Sampaio (IFG), sob a presidência do primeiro, para julgar o trabalho do aluno: ALEX CAIÇARA DE ALBUQUERQUE, CPF ***.420.811-**, Área de concentração em Saúde e Sociedade, do Programa de Pós-Graduação em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste, Curso de Mestrado, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, apresentado sob o título "POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATIVIDADES FÍSICAS DE LAZER PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE DISCENTE EM UNIVERSIDADES FEDERAIS NA REGIÃO CENTRO-OESTE, BRASIL" e orientação de Junior Vagner Pereira da Silva. O presidente da Banca Examinadora declarou abertos os trabalhos e agradeceu a presença de todos os Membros. A seguir, concedeu a palavra ao aluno que expôs sua Dissertação. Terminada a exposição, os senhores membros da Banca Examinadora iniciaram as arguições. Terminadas as arguições, o presidente da Banca Examinadora fez suas considerações. A seguir, a Banca Examinadora reuniu-se para avaliação, e após, emitiu parecer expresso conforme segue:

EXAMINADOR(A)	ASSINATURA	AValiação
Dr. Junior Vagner Pereira da Silva (Interno) Presidente da Banca Examinadora	 Documento assinado digitalmente JUNIOR VAGNER PEREIRA DA SILVA Data: 04/09/2025 09:07:46-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br	☒ Aprovação ☐ Aprovação c/ revisão ☐ Reprovação
Dr. Hélder Ferreira Isayama (Externo)	 Documento assinado digitalmente HELDER FERREIRA ISAYAMA Data: 02/09/2025 16:16:22-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br	☒ Aprovação ☐ Aprovação c/ revisão ☐ Reprovação
Dr. Joel Saraiva Ferreira (Externo) (Suplente)		☐ Aprovação ☐ Aprovação c/ revisão ☐ Reprovação
Dra. Tania Mara Vieira Sampaio (Externo)	 Documento assinado digitalmente TANIA MARA VIEIRA SAMPAIO Data: 01/09/2025 15:01:46-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br	☒ Aprovação ☐ Aprovação c/ revisão ☐ Reprovação

RESULTADO FINAL: ☒ APROVAÇÃO ☐ APROVAÇÃO COM REVISÃO ☐ REPROVAÇÃO

OBSERVAÇÕES: _____

 Documento assinado digitalmente
ALEX CAIÇARA DE ALBUQUERQUE
Data: 01/09/2025 12:21:27-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do(a) Aluno(a)

Nada mais havendo a ser tratado, o(a) Presidente declarou a sessão encerrada e agradeceu a todos pela presença.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus pela oportunidade, por estar comigo durante todo esse processo de formação e por ter me guiado.

Primeiramente quero agradecer à professora Nilva Maria Rodrigues, minha professora de Química no ensino médio, que enxergou potencial em mim e me incentivou, mesmo quando eu era apenas aquele guri que queria matar aula e jogar futsal. Obrigado pelos puxões de orelha. Hoje sou quem sou pela sua visão ampliada de quem eu poderia me tornar. Sou grato por tudo o que a senhora fez por mim, uma verdadeira mãezona na época da escola. Uma profissional na área da educação como a qual busco me tornar todos os dias.

Agradeço, em especial, aos grandes amigos que fiz durante esse processo: Kamila Paixão e Gilberto Filho. Compartilhamos momentos de alegria, tensão e apoio, que foram fundamentais em todo esse caminho. Tenho certeza de que, se não fosse por vocês, não teríamos concluído esse projeto.

Agradeço também aos meus irmãos do Programa de Educação Tutorial, em especial André Augusto e Guilherme Mota. Além disso, não posso me esquecer de Bianca Vieira, Karyn Paixão e João Victor, amigos da Iniciação Científica que tive o prazer de auxiliar e que, ao mesmo tempo, me apoiaram durante esse processo.

Agradeço à minha mãe, Dona Letice Albuquerque, por me ensinar a ser uma pessoa responsável, dedicada e disciplinada em tudo o que nos propomos a fazer. Sua firmeza e dedicação moldam a minha vida todos os dias. Sou grato a Deus pela mulher forte que a senhora é na minha vida. Te amo muito! Não posso deixar de mencionar meu irmão, Allan Albuquerque, pelas reflexões, conselhos, brigas, discussões e apoio durante todo esse processo. Seu exemplo de dedicação e trabalho duro sempre me inspira a escolher o melhor caminho.

Agradeço ao Prof. Dr. Junior, meu orientador, por todo esse processo, que soma mais de cinco anos de formação e trabalho intenso. Sou grato pelos conselhos, pelas correções, pelas risadas, pela sua vida e por tudo o que vivenciamos juntos durante essa caminhada.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo fomento à pesquisa e pela concessão da bolsa, que me possibilitou dedicar-me integralmente aos estudos e à elaboração desta dissertação.

RESUMO

O ingresso no ensino superior é marcado por inúmeras mudanças na vida cotidiana. Nas últimas duas décadas, o perfil dos estudantes das universidades federais tem se caracterizado por indivíduos que acumulam atividades acadêmicas e laborais, o que impacta diretamente na vivência das práticas de atividade física de lazer, essas atividades proporcionam benefícios físicos, psicológicos, sociais, afetivos e políticos. Contudo, o envolvimento com tais experiências ocorre de forma desigual, uma vez que múltiplos fatores ecológicos atuam como barreiras. Diante disso, o objetivo da pesquisa foi analisar as políticas públicas de atividade física de lazer voltadas aos discentes e sua relação com a promoção da saúde em universidades federais localizadas na região Centro-Oeste. Especificamente, buscou identificar a existência de programas de atividade física de lazer direcionados à promoção da saúde discente; analisar a origem dos programas desenvolvidos; e examinar as possibilidades e limitações desses programas em contribuir para a promoção da saúde. Trata-se de um estudo qualitativo, com análises transversais e longitudinais, de caráter exploratório e documental. Foram examinadas as Diretrizes do Programa Segundo Tempo Universitário (2009 a 2023), a Política Nacional de Assistência Estudantil, o Plano de Desenvolvimento Institucional, e a Carta de Serviços aos Usuários, além das normas que regem a política de esporte e atividades físicas de lazer dentro do recorte temporal de 2020 a 2024, nas universidades federais da região Centro-Oeste do Brasil. O Programa Segundo Tempo Universitário apresenta caráter inovador e relevante para as atividades físicas de lazer voltadas ao público estudantil, com potencial para reduzir a barreira da falta de tempo. Contudo, a diminuição do número de beneficiários constitui uma limitação importante. O programa mantém foco no desenvolvimento integral, incorporando objetivos relacionados à promoção da saúde, à adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e à redução do sedentarismo em 2020. Apesar disso, seu alcance é restrito e seletivo, estando presente em apenas poucas universidades. A continuidade também é limitada, já que a maioria das instituições foi contemplada pelo programa apenas uma vez. No âmbito da Política de Assistência Estudantil, o esporte está previsto nas normativas da UFGD, UFCat, UFJ e UFG, mas ausente nas demais. Entre as áreas contempladas, apenas a moradia estudantil e a alimentação estão presentes em todas as instituições analisadas. Foram identificadas 24 ações, com predominância das atividades físicas de lazer registradas no Plano de Desenvolvimento Institucional, na Carta de Serviços e nas normativas internas. O principal tipo de fomento identificado foi a prestação de serviços, com predominância de ações esporádicas. Conclui-se que, embora existam iniciativas voltadas às práticas de atividades físicas de lazer, sua ocorrência ainda é heterogênea. Enquanto algumas instituições apresentam índices elevados, outras realizam poucas ou nenhuma ação. Mesmo com a utilização de mecanismos como o Programa Segundo Tempo Universitário e a Política Nacional de Assistência Estudantil, as iniciativas permanecem limitadas, evidenciando a ausência de uma fonte específica de financiamento e de uma política estruturada para sua consolidação. Em grande parte dos casos, tais ações são pontuais e de curta duração, o que compromete seu desenvolvimento contínuo e impacta diretamente a promoção da saúde discente por meio da prática da atividade física de lazer.

Palavras-chaves: Políticas Públicas; Atividade Física de Lazer; Promoção da Saúde.

ABSTRACT

Entering higher education is marked by numerous changes in everyday life. Over the past two decades, the profile of students at federal universities has been characterized by individuals who balance both academic and work-related activities, which directly impacts their engagement in leisure-time physical activity. Such activities provide physical, psychological, social, emotional, and political benefits. However, participation in these experiences occurs unevenly, as multiple ecological factors act as barriers. In this context, the objective of the research was to analyze public policies on leisure-time physical activity aimed at students and their relationship with health promotion in federal universities located in the Midwest region of Brazil. Specifically, it sought to identify the existence of leisure-time physical activity programs directed toward student health promotion; to analyze the origins of the programs developed; and to examine the possibilities and limitations of these programs in contributing to health promotion. This is a qualitative study, with cross-sectional and longitudinal analyses, of an exploratory and documentary nature. The research examined the guidelines of the University Second Half Program (2009 to 2023), the National Student Assistance Policy, the Institutional Development Plan, and the User Service Charter, in addition to the regulations governing sports and leisure-time physical activity policies, within the time frame of 2020 to 2024, in federal universities in Brazil's Midwest region. The University Second Half Program presents an innovative and relevant approach to leisure-time physical activity for students, with the potential to reduce the barrier of lack of time. However, the decline in the number of beneficiaries constitutes a significant limitation. The program maintains a focus on comprehensive development, incorporating objectives related to health promotion, the adoption of a physically active lifestyle, and the reduction of sedentary behavior as of 2020. Nevertheless, its reach is limited and selective, being present in only a few universities. Continuity is also restricted, as most institutions benefited from the program only once. Within the scope of the Student Assistance Policy, sports are included in the regulations of UFGD, UFCat, UFJ, and UFG, but absent in the others. Among the areas contemplated, only student housing and food services were present in all institutions analyzed. A total of 24 initiatives were identified, with a predominance of leisure-time physical activity actions registered in the Institutional Development Plan, the User Service Charter, and internal regulations. The main type of support identified was service provision, with a predominance of sporadic activities. It is concluded that, although there are initiatives aimed at leisure-time physical activity, their occurrence remains heterogeneous. While some institutions present high levels of activity, others develop few or none. Even with mechanisms such as the University Second Half Program and the National Student Assistance Policy, initiatives remain limited, highlighting the absence of a specific funding source and a structured policy for consolidation. In most cases, such actions are punctual and short-lived, which undermines their continuous development and directly impacts the promotion of student health through leisure-time physical activity.

Keywords: Public Policies; Leisure Physical Activity; Health Promotion.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. REVISÃO DE LITERATURA	15
2.1 ATIVIDADES FÍSICAS DE LAZER E PROMOÇÃO DA SAÚDE	15
2.1.1 POSSIBILIDADES AMPLIADAS A PARTIR DAS ABORDAGENS HOLÍSTICA, ECOLÓGICA/SOCIOAMBIENTAL	15
2.2 LIMITAÇÕES DAS VERTENTES CONSERVADORAS DE ATIVIDADE FÍSICA DE LAZER E SUAS IMPLICAÇÕES À PROMOÇÃO DA SAÚDE	21
2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS: ASPECTOS CONCEITUAIS	26
2.4 ENSINO SUPERIOR NO BRASIL COMO POLÍTICA SOCIAL	32
2.5 ESTRUTURA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL E O FINANCIAMENTO NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	35
3. RESULTADOS	42
3.1 ARTIGO 1	43
3.2 ARTIGO 2	63
3.3 ARTIGO 3	79
3.4 ARTIGO 4	103
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
REFERÊNCIAS	133

1. INTRODUÇÃO

O acesso ao Ensino Superior (ES) no Brasil foi ampliado mundialmente nas últimas décadas, evoluindo de 28,6 milhões (1970) para 152,5 milhões (2007), sendo mais intenso a partir de 2000 (Unesco, 2009). No Brasil, movimento similar ocorreu a partir da década de 1990 através de instituições privadas de pequeno porte (Segenreich; Castanheira, 2009) e, posteriormente a 2007, via Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) que, impulsionadas pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras, ampliou de 39 (2007) (Inep, 2015) para 58 (2010) (Inep, 2015), chegando a 68 universidades em 2022 (Inep, 2022) e 69 em 2023 (Andifes, 2025). A democratização ao acesso ao ES apresentou-se como um mecanismo positivo de inclusão das variadas classes sociais e etnias, englobando uma gama de aspectos culturais e realidades distintas (Lima; Malange; Borges, 2018).

Em que pese importante e relevante para a capacitação profissional, inclusão social e qualificação de serviços, o ingresso na universidade ocorre junto ao processo de transição da adolescência para a vida adulta, trazendo consigo mudanças substanciais (Teixeira *et al.*, 2008) e que afetam aspectos sociais no âmbito acadêmico, pessoal e familiar (Kaji *et al.*, 2021). Além disso, o sentimento de realização, satisfação da escolha do curso e o ingresso na universidade desejada pode ser influenciado pela falta de recursos pessoais, dificuldades acadêmicas básicas, a inexatidão de um projeto de carreira profissional e a falta de apoio institucional (Igue; Bariani; Milanesi, 2008). Portanto, a adaptação dos estudantes é influenciada por fatores relacionados ao desenvolvimento psicossocial e ao contexto acadêmico (Almeida; Soares; Ferreira, 2000).

Em relação ao contexto acadêmico, a estrutura do meio universitário é menor em relação ao ambiente escolar. A autonomia e a tomada de decisões perpassam em sua totalidade pelo indivíduo para sua formação profissional. Portanto, a vida acadêmica no ES é o início de um novo ciclo no qual o indivíduo passa a ter maior autonomia sobre as disciplinas acadêmicas, tarefas domésticas (para aqueles que moram sozinhos), trabalho e transporte (Teixeira *et al.*, 2008). Essas mudanças ocorrem em um contexto de vulnerabilidade devido a fase de desenvolvimento a qual os estudantes se encontram (transição biopsicossociais) e contexto (ambiente de pressão voltado para as questões da vida acadêmica e a incerteza do futuro profissional) (Mota; Pimentel; Mota, 2023).

Com o ingresso ao ES, modificações também ocorrem em relação aos laços sociais

consolidados, seja pela mudança de cidade, dado a muitos serem aprovados em cursos em cidades diferentes as de origem, sobretudo, a partir da criação do Sistema de Seleção Unificada (Lima; Malange; Borges, 2018) ou transformações no tempo social em decorrência das tarefas acadêmicas (Martineli; Ribeiro; Silva, 2023), impactando, por vezes, de modo negativo em diversas esferas e aspectos da vida dos estudantes.

A falta de estabelecimento de relações interpessoais com outros acadêmicos, por vezes, resulta na desistência do curso e abandono do ES (Casanova; Bernardo; Almeida, 2021). Portanto, os laços afetivos com colegas, as relações interpessoais com os professores e a participação em atividades extraclasse são imprescindíveis no processo de adaptação do indivíduo (Teixeira *et al.*, 2008). Por outro lado, acadêmicos que possuem suporte familiar apresentam uma rede de apoio maior, mecanismo positivo para essa transição (Alpes; Francisco; Wolf, 2020).

Em relação às tarefas acadêmicas, para obtenção do título no curso escolhido, o indivíduo é submetido à organização da semestralização, que pode ser de períodos específicos ou integral (Martineli; Ribeiro; Silva, 2023). Em conformidade com a matriz curricular do curso de graduação pleiteado, é necessário o cumprimento de créditos de no mínimo 2.400 horas e, no máximo, 7.200 horas, respectivamente, de 2 a 7 anos (Brasil, 2007). Em relação a essa carga necessária para obtenção do diploma, existem queixas relacionadas ao tempo reduzido para estudos, que acaba refletindo negativamente no rendimento acadêmico em decorrência de gerar nervosismo (Casanova; Bernardo; Almeida, 2021) e ansiedade (Mota; Pimentel; Mota, 2023), trazendo prejuízos à saúde e influenciando negativamente nesse processo.

Entretanto, além da carga horária destinada ao cumprimento dos créditos e estudos com as disciplinas obrigatórias, os alunos de IFES perpassam outra realidade, sobretudo aqueles que possuem renda mensal *per capita* de até um salário-mínimo e meio, que representam 70.2% da população dos estudantes de IFES brasileiras (Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis [Fonaprace], 2019).

Diante das consequências advindas da vulnerabilidade social e política, um dos mecanismos para o afastamento dessa realidade é a inserção no mercado de trabalho. De acordo com Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (2019), os universitários de IFES que trabalham ou estão à procura de emprego representam, respectivamente, 29.9% e 40.6% dos matriculados, o que influencia negativamente na

disponibilidade de tempo.

Esse grupo, em específico, se enquadra como pessoas que apresentam vulnerabilidade, entendida como “[...] um grupo de pessoas momentaneamente incapazes de exercer sua liberdade por uma contingência física, ou por conseqüências [*sic*] “naturais” do percurso da vida, quanto a um outro grupo que também se mostra incapaz, mas por conseqüências [*sic*] “sociais” e “políticas” (Arán; Peixoto Júnior, 2007, p. 850). A ocupação profissional de estudantes que não apresentam uma realidade econômica elevada é de extrema necessidade, tendo em vista a complementação da renda e, mesmo que o estudante volte o seu tempo gasto nas demandas acadêmicas, é um fator que pode ocasionar um prejuízo na qualidade de vida familiar (Carvalho; Cardoso, 2022).

Como consequência, acadêmicos em vulnerabilidade socioeconômica acabam abandonando o curso ou procedendo a troca de instituição devido à procura de uma ocupação profissional para complemento de renda familiar (Casanova; Bernardo; Almeida, 2021). Essa realidade não é apenas vista no contexto brasileiro, pois Cerón Bedoya *et al.* (2023) também observaram que 64.90% dos acadêmicos de universidades públicas da Colômbia apresentavam perfil de estudante trabalhador, seja em meio período ou a jornada de trabalho integral.

Outro efeito para os estudantes que apresentam o perfil de trabalhadores é o pouquíssimo tempo de envolvimento na fixação dos conteúdos aprendidos nas disciplinas cursadas, integração social e a participação em projetos extracurriculares. Frente a essa realidade, os estudantes utilizam seus horários vagos, pausas para o almoço e troca entre as aulas na universidade para o cumprimento das atividades acadêmicas que precisam ser realizadas (Carvalho; Cardoso, 2022).

Além das disciplinas curriculares e o investimento de parte do tempo com o trabalho (ou a procura de trabalho), há aqueles que residem a mais de 5 a 10 km (25.01%) e 10 a 50 km (32.1%) de distância da universidade e se deslocam por meio de transporte público (51.04%) ou transporte próprio (16.1%) (Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis [Fonaprace], 2019). O deslocamento dos acadêmicos também acaba influenciando no gerenciamento do tempo, pois como evidenciado por Vieira e Silva (2021), quanto mais tempo é gasto no deslocamento (casa-trabalho-casa) em transporte público, mais a falta de energia e o cansaço físico atuam como barreiras.

Como consequência, o ingresso em universidades tem incidido sobre a diminuição do

tempo disponível e nas experiências com lazer, exercícios físicos, alimentação, sono (Mendonça *et al.*, 2019) e Atividades Físicas de Lazer (AFL) (Silva, 2022b). Isto porque, a disponibilização de tempo no contexto da vida diária é um fator determinante para a realização das AFL, atividades essas que, segundo Silva (2022a, p. 553), consistem em

[...] ações humanas frente ao tempo disponível com experiências diversas que envolvem o movimento, independente da intensidade e duração da mesma, ou seja, não se limitam aos esportes ou as atividades físicas de elevado gasto energético (moderadas ou vigorosas), podendo, inclusive, jogos, brincadeiras, danças, conscientização corporal, dentre outras, serem contempladas. Podem ser realizadas de forma não sistematizada, com frequência eventual (eventos, amistosos, competições) ou sistematizada, com frequência contínua e planejada (projetos, programas, academias, clubes, dentre outros).

Com o ingresso na universidade há um comprometimento grande com variadas atividades acadêmicas, fazendo com que a prática de AFL seja negligenciada (Rico-Díaz *et al.*, 2019). Quanto mais elevadas são as horas investidas em atividades acadêmicas, na mesma proporção ocorre a diminuição dos níveis de AFL (Rangel-Caballero; Rojas-Sánchez; Gamboa-Delgado, 2015).

As barreiras situacionais (clima desconfortável, excesso de trabalho, obrigações familiares e estudo) figuram como principais influências negativas na adesão à prática de AFL entre universitários estaduais da Bahia (Sousa; Fonseca; Barbosa, 2017). Estudo desenvolvido com alunos da graduação do curso de Educação Física de instituições privadas e públicas do Ceará evidenciou dados semelhantes, pois as principais barreiras enfrentadas foram o tempo dedicado aos estudos, jornada de estudos extensa, tarefas domésticas, falta de recurso financeiros e compromissos familiares (Braga; Alves;; Souza, 2022). Além disso, universitários de Educação Física de uma universidade pública em Florianópolis indicaram que a jornada de trabalho extensa figurava como principal barreira à prática de AFL (Pinto *et al.*, 2017).

Por sua vez, o conflito de horários de aula da graduação com a modalidade ofertada, cobranças de taxas e o consumo do tempo social foram apontados como as principais barreiras à permanência ou motivos para evasão de um programa federal de AFL em uma IFES no Mato Grosso do Sul (Silva; Reverdito, 2023). Adicionalmente, a falta de energia também foi citada dentre as principais barreiras a essa problemática (Pinto *et al.*, 2017).

Quadro semelhante tem sido evidenciado na literatura internacional, o que indica que a falta de tempo figura como principal barreira às AFL de universitários de outros países. No

Chile, as barreiras evidenciadas foram a falta de tempo, a falta de vontade, não possuir habilidades específicas e um condicionamento físico inadequado (Norambuena *et al.*, 2021); na Espanha, a falta de tempo (Peñarrubia-Lozano *et al.*, 2020), na Colômbia, a falta de tempo, a falta de disposição, as influências sociais e o medo de lesão, ter pouca ou nenhuma habilidade específica, os custos para realização e a falta de companhia (Castellanos *et al.*, 2018).

Ademais, os fatores limitantes às AFL relacionados às barreiras situacionais tendem a aumentar conforme o avanço da semestralização (Sousa; Fonseca; Barbosa, 2017) e períodos específicos, como os de avaliações. No período de exames ocorreu uma queda na prática de AFL e um aumento no estresse. Esses índices são maiores quando os estudantes apresentam outras tarefas (acadêmicas, domésticas ou emprego) (Muñoz Donoso *et al.*, 2023).

No Brasil, os acadêmicos dos últimos períodos da graduação apresentaram maior predominância em relação às barreiras de AFL, podendo ser explicado pela preocupação na inserção no mercado de trabalho, participação em estágios e projetos de conclusão de curso (Sousa; Fonseca; Barbosa, 2017). Essa realidade não afeta apenas o cenário brasileiro, pois os achados também foram observados em universitários no Chile, na qual os acadêmicos do primeiro ano têm maior participação em AFL, ocorrendo queda gradativa nos níveis com o avançar no curso, sendo os alunos do quarto ano os que apresentaram os menores níveis (Cumillaf *et al.*, 2022).

As barreiras apresentadas acabam refletindo negativamente nas vivências de AFL, influenciando no estado de bem-estar integral do indivíduo (Pitanga, 2002), como o físico (Fontes; Vianna, 2009; Sousa; José; Barbosa, 2013), mental (Oliveira *et al.*, 2022; Toti; Bastos; Rodrigues 2010) e social (Guedes; Legnani; Legnani 2013; Silva *et al.*, 2010). Dessa forma, a AFL na perspectiva holística consiste em um mecanismo importante para o desenvolvimento integral dos estudantes, vez que pode contemplar aspectos biofisiológicos, sociais, psicológicos, cognitivos, políticos (Piggin, 2020).

Ainda, pode resultar em benefícios à saúde psicológica, visto que universitários que apresentaram vivência com AFL há mais de seis meses e contam com Índice de Massa Corporal normal, apresentaram melhor controle em relação ao estresse, lazer/bem-estar e suas relações (Guedes; Legnani; Legnani, 2013). A presença da ansiedade e depressão em universitários era mais frequente entre os insuficientemente ativos no lazer quando comparados aos fisicamente ativos (Toti; Bastos; Rodrigues, 2018). Universitários fisicamente

ativos apresentaram menor índice de ansiedade, depressão (Azevedo *et al.*, 2020) e melhor estado de bem-estar (Alves; Precioso, 2022).

Ademais, estudantes da Universidade Católica de Pelotas fisicamente ativos no lazer demonstraram ter relações sociais maior do que aqueles que são insuficientemente ativos, sendo o aspecto social positivo proveniente das interações pessoais proporcionadas pela prática de AFL (Silva *et al.*, 2010). Estudantes envolvidos com AFL tem apresentado melhoras na competência socioemocional e de autoestima (Liu *et al.*, 2023), melhora da adaptabilidade social em diferentes contextos (Xu *et al.*, 2025; Han *et al.*, 2025), estabelecimento de novos laços sociais (Gao *et al.*, 2025), ampliação da rede de apoio e suporte social comunitária (Gao *et al.*, 2024; Wang *et al.*, 2024) e melhora na qualidade de vida (Melo *et al.*, 2016; Silva *et al.*, 2021).

Portanto, o envolvimento com a AFL deve ser compreendido de forma holística, vez que a partir dessa compreensão a importância das mesmas não se restringem aos benefícios do gasto energético, mas também seus efeitos emocionais, sociais, culturais e políticos. As AFL podem resultar em experiências multifacetadas, que se manifestam em diferentes espaços e contextos, influenciando e sendo influenciada por interações, emoções, ideias, normas e vínculos sociais. Além de romper com as ideias tradicionais por meio da promoção de igualdades estruturais, participação democrática, prazer e equidade (Dellacasa; Oliver, 2024), a abordagem holística de AF contempla o movimento individual e coletivo em contextos específicos, marcados por interesses, emoções, ideais, instruções e relações sociais, assumindo sentidos de contemplação ou relaxamento em alguns casos, revigorante e sociável em outros (Piggin, 2020).

Diante dos benefícios possíveis de serem alcançados por intermédio do contato com experiências relacionadas às AFL, o acesso a essas vivências devem ser oportunizado no contexto universitário por meio de atividades extracurriculares. Segundo Silva e Reverdito (2023), programas de AFL gratuitos na universidade e as condições do contexto se tornam mecanismos positivos para que os estudantes, em seu tempo disponível, venham a dispor de melhores condições para se engajar.

Mediante ao exposto, considerando os fatores que afetam a diminuição do tempo social de universitários e os efeitos positivos da ocupação do tempo disponível por universitários com experiências relacionadas às AFL, se faz relevante e urgente que políticas públicas direcionadas às AFL no contexto universitário sejam implementadas, pois segundo

Silva (2022b, p. 3), os universitários figuram como “[...], uma população em transição ecológica (adolescência para idade adulta e ensino médio para o ensino superior), com consideráveis mudanças contextuais e expectativas culturais”.

As políticas públicas podem ser compreendidas como resoluções de problemas que surgem e conseguem chamar a atenção dos atores políticos públicos por meio da sua incorporação na *agenda-setting* e, posteriormente, encaminhado para *experts* de setores específicos para formulação de soluções às questões apontadas (Secchi; Coelho; Pires, 2020). As políticas públicas têm como objetivo a promoção do bem-estar, a mudança social, a distribuição de renda e a equidade social (Silva, 2008).

Considerando que as universidades federais brasileiras figuram como autarquias ou fundações públicas, com poder para implementação de políticas públicas por intermédio de programas com financiamento incremental, por fórmulas contratuais, por subsídios às mensalidades dos estudantes, convênios, emendas parlamentares ou arrecadação própria, se faz relevante que estudos sejam desenvolvidos a fim de analisar se as AFL se encontram presentes no contexto dessas instituições de ensino.

Isto porque, a análise de políticas públicas corrobora com a geração de informações, argumentos e consensos, de modo a tornar decisões públicas mais sólidas por meio analítico, afastando recomendações superficiais e as aproximando de uma análise profissional, aumentando as chances de sucesso (Secchi; Machado, 2020). Este segmento da ciência política, permite:

[...] compreender os modos e as regras gerais de funcionamento da ação pública e analisar as suas continuidades e rupturas, bem como os processos e os determinantes do seu desenvolvimento, e identificar a multiplicidade de fatores e forças que formam os processos reais das políticas públicas (Araújo; Rodrigues, 2017, p. 12).

Frente ao exposto, o presente estudo elegeu os seguintes problemas de pesquisa: Existem políticas públicas de AFL no contexto das universidades federais localizadas na região Centro-Oeste, Brasil? Se sim, quais universidades as fomentam? Quais setores das universidades as desenvolvem? As políticas públicas desenvolvidas são específicas das universidades ou são oriundas de órgãos externos à instituição? Quais possibilidades e limitações que os programas de AFL, desenvolvidos pelas universidades federais, dispõem para Promoção da Saúde (PS)?

Diante disso, o objetivo da pesquisa foi analisar as políticas públicas de AFL voltadas

aos discentes e sua relação com a PS em universidades federais localizadas na região Centro-Oeste brasileira. Especificamente, objetivou identificar a existência de programas de AFL voltados à PS discente; analisar a origem dos programas de AFL desenvolvidos; analisar as possibilidades e limitações dos programas contribuírem com a PS.

Para dar conta da agenda da investigação proposta, a dissertação foi organizada em quatro etapas – revisão de literatura; resultados; considerações finais e referências bibliográficas. Considerando o regulamento do Programa de Mestrado em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste, os resultados foram organizados por meio de quatro artigos, de modo a subsidiar a análise de programas e projetos relacionados à AFL nas universidades federais e suas origens.

O artigo 1 e 2 versam sobre o Programa Segundo Tempo Universitário, criado pelo Ministério do Esporte em 2009 e implementado por universidades federais por intermédio de convênios. O artigo 1 foi submetido à Revista Práxis Educativa, com o título “Ensino Superior e barreiras sociais: estrutura do Programa Segundo Tempo Universitário e a promoção das atividades físicas de lazer”, realiza a análise da anatomia do Programa Segundo Tempo Universitário, único programa federal com financiamento específico para o desenvolvimento de experiências com AFL no contexto universitário. O objetivo geral deste estudo foi analisar a estrutura de funcionamento do Programa Segundo Tempo Universitário e as possibilidades do programa em mitigar os efeitos da falta de tempo como barreira às atividades físicas de lazer dos estudantes universitários federais.

Com o título “*Secont Time University Program as a Public Policy: contributions and limitations to physical leiture activities and health promotion*”, o artigo 2 analisa as universidades contempladas com o Programa Segundo Tempo Universitário no período de 2009 a 2024, dando destaque nas análises e reflexões a respeito da implementação desse programa nas universidades federais localizadas na região Centro-Oeste. Esse artigo foi publicado em março de 2025 na revista internacional *Sport* e teve como objetivo geral analisar o Programa Segundo Tempo Universitário e suas contribuições e limitações para a promoção do AFL e da PS. Especificamente, buscou-se identificar os objetivos do programa e estabelecer a relação entre o AFL e a PS, bem como determinar às instituições abrangidas e a abrangência e continuidade do programa.

Considerando que outra possibilidade de implementação de políticas públicas no contexto das universidades federais ocorre por intermédio da Política Nacional de Assistência

Estudantil (PNAES), em específico via Programa de Assistência Estudantil, que conta com o esporte dentre os temas elegíveis para aplicação discricionária dos recursos, com o título “Política Nacional de Assistência Estudantil: implicações da discricionariedade na implementação de ações promotoras de atividades físicas de lazer”, um terceiro artigo foi elaborado. Com objetivo geral de analisar o Programa de Assistência Estudantil enquanto política promotora de atividades físicas de lazer. Especificamente, buscou-se examinar de que forma as AFL estão contempladas nas normativas do programa, bem como refletir sobre as implicações decorrentes da discricionariedade envolvida na implementação de programas voltados ao tema, este artigo foi elaborado com a intenção de, após a defesa, submetê-lo à Revista Licere.

Por fim, foi elaborado um quarto artigo, o qual mapeou programas e projetos institucionais voltados às AFL discente, dentre eles, os oriundos de iniciativas próprias das universidades via discricionariedade no uso dos recursos repassados pelo Ministério da Educação via fonte 20KG (financiamento incremental) ou outras fontes (recursos próprios, mediante cobranças de taxas). Para tanto, procedeu-se à análise do Plano de Desenvolvimento Institucional e da Carta de Serviço. Esse artigo foi elaborado com a intenção de submissão à Revista Movimento, com o objetivo geral de analisar as políticas públicas de AFL voltadas aos discentes em Universidades Federais localizadas na região Centro-Oeste brasileira. Especificamente, objetivou identificar a existência de programas de AFL voltados à PS discente; a origem dos programas de AFL voltados à PS discente; o tipo de fomento, serviço e benefício; a dimensão do esporte; e os setores responsáveis pelo seu desenvolvimento.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 ATIVIDADES FÍSICAS DE LAZER E PROMOÇÃO DA SAÚDE

2.1.1 POSSIBILIDADES AMPLIADAS A PARTIR DAS ABORDAGENS HOLÍSTICA, ECOLÓGICA/SOCIOAMBIENTAL

Historicamente, a Atividade Física (AF) tem sido compreendida como qualquer movimento do corpo realizado pelos músculos esqueléticos, que gere gastos energéticos acima dos níveis normais de repouso (Caspersen; Powell; Christenson, 1985). Esse conceito tem sido hegemônico na fundamentação teórica dos estudos relacionados às AFL, sobretudo, naquelas que buscam articular sua relação com a PS. Contudo, ainda que de maneira tímida, outras possibilidades têm sido utilizadas como referência teórica que permitem uma compreensão ampliada sobre esses dois temas, como aquelas orientadas pela abordagem holística e ecológica/socioambiental.

A luz da teoria holística, as AF são compreendidas como movimentos realizados pelos indivíduos em espaços e contextos culturalmente específicos, sendo influenciados por um conjunto de interesses, emoções, ideias, instruções e relações (Piggin, 2020). Essas experiências podem ocorrer individual ou coletivamente e apresentam características de contemplação, relaxamento, revigoramento ou socialização. O lazer apresenta elementos diferenciados, promovendo o sentimento de bem-estar positivo, por meio da adaptação das ações respeitando suas características, circunstâncias e estágios da vida (Mansfield; Daykin; Kay, 2020).

No que tange a sua importância, as AF atuam em múltiplas dimensões (físicas, emocionais, sociais, culturais e políticas) da experiência do movimento humano. Além disso, figura como um dos elementos importantes na vida, não devendo sua realização ficar limitada meramente ao gasto energético, ou seja, as AF consistem em experiências holísticas que agem e atuam em múltiplos espaços e contextos, refletindo nas interações, emoções, ideias, instruções e laços sociais (Piggin, 2020). São atos essenciais da existência corporal, estando elas impulsionadas pela necessidade humana de sentir, explorar, transformar e conectar. Esses impulsos são fundamentais para que ocorra a necessidade e motivação, sendo a base para uma experiência integrada e incorporada (Piggin; Matias, 2022).

Dentre dos quatro domínios das AF (deslocamento ativo, laboral, atividades domésticas e lazer), segundo Nahas e Garcia (2010), às AFL consistem em um dos domínios fortemente associados à PS não apenas sob a perspectiva fisiológica, mas sobretudo no bem-estar geral (Piggin, 2020; Howat *et al.*, 1986). Isto porque, a dimensão do lazer da AF consiste no único domínio em que o indivíduo não apresenta a obrigatoriedade da sua realização (Salvo *et al.*, 2023), uma vez que o lazer consiste na opção em realizar algo no tempo disponível, sendo a atitude do sujeito um dos fatores preponderantes (Marcellino, 2003).

As AFL podem ser compreendidas como ações humanas que envolvem experiências diversas que incluem o movimento, independentemente de sua intensidade ou duração. Assim, não se limitam aos esportes ou às AF de gasto energético moderado ou intenso, pois também englobam os jogos, brincadeiras, danças, práticas de conscientização corporal, entre outras ações que podem se materializar de forma não sistematizadas ou sistematizadas (Silva, 2022a). Ao permitir às pessoas a autonomia na escolha das AFL que desejam experienciar, elas podem promover benefícios que vão além do aspecto físico, gerando sentimentos de satisfação, prazer e bem-estar geral.

Quanto à relação das AFL e a PS a partir do modelo holístico, as pessoas envolvidas com elas têm probabilidades maiores de apresentar uma vida plena e alcançar autorrealização. Além disso, o conceito holístico de AFL e PS são semelhantes e em ambos há a preocupação com a melhoria da saúde dos indivíduos, tornando o mesmo autônomo e consciente das suas escolhas (Howat *et al.*, 1986). Para a abordagem holística, a relevância e os efeitos da prática de AFL vão além das questões biofisiológicas, por tanto resulta também em melhorias nos aspectos psicológicos (Toti; Bastos; Rodrigues, 2018; Azevedo *et al.*, 2020) e sociais (Silva *et al.*, 2010; Alves; Precioso, 2022).

A respeito dos diversos benefícios da prática de AFL de forma regular ou eventual, as mesmas têm demonstrado resultados positivos à saúde mental, como a redução de sintomas de depressão e ansiedade, o aumento da autoestima, a melhoria da qualidade do sono e o fortalecimento do bem-estar psicológico geral (Kandola *et al.*, 2023). Além disso, aumenta o bem-estar subjetivo, fortalece a capacidade de enfrentar adversidades, promove satisfação de vida, autoestima e autoconfiança, e favorece a saúde mental (Nelson; Reedy, 2017). Quando realizadas em grupos podem contribuir para o desenvolvimento de habilidades sociais e para a redução de comportamentos antissociais (Yang *et al.*, 2024).

No que tange ao contexto universitário, a literatura tem apontado resultados positivos

nos acadêmicos que realizam a AFL de forma regular e de intensidade moderada e vigorosa. Aqueles que se encontram envolvidos com AFL há mais de seis meses e contavam com Índice de Massa Corporal eutrófico, apresentaram melhor controle em relação ao estresse, lazer/bem-estar e suas relações (Guedes; Legnani; Legnani, 2013). A presença da ansiedade e depressão foi mais frequente entre os insuficientemente ativos no lazer quando comparados aos fisicamente ativos (Toti; Bastos; Rodrigues, 2018). Universitários fisicamente ativos apresentaram menor índice de ansiedade, depressão (Azevedo *et al.*, 2020) e melhor estado de bem-estar (Alves; Precioso, 2022). Ademais, estudantes fisicamente ativos no lazer demonstraram ter relações sociais maior do que aqueles que são insuficientemente ativos, sendo os resultados positivos provenientes das interações pessoais proporcionadas pelas experiências (Silva *et al.*, 2010).

Além dos aspectos mentais e sociais, Melo *et al.* (2016) apontam que a prática da AFL está associada a uma melhor qualidade de vida. Estudantes universitários envolvidos com AFL tendem a apresentar melhor qualidade no estilo de vida (Silva *et al.*, 2021; Munoz Strale *et al.*, 2024; León *et al.*, 2025), autoestima elevada (Contreras *et al.*, 2024) e qualidade de vida (Munoz Strale *et al.*, 2024). Além disso, tem se mostrado benéfica aos melhores níveis de rendimento acadêmico (Cerón Bedoya *et al.*, 2023; Yllaconza *et al.*, 2024).

A compreensão dos benefícios da AFL a partir da interação holística, nos convida a refletir sobre os fatores (físico, social, político e cultural) que corroboram ou dificultam que a população em geral e, em específico os universitários, se envolvam mais ou menos com essas experiências. Assumindo a teoria ecológico/socioambiental como modelo explicativo, compreende-se que o envolvimento com as AFL está além de decisões pessoais, uma vez que se encontram enraizados a diversos condicionantes socioambientais e estruturais que ampliam, dificultam, limitam ou impedem que grupos específicos, como homens ou mulheres, jovens ou idosos, brancos ou negros, pessoas sem ou com deficiência, pessoas binárias ou não binárias, de nível socioeconômica elevado ou em vulnerabilidade socioeconômica, dentre outros, tenham maiores ou menores chances de terem tempo livre do trabalho, das obrigações sociais, das obrigações trabalhistas e ocuparem o mesmo com vivências relacionadas ao lazer, dentre elas, as AF.

Sallis *et al.* (2006) compreendem que as AFL se encontram influenciadas por interações ecológicas multissetoriais e multiníveis, em que ambientes físicos, sociais e políticos influenciam o envolvimento ou não da população. Portanto, o envolvimento com as AFL se encontra condicionado por fatores intrapessoais (aspectos biológicos e psicológicos,

como autopercepções e motivações individuais), interpessoais (apoio social, normas culturais, estrutura familiar e influência de pares), organizacionais/ambientais (características do ambiente construído) e políticos (regulamentações, leis, investimentos públicos e decisões urbanísticas). Além disso, os autores ressaltam a importância da interação em diferentes níveis por meio de abordagens transdisciplinares, em que a saúde pública, a formulação de políticas, o planejamento urbano e o lazer sejam considerados na construção de uma sociedade com maiores oportunidades para que a população possa praticar a AFL.

Portanto, o envolvimento com as experiências de AFL não decorre exclusivamente da vontade do sujeito, pois diversos fatores podem atuar como facilitadores ou barreiras. Antunes *et al.* (2025), evidenciaram que os moradores da América Latina que apresentam melhores condições financeiras dispõem de mais condições favoráveis, como a possibilidade de escolha em relação a horários, lugares e dias da semana. Além disso, Vieira e Silva (2019) observaram que no Brasil as AFL podem ser agrupados em quatro domínios: Ambiental (clima inadequado, não conhece os espaços físicos disponíveis, falta de espaço físico disponível para a prática, falta de materiais disponíveis, ambiente insuficientemente seguro e condições inadequadas no local em que se vive); Social (falta de companhia, falta conhecimento/orientação sobre AF, falta de incentivo da família e/ou amigos, falta de incentivo do professor de educação física e falta de recursos financeiros); Físico (falta de habilidades, limitações físicas, cansaço físico, dores leves e mal-estar); Comportamental (medo de lesionar-se, preocupação com aparência, falta de interesse em praticar, falta de diversão, necessidade de descanso e sente-se muito velho).

Estudo de revisão sistemática realizado por Vieira e Silva (2019), investigou as barreiras à prática da AFL entre adolescentes, adultos e idosos, identificando os fatores limitantes de acordo com os domínios analisados. No domínio ambiental, o clima inadequado foi a barreira predominante em todas as faixas etárias. No domínio social, observou-se que a falta de companhia foi mais prevalente entre adolescentes e idosos, enquanto nos adultos a jornada de trabalho extensa se destacou como principal. No domínio físico, as limitações corporais foram mais frequentes entre adolescentes e idosos, por outro lado entre os adultos, o cansaço físico foi a principal barreira. Por fim, no domínio comportamental, a preguiça foi identificada como o principal fator limitador entre adolescentes, nos adultos a falta de interesse em praticar AF e entre os idosos o medo de se lesionar.

Silva, Petroski e Reis (2009) em estudo realizado com usuários de um parque público do Paraná, observaram que os aspectos estruturais/ambientais (beleza natural e

arquitetônica, localização estratégica, pistas de caminhada, equipamentos disponíveis e estacionamento), e os elementos sociais/institucionais (programas públicos, cartazes informativos, segurança, organização do trânsito no entorno, comportamento dos frequentadores, apoio social e o valor simbólico atribuído ao espaço pela comunidade) são facilitadores para que ocorra a prática da AFL.

No entanto, os fatores ambientais e comportamentais são aqueles passíveis de modificação. Nesse sentido, a adoção de estratégias fundamentadas na abordagem socioambiental, ao criar ambientes e condições favoráveis à prática da AF e, conseqüentemente, à PS, podem promover transformações tanto no nível individual quanto no coletivo (Sallis, 2009).

Especificamente entre universitários, a falta de tempo, associada ao excesso de trabalho, obrigações familiares e demandas acadêmicas aparecem como uma das principais barreiras à prática de AFL entre estudantes da Universidade Estadual de Minas Gerais (Carvalho; Cardoso, 2022) e da Universidade Estadual da Bahia (Sousa; Fonseca; Barbosa, 2017). Ainda, Braga, Alves e Souza (2022) observaram que entre os acadêmicos das instituições públicas e privadas do Ceará, o tempo elevado dedicado aos estudos, jornada extensa, tarefas domésticas e compromissos familiares são as principais barreiras. A distância da instituição até os equipamentos específicos também se destacou como fator limitante para os estudantes da Universidade Estadual da Bahia (Castellanos *et al.*, 2018). Além disso, o avanço na semestralização intensifica esses efeitos negativos, reduzindo o tempo disponível para as AFL (Sousa; Fonseca; Barbosa, 2017). A falta de recursos financeiros também figura como fator social que atua como barreira (Braga; Alves; Souza, 2022). De modo semelhante, no âmbito de um programa federal desenvolvido na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, as barreiras para a prática da AFL identificadas foram os fatores pessoais (indisponibilidade de tempo, a ausência de incentivo por parte de professores, familiares ou colegas e o desconhecimento acerca dos espaços físicos disponíveis para a prática de AF), institucionais (conflito de horários entre as atividades acadêmicas e as práticas ofertadas, a cobrança de taxas para participação e a limitação na oferta de horários das AF) e ambientais (insegurança nos locais destinados à prática, a falta de materiais e de infraestrutura adequada, bem como as condições climáticas adversas) (Silva; Reverdito, 2023).

Por outro lado, quando alternativas são criadas por intermédio de políticas públicas no contexto universitário, a literatura tem revelado fatores que atuam como facilitadores. Políticas públicas institucionais voltadas ao desenvolvimento da AFL desempenham um papel

estratégico na construção de ambientes saudáveis e fisicamente ativos para a comunidade acadêmica (Oliveira *et al.*, 2021), pois a proximidade de equipamentos específicos e a gratuidade de programas que promovem a prática da AFL entre os acadêmicos um fator que amplia o número de participações. A oferta gratuita de AFL nas universidades contribuem para a democratização do acesso ao esporte, a permanência estudantil e a promoção do bem-estar emocional e o desenvolvimento pessoal dos acadêmicos. Dessa forma, o uso dos espaços institucionais para práticas da AFL representa uma importante estratégia de justiça social e de PS (Silva; Reverdito, 2023).

A criação de possibilidades para que os estudantes universitários tenham maiores oportunidades de vivenciar as AFL no contexto universitário pode contribuir com a PS, haja vista que fatores estruturais como cultura, política, econômico, físico e social influenciam diretamente nas condições de vida, afetando o estado da saúde. De acordo com Carvalho, Cohen e Akerman (2017), a PS se encontra influenciada por fatores estruturais (ambiente físico, social, político, econômico e cultural). Portanto, as condições sociais e ambientais condicionam o modo de viver, afetando diretamente o status de saúde dos indivíduos. Além disso, Stigger, Trentini e Freitas (2009) ressaltam que a criação de políticas públicas deve respeitar as dinâmicas que variam de acordo com o contexto urbano, levando em consideração as particularidades sociais, históricas e territoriais. Como também, realizar o acesso considerando a infraestrutura física, condições econômicas e questões culturais, sem esses acessos a integração à PS perde efetividade (Peres; Melo, 2009).

Compreensão similar é observada a partir da teoria ecológica, para mesma o processo de saúde-doença ocorre em níveis intrapessoal (questões biológicas e de gosto pessoal), interpessoal/organizacional/ambiente físico (ações culturais e natural) e políticas (leis, programas, projetos e regulamentos). No que tange a sua relação com a AFL, as mesmas recebem influência das políticas e do ambiente (Sallis *et al.*, 2006).

Ao relacionar as AFL e a PS, as abordagens ecológica e socioambiental assumem uma posição crítica. A vertente crítica aqui especificada, não deve ser compreendida como marxista, mas sim como aquela que apresenta críticas à vertente conservadora de PS, que historicamente atribui o não envolvimento com as AFL à responsabilidade individual e assume como seus desdobramentos apenas os efeitos biofisiológicos. Além disso, supera a lógica individualista da perspectiva conservadora, reconhecendo que a PS está influenciada por fatores sociais, políticos, ambientais e culturais.

Portanto, a transformação das condições estruturais de vida e saúde, como as condições políticas, econômicas, culturais e ambientais (Karlsen; Villadsen, 2016), influenciam direta e indiretamente a saúde da população. Dessa forma, a PS a partir da vertente crítica assume o papel primordial na melhoria das condições de vida, ampliando as possibilidades das intervenções nas condições socioambientais e não em comportamentos das pessoas (Carvalho; Cohen; Akerman, 2017).

A PS na vertente crítica reconhece o papel central dos determinantes sociais e ambientais nas condições de saúde. Logo, ela é resultado de um conjunto amplo de fatores que se relacionam e suas ações são direcionadas principalmente ao coletivo e ao ambiente, considerando dimensões físicas, sociais, econômicas, políticas e culturais (Buss, 2000). Ou seja, a PS vai além da aplicação de técnicas e normativas, buscando o fortalecimento da saúde em uma perspectiva ampliada, não se limitando ao conhecimento e funcionamento das doenças, mas sim na promoção da construção de mecanismos que favorecem a autonomia dos sujeitos, respeitando suas diferenças e singularidades (Czeresnia, 2023).

Portanto, compreendemos que os pressupostos da abordagem crítica na sua perspectiva socioambiental/ecológica, se faz orientação acadêmica/científica/política adequada para uma compreensão atualizada a respeito do envolvimento de estudantes universitários com as AFL e a PS. Assim, assumimos que as AFL e PS não estão restritas a fatores biológicos ou comportamentais, mas sim são influenciadas por condicionantes sociais, econômicas e culturais, que moldam o processo de saúde-doença.

Nesse contexto, a AF no domínio do lazer adquire um valor importante, pois ao contrário de práticas orientadas apenas para o gasto energético, como ocorre em contextos laborais ou de deslocamento, ela se apresenta na liberdade de escolha e no envolvimento com a prática, gerando bem-estar e satisfação.

2.2 LIMITAÇÕES DAS VERTENTES CONSERVADORAS DE ATIVIDADE FÍSICA DE LAZER E SUAS IMPLICAÇÕES À PROMOÇÃO DA SAÚDE

A vertente conservadora de AF tem como principal referencial o conceito cunhado por Caspersen, Powell e Christenson (1985) na década de 1980. Uma busca nas bases de dados permite observar que esses autores figuram como principal referência na conceituação da AF, servindo de base, sobretudo, para estudos desenvolvidos que as relacionam com a PS. Para

esses autores, as AF são compreendidas como qualquer movimento do corpo realizado pelos músculos esqueléticos, que gere gastos energéticos acima dos níveis normais de repouso. A partir dessa obra, a prática da AF passou a ser utilizada como mecanismo para classificar as pessoas fisicamente ativas ou fisicamente inativas, utilizando para tanto a soma da prática de AF nos deslocamento ativo, tarefas laborais, afazeres domésticos ou lazer (domínios).

O deslocamento ativo refere-se à locomoção por meios não motorizados, como caminhar ou pedalar, especialmente para ir e voltar do trabalho. As atividades domésticas envolvem tarefas como limpeza pesada, varrer a casa ou lavar louça. A AF laboral diz respeito às exigências físicas do ambiente de trabalho, como carregar peso ou caminhar longas distâncias. Por fim, a AF no tempo livre abrange práticas realizadas durante momentos de lazer, como correr, caminhar por prazer, nadar ou praticar esportes organizados (Florindo *et al.*, 2006; Nahas; Garcia, 2010).

Considerando a existência de uma dosagem ideal e necessária de AF para a PS, em 1995 foram propostas recomendações de tempo mínimo (30 minutos), intensidade (moderada a vigorosa) e forma (contínua ou acumulada) (Pate *et al.*, 1995). Em 2007, a *American College of Sports Medicine* e a *American Heart Association*, apresentou uma proposta, recomendando a realização de 30 minutos de AF moderada ou vigorosa em no mínimo 5 dias da semana ou de 3 dias de 20 minutos de AF vigorosa por dia ou a sua mescla (Porto *et al.*, 2023)

Em 2010, a Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgou sua primeira recomendação de prática de AF alinhadas com as anteriores, indicando a frequência semanal da prática, assim como as demais recomendações, propondo assim, por meio dos avanços científicos a prática ≥ 150 min/semana de AF moderada ou vigorosa ≥ 75 min de AF vigorosa (World Health Organization, 2010). Em 2020 a OMS apresentou uma nova atualização das diretrizes para a prática da AF, indicando pelo menos 150 a 300 minutos de atividade aeróbica moderada a vigorosa por semana para todos os adultos (incluindo pessoas com doenças crônicas ou incapacidade). Além disso, para crianças e adolescentes, foi recomendado uma média de 60 minutos de AF por dia (World Health Organization, 2020).

A partir da mensuração da duração, intensidade e frequência, a AF passou a ser associada à PS, considerando os efeitos biológicos. A partir dessa tese, evidências científicas sobre a relação positiva entre inatividade física e doenças, sobretudo, as Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), foram observadas (Katzmarzyk *et al.*, 2021). Neste sentido, a

AF passou a ser recomendada como preventivo a hipertensão, transtornos como depressão e ansiedade (Santos *et al.*, 2023), doença coronariana, diabetes tipo 2, câncer de mama e câncer de cólon (Ding *et al.*, 2016).

Estudos evidenciaram que indivíduos com maiores níveis de AF ao longo do período apresentavam menores índices de risco de morte em comparação com os fisicamente inativos. Além disso, o cumprimento das recomendações internacionais de 150 minutos semanais de AF moderada indicou prevenir cerca de 46% das mortes associadas à inatividade física. Como também, a aptidão aeróbica não diminui apenas o risco de mortalidade, mas gerava inúmeros benefícios à saúde. A longo prazo indicou ser um mecanismo positivo e poderoso para o controle da mortalidade (Mok *et al.*, 2019).

Adicionalmente, as pessoas com condições crônicas que praticam exercícios leves a moderados, atividade de fortalecimento muscular, alongamento e equilíbrio apresentam benefícios que superam amplamente os riscos associados. O aumento da intensidade da atividade de forma gradual também demonstrou promover melhora nos aspectos de saúde aos indivíduos (Reid *et al.*, 2021).

Além disso, estudos evidenciaram que indivíduos fisicamente inativos que passam a se exercitar regularmente ganharam de 1,3 a 4,2 anos adicionais de vida. Além disso, a prática de AF dentro dos parâmetros recomendados como adequados pela OMS se mostrou associada a um aumento significativo na expectativa de vida e na redução dos custos com saúde ao longo da vida. Os indivíduos que aderiram aos novos comportamentos apresentaram um ganho de até 7,13 anos de vida e uma redução de 28.12% nas despesas anuais médias com cuidados de saúde, quando comparados àqueles que adotaram nenhum ou apenas um desses comportamentos (Lo *et al.*, 2024).

Os fundamentos teóricos que orientam a vertente conservadora de AF e PS se encontram ancorados em duas abordagens (biomédica e comportamental). A abordagem biomédica tem seu foco principal na etiologia, diagnóstico e tratamento das doenças, auxiliando diretamente no desenvolvimento da assistência médica (Souza; Grundy, 2004) e não levando em consideração outros fatores que influenciam a saúde (MacDonald, 2012).

Por outro lado, a abordagem comportamental está associada à construção de novos hábitos e estilos de vida (Verdi; Caponi, 2005). A proposta é que os indivíduos mudem seu comportamento frente à descoberta de doenças, condicionando o sujeito a realização de ações

específicas que possam reduzir os riscos à saúde (Norman; Conner, 2017). A abordagem comportamental busca mudanças no indivíduo de forma isolada, alinhada com a busca de novos hábitos e estilo de vida saudável, limitando-se apenas ao contexto familiar e comunitário. Acredita-se que ações educativas como oficinas e campanhas são suficientes para promover mudanças em comportamentos considerados de risco (Buss, 2000) e que as pessoas, uma vez bem-informadas, seriam capazes de gerenciar sua própria saúde (Buss *et al.*, 2003).

Além disso, tem como premissa a mudança de comportamentos individuais e coletivos para a diminuição de índices de adoecimento, possuindo como estratégia de ação apenas a vontade própria e esforço do indivíduo, não levando em conta elementos de contexto em que o indivíduo está presente (Carvalho; Cohen; Akerman, 2017), sendo estritamente individualista, centrada na divulgação de informação e na transferência externa das suas ações para o indivíduo (Ferreira; Castiel, 2009). Além disso, mesmo que as ações de PS surjam como alternativa ao modelo biomédico, frequentemente se reduz a campanhas de mudança de comportamento, limitando o potencial crítico e participativo (Peres; Melo, 2009).

Em que pese a existência de estudos que apontem resultados positivos associados à prática da AF, os pressupostos norteadores da vertente conservadora passaram a ser questionadas, sobretudo por considerar apenas os efeitos biofisiológicos, nada considerando sobre a relação entre as AF, dentre elas, as AFL e seus benefícios aos aspectos (psicológicos, sociais e culturais).

A vertente conservadora da AF se encontra enraizada nas ciências médicas e comportamentais (Piggin; Mansfield, 2016). Sallis *et al.* (2006) consideram essa vertente limitada, focando apenas na intensidade e duração das AF. Para os autores, o modelo é reducionista, concentrando as orientações individualmente na prática de exercícios físicos vigorosos, com o foco apenas na melhora fisiológica e na prevenção de doenças crônicas. Além disso, se mostra insuficiente para promover mudanças populacionais significativas nos níveis de AF. Ainda, Santos *et al.* (2023) apontam que o desenvolvimento da AF está sendo instrumentalizada pelo neoliberalismo, operando como forma de controle social e imposição de normas produtivistas, reforçando desigualdades e exclusões.

Salvo *et al.* (2023), Piggin (2020) e Knuth, Silva e Mileke (2018) questionam a premissa do gasto energético estabelecido por Caspersen, Powell e Christenson (1985). Para os autores, limitar os benefícios da AF ao gasto calórico, com foco em classificar o indivíduo

em ativo ou fisicamente inativo e, a partir disso, atribuir a condição de níveis de saúde e qualidade de vida, seria inadequado. A prática de AF não pode apenas se resumir em uma dosagem diária que o indivíduo necessita para a manutenção da sua vida (Sallis, 2009).

Buscando evidenciar que a generalização da prática de AF como mecanismos promotor da saúde pautado apenas na indicação e execução das orientações mínimas para ter saúde, Bagrichevsky e Estevão (2012) e Salvo *et al.* (2023), exemplificam essa questão indicando que indivíduos que apresentam gastos energéticos elevados na categoria laboral em alguns casos, não necessariamente apresentarão melhores condicionamentos e qualidade de vida, visto que os mesmos são expostos a serviços intensos fisicamente que geram em muitos casos complicações à saúde.

Ainda, Salvo *et al.* (2023) apontam que os maiores índices de gasto energético nos domínios de deslocamento ativo e laboral decorrem sobretudo da influência ambiental a qual o indivíduo está inserido, ou seja, não figura como uma escolha individual. Para contextualizar as limitações existentes na tese conservadora comportamental, os autores apresentam a relação de países economicamente pobres, na qual, possuem maiores percentuais de gastos energéticos para os domínios de deslocamentos fisicamente ativos e trabalhos manuais e braçais que contribuem com o maior gasto energético, mas, efetivamente não resultam em PS, dado às complicações de saúde em decorrência da falta de condições adequadas para o trabalho.

Por sua vez, Czeresnia (2003) indica que os seres humanos são a interação biopsicossocial e não deve ocorrer a análise de forma isolada e fragmentada. Portanto, afirmar que trabalhadores da construção civil ou agricultores são mais saudáveis por apresentarem gasto calórico laboral maior do que advogados ou professores, é uma forma inadequada para estimar melhores condições de saúde.

Além disso, Carvalho (2016, p. 653) ressalta que:

É essencial que as condições de saúde dos sujeitos sejam observadas, não só as relacionadas às questões físicas e fisiológicas (biológicas), mas também as relacionadas à dinâmica sociofamiliar e laboral, mas tradicionalmente essas avaliações só buscam dados antropométricos: peso corporal, altura, circunferência abdominal, da cintura e do quadril e dificilmente são incluídas questões mais gerais, relacionadas ao contexto de vida dos sujeitos.

A literatura tem evidenciado que trabalhadores que atuam em profissões com elevada exigência de trabalho físico (esforço intenso ou caminhar muito) também eram os que

apresentavam maiores prevalências de dores crônicas nas costas, hipertensão, depressão, tabagismo e autorrelato de saúde ruim (Freitas *et al.*, 2021). Além disso, indivíduos que apresentavam uma boa aptidão física não reduziam a prevalência de distúrbios músculo esqueléticos em trabalhos físicos pesados (consequentemente com os maiores valores de gastos energéticos) (Mascarenhas; Fernandes, 2014).

A vertente conservadora em sua abordagem comportamental também é foco de diversas críticas. Ao posicionar-se contrariamente aos pressupostos teóricos da abordagem comportamental, Knuth e Antunes (2021) e Salvo *et al.* (2023) ressaltam que a prática de AF não pode ser reduzida à escolha do indivíduo, a desigualdade social interferindo nesse processo. O índice de desenvolvimento humano, nível educacional, classe econômica, nível de violência/criminalidade e outros fatores colaboram para a prevalência de problemas de saúde, incluindo as DCNT.

Knuth e Antunes (2021) refutam a tese de que a prática de AF para a PS sejam elementos comuns e de acesso a todos. Os autores apontam que a realização da AF é processo complexo, sendo necessário a criação de mecanismos para que a mesma ocorra.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS: ASPECTOS CONCEITUAIS

As políticas públicas têm como objetivo a promoção do bem-estar, com seu viés ligado à mudança social, a distribuição de renda e equidade social, sendo possível observar contradições no seu mecanismo (Silva, 2008). São compreendidas como um processo contínuo, envolvendo vários fatores, pedindo uma análise e compreensão mais abrangente (Tude; Ferro; Santana, 2015).

Apresentando uma visão holística, sua análise parte de um sistema mais amplo e não por ações isoladas. Além do mais, seu processo é influenciado por diferentes elementos, como indivíduos, instituições, ideologias e interesses (Souza, 2006), sendo o elemento constituinte de sua caracterização como pública ou não, a intencionalidade em resolver um problema público (Secchi; Coelho; Pires, 2020).

Ademais, as políticas públicas podem ser compreendidas como resoluções a problemas que surgem ou não de uma pressão social, recebendo a atenção dos atores políticos, são organizadas e construídas possíveis soluções para as questões apontadas (Secchi; Coelho; Pires, 2020). Além do mais, trata de tomadas de decisões com o foco em manter o equilíbrio

ou promover o desequilíbrio social para modificar a realidade (Saravia *et al.*, 2006).

De igual modo, as políticas públicas são o campo do conhecimento, no qual o governo está em ação e percorre entre a variável independente (analisar essa ação) e dependente (propor mudanças quando for necessário) (Souza, 2006).

Para que ocorra a elaboração de políticas públicas, se faz necessário dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público (Secchi; Coelho; Pires, 2020). Esse processo é marcado pelos gestores manifestarem seus propósitos em programas e ações que busquem promover mudanças numa questão social (Souza, 2006). Nesse processo, diferentes instituições, sujeitos políticos, legisladores, burocratas e a mídia participam da sua construção (Silva, 2013). Sendo assim, são fomentadas por meio de leis, projetos, programas públicos, subsídios governamentais e vários outros mecanismos (Secchi; Coelho; Pires, 2020).

No campo das políticas públicas existem dois tipos de abordagens: a abordagem estatista e multicêntrica. A abordagem estatista ou estadocêntrica tem as políticas públicas como o monopólio de atores estatais (Secchi; Coelho; Pires, 2020). Por outro lado, a abordagem multicêntrica tem seu objetivo mais interpretativo, portanto, menos positivista. As ações decorrentes dessa abordagem, parte de diferentes instituições. Com isso, esse processo influencia a formulação e implementação das políticas públicas, no qual procura compreender como os diferentes gestores interpretam o que é um problema público e a intenção de enfrentar o mesmo (Secchi; Coelho; Pires, 2020).

A abordagem multicêntrica se pauta em uma interpretação policêntrica da ciência, da política e da economia. Com isso, as políticas públicas são criadas no seu âmbito jurídico, mas as iniciativas e decisões passam por várias origens. O termo “pública” para uma política na ótica multicêntrica está atrelado ao *locus*, ou seja, que este tenha cunho público propriamente dito (Secchi; Coelho; Pires, 2020). Os agentes que formulam as políticas públicas são organizações privadas, não governamentais, organismos multilaterais, redes de políticas públicas e atores estatais (Secchi, 2010). Na abordagem multicêntrica quem tem destaque não é aquele que formula a política, mas qualquer um. Com isso, o termo público é empregado para o problema que visa enfrentar (Lima, 2012).

As políticas públicas também se distinguem em relação a sua perenidade e obrigação de fazer cumprir, podendo ter dois caracteres, de Estado ou de Governo (Barbosa, 2010). As políticas públicas com seu viés de Estado têm o seu conceito clássico/tradicional

compreendendo as políticas públicas como um conjunto de ações e decisões com o caráter discricionário que o indivíduo que domina o Estado toma para resolução de problemas que afetam a sociedade. Assim, podem ser respostas a demandas da sociedade (Tude; Ferro; Santana, 2015).

As políticas de Estado são as políticas de longo prazo que atendem as necessidades da população sem dependência de ciclos eleitorais (Secchi; Coelho; Pires, 2020). Apresentando como característica a independência de quem está no controle do Poder Executivo, sendo permanentes até certo ponto, no momento que haja a criação de novas normativas que alterem ou anulem a que está estabelecida no momento presente e não havendo uma necessidade de apresentarem um fim após o encerramento de determinado governo (Barbosa, 2010).

Em contrapartida, a política de Governo, é a ação de um grupo político em determinado mandato eletivo (Secchi; Coelho; Pires, 2020) e tem como característica o seu desenvolvimento e implementação no período de um mandato que ocorreu por meio de eleições, assim compondo o poder executivo (Barbosa, 2010). Se faz presente nas políticas de governo ou governamentais a especificidade que nem todas as suas políticas são públicas, pois algumas ações e decisões não têm a intenção do bem-estar da sociedade e partem do interesse privado desses atores que estão ocupando um local de influência na elaboração dessas políticas públicas (Secchi; Coelho; Pires, 2020).

Ainda, as políticas públicas podem ser classificadas em conformidade aos conteúdos que a mesma abarca, originando-se assim o conceito de políticas sociais. Esse tipo de política se destina a questões públicas particulares presentes na sociedade, abordadas e analisadas de forma específica por cada setor ou área da sociedade, sendo levado em consideração as peculiaridades e demandas específicas de cada área, como saúde, educação e outras (Heidemann, 2010). São ações que objetivam o padrão de proteção social, sendo uma tentativa do Estado em diminuir as desigualdades estruturais oriundas dos efeitos colaterais do desenvolvimento socioeconômico (Höfling, 2001).

Pereira e Silva (2014, p. 24) caracterizam as políticas públicas e as políticas sociais pelo

[...] seu aspecto técnico-administrativo quanto pelo seu aspecto político, haja vista que além de serem ferramentas de planejamento dos Governos, as políticas públicas também representam uma forma de intervenção do Estado na vida social, pois se configuram em interesses e expectativas das classes sociais em geral, dos diversos setores e instituições, sejam públicas ou privadas, ou seja, as políticas públicas influenciam significativamente na dinâmica dos diversos segmentos da vida em sociedade.

No Brasil, as políticas sociais demonstram um caráter múltiplo e desigual, mas figuram como um grande instrumento de inclusão social, pois buscam atender as carências socioeconômicas e culturais e assim assegurar o bem-estar democrático e solidário (Pereira; Silva, 2014).

A fase de formulação das políticas públicas é marcada por um conjunto de processos, dentre eles, o estabelecimento da agenda; a especificação das alternativas; uma escolha final entre essas alternativas específicas; a implementação dessa decisão; o monitoramento e a avaliação. Especificamente o estabelecimento da agenda, pode decorrer de três explicações - problemas, política e participantes (Kingdon, 1995).

Alguns problemas apresentam uma notoriedade maior dentre os atores políticos do que outros. Isto ocorre devido a forma de como as situações foram definidas como problemas e como os atores tomaram conhecimento de determinada questão. Todavia, existe uma diferenciação entre questão e problema, no qual as questões são ações que podem ser toleradas, mas não ganham espaço prioritário nas agendas políticas (Kingdon, 1995).

As definições de questões em problemas de políticas públicas podem ocorrer, segundo Kingdon (1995, p. 227), de três formas:

Primeiro, situações que colocam em cheque valores importantes são transformadas em problemas. Segundo, situações se tornam problemas por comparação com outros países ou com outras unidades relevantes. Terceiro, a classificação de uma situação em uma certa categoria ao invés de outra pode defini-la como um certo tipo de problema.

O processo de formulação de uma agenda é complexo e as demandas visam ajudar em uma maior estruturação dessa etapa, fazendo com que nem todas as demandas sejam ou tenham o mesmo propósito, sendo divididas em demandas novas, recorrentes e reprimidas. As demandas novas são resultado de novos problemas ou de novos atores políticos que buscam a mudança social. Figuram como novos problemas, aqueles que existiam ou não de fato e que estavam em uma categoria chamada “estado de coisa”, no qual não tinham força e nem chamavam a atenção dos gestores para se tornar um dos problemas políticos e apresentarem solução. As demandas recorrentes são as que se apresentam novamente ou aquelas que não receberam uma resposta efetiva em sua solução, sendo levantados em pauta no debate político e na agenda governamental. Por sua vez, as demandas reprimidas são aquelas que não ganham espaço para a pauta na agenda governamental, mesmo elas apresentando a situação que

incomoda, prejudica e gera insatisfações para muitos indivíduos (Rua, 2009).

Além de sua classificação em conformidade com sua relação com a agenda governamental e o tempo de surgimento/resolução, o reconhecimento de um problema também perpassa decisões relacionadas a importância dada a temas específicos, grau de importância dada a ele e força política que os mesmos dispõem de modo a mobilizarem os agentes políticos visíveis, responsáveis pelo reconhecimento de um problema como importante ou não.

Portanto, frente às diversas demandas existentes, da formulação de agenda a implementação de políticas públicas há uma hierarquização de prioridades (Silva, 2014), o qual é influenciado a depender do segmento social a qual o tema está inserido (Marcellino, 2001; Rodrigues; Marcellino, 2011). Áreas como educação, saúde, moradia e saneamento básico apresentam maior força na disputa de espaços nas ações governamentais, enquanto o esporte e lazer, historicamente, desfrutam de menor espaço (Isayama; Linhares, 2006).

Tal hierarquização ocorre devido ao Poder Público alegar não possuir recursos suficientes para o desenvolvimento das PP distributivas. Até mesmo direitos sociais assegurados no texto constitucional, por vezes, é negado, ferindo, assim, os direitos sociais e, por conseguinte, resultando em uma seletividade e priorização de setores e assuntos compreendidos pelos gestores como essenciais e merecedores de maior atenção (Rodrigues; Marcellino, 2011; Silva, 2014). Mesmo que vários conteúdos sejam de cunho obrigatório no texto constitucional, acabam não tendo o atendimento obrigatório (Silva, 2016).

O texto constitucional é conhecido por sua ampla garantia aos direitos fundamentais. Com isso, é necessário a definição das prioridades no investimento dos gastos públicos. Caso não ocorra a materialização desses direitos adequadamente, o Poder Judiciário pode intervir, respeitando os limites legais que são postos aos poderes e fazendo valer a prestação do serviço público frente aos limites constitucionais (Ribeiro, 2011).

Diante das possibilidades que são apresentados na Carta Magna, os gestores fomentam o serviço público por meio das normas jurídicas, que podem ser interpretados como Princípios/Regras e Normas Programáticas (Alexy, 1986). Esse processo ocorre devido à maneira como os gestores compreendem as Normas Constitucionais e determinam o grau de eficácia jurídica da norma constitucional, sendo um processo complexo e todas as normas constitucionais possuindo eficácia jurídica até mesmo as que são entendidas como normas programáticas (Pinho, 2024).

Por sua vez, os Princípios Fundamentais são um conjunto de normativas com o intuito de garantir aos indivíduos a dignidade e a proteção dos grupos enquanto sociedade, incluindo os direitos civis e políticos como os direitos sociais, econômicos e culturais (Fonteles, 2024). O título II (Dos direitos e Garantias fundamentais) e, em específico o Art. 5 da Constituição Federal brasileira de 1988, apresenta os direitos e deveres individuais e coletivos.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] (Brasil, 1988, s.p).

Fonteles (2024) aponta que os direitos fundamentais são aqueles relacionados ao direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, sendo de responsabilidade do Estado promover essas ações, se materializando por meio de PP, para a garantia da dignidade em igualdade de condições para os indivíduos, respeitando a cada grupo social presente na sociedade.

Por sua vez, as normas/princípios programáticos são compreendidas como normas constitucionais de eficácia limitada, dependendo de complementação infraconstitucional para serem executadas (Pinho, 2024). Segundo o autor, são aquelas

[...] que estabelecem o esquema geral de estruturação e atribuições de órgãos, entidades ou institutos públicos, para que o legislador ordinário as regule. Normas programáticas são as que fixam programas e metas a serem alcançadas pelos órgãos do Estado. Exemplos: direito à saúde (CF, art. 196), à educação (CF, art. 205), à cultura (CF, art. 215) e ao **esporte (CF, art. 217)**. As normas constitucionais programáticas também possuem eficácia jurídica imediata, ainda que mínima, mesmo antes da edição de qualquer legislação complementar, pois: a) revogam a legislação ordinária que seja contrária aos princípios por elas instituídos; b) impedem a edição de leis contendo dispositivos contrários ao mandamento constitucional; e c) estabelecem um dever legislativo para os poderes constituídos, que podem incidir em inconstitucionalidade por omissão caso não elaborem a regulamentação infraconstitucional que possibilite o cumprimento do preceito constitucional (p. 19, negrito meu).

A justificativa utilizada pelo Poder Executivo para a hierarquização de prioridades é balizada no aumento da demanda da sociedade e diminuição da capacidade do sistema político na utilização dos recursos públicos (Rodrigues; Marcellino, 2011; Silva, 2016). Além disso, os direitos fundamentais e as normas programáticas presentes no texto constitucional, frente a justificativa de falta dos recursos públicos pelo Executivo, ficam sobre a interpretação do gestor, que a partir da sua percepção acaba negligenciando direitos sociais tidos como não fundamentais, como o esporte e lazer (Silva, 2016).

Silva (2016, p. 192) argumenta que esse processo

[...] não decorre de simples e pura vontade política, mas sim porque em um sistema de governo com “recursos insuficientes” para aplicação nos diversos setores e temas, a vontade política se encontraria condicionada ao imperativo jurídico, que exigirá a aplicação dos recursos primeiramente em setores e temas juramentados pela Carta Magna às diferentes esferas governamentais (Federal, Estadual e Municipal) relegando às demais intervenções atenção secundária.

Marcellino (2001) ressalta que a população brasileira apresenta inúmeras dificuldades para o seu bem-estar geral. Isso colabora para uma forte mentalidade de hierarquização das prioridades, na qual os direitos fundamentais recebem mais atenção do que os direitos sociais. A falta de recursos públicos ou mesmo a omissão deliberada do Estado no cumprimento dos direitos sociais como o esporte e lazer, repercute na mercantilização dessas demandas, sendo norteadas pelos interesses comerciais (Botelho, 2001).

O estabelecimento de PP e normas jurídicas pautadas nas concepções norte-americanas faz com que os direitos fundamentais ganhem maior notoriedade nos investimentos da administração pública quanto comparados a outros (Silva, 2014), sendo o que exige a atuação do Estado no financiamento da implementação das PP, atuando de forma direta na resolução dos problemas detectados. Além disso, a administração pública deve atender as necessidades de todos, mesmo havendo um processo de hierarquia das necessidades por intermédio da atuação dos gestores (Marcellino, 2001).

2.4 ENSINO SUPERIOR NO BRASIL COMO POLÍTICA SOCIAL

A educação é prevista na Constituição Federal Brasileira como um direito universal e fundamental de todos, sendo dever do Estado e da família o acesso. A educação é estruturada em básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e Ensino Superior (ES) (Brasil, 1988).

Segundo Luck (1996, p. 155), as instituições de ES podem ser compreendidas como “um organismo social vivo, cujo desempenho se constituiu num processo dinâmico e complexo, dependente de múltiplos fatores sócio-político-culturais, em interação com seus elementos estruturais e conjunturais”.

Em relação ao ES no Brasil, seu fomento compete às Instituições de Ensino Superior (IES), que podem ser privadas ou públicas, e tem como característica a oferta de cursos superiores tecnológicos, de graduação, de extensão e cursos/programas de pós-graduação (Brasil, 1996).

As IES privadas, quando administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito

privado como empresas, podem ser divididas em particulares em sentido estrito, comunitárias, confessionais e filantrópicas. As públicas, decorrem da administração do Poder Público, sendo divididas em Federais, Estaduais e Municipais, respectivamente subordinadas à União, Estado e Municípios (Cavalcante, 2000). Além disso, as IES podem ser classificadas em conformidade com sua organização e respectivas prerrogativas, como faculdades, centros universitários e universidades (Brasil, 1996).

As universidades são entendidas como “[...] instituições pluridisciplinares de formação de quadros profissionais de nível superior e caracterizam-se pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão”. As universidades mantidas pelo poder público gozarão de estatuto jurídico especial” (Ministério da Educação, [s.d], p. 1).

Quanto a sua administração, independente do seu estatuto jurídico, o Art. 7º da Constituição Federal brasileira estabelece que as universidades possuem autonomia para o seu desenvolvimento didático-científico, administrativo, gestão financeira e patrimonial, seguindo o princípio da indissociabilidade do tripé universitário (Brasil, 1988).

A autonomia científica é a liberdade de conhecimento, sendo um dos princípios fundamentais dessa autonomia, permitindo que as universidades pensem em quais problemas investigar, como conduzir essas pesquisas e como avaliar os resultados. A autonomia didática, é a liberdade de ensino e aprendizagem nas universidades. Essa autonomia é fundamental para que as universidades determinem quais são os conhecimentos relevantes, como esses conhecimentos devem ser ministrados, e como o desempenho do acadêmico deve ser avaliado, além de que possam cumprir sua missão educacional. A autonomia administrativa, é o funcionamento eficaz das universidades e é essencial para que as instituições realizem mudanças pertinentes no campo do conhecimento para garantir, assim, a qualidade e a relevância de suas funções acadêmicas e de pesquisa. A autonomia de gestão financeira, é a liberdade das universidades de decidir sobre como os recursos financeiros serão distribuídos internamente, assim estabelecendo prioridades de acordo com suas missões acadêmicas, além de que possam usufruir efetivamente da sua autonomia administrativa (Durham, 1989).

Durham (1989), apresenta as características que compõem cada uma delas (Quadro 1):

Quadro 1 - Características da autonomia da pesquisa, didática, administrativa e gestão financeira das ES.

AUTONOMIA DA PESQUISA	AUTONOMIA DIDÁTICA	AUTONOMIA ADMINISTRATIVA	AUTONOMIA DA GESTÃO FINANCEIRA
Estabelecer as metas científicas, artísticas e culturais que julgar apropriadas; Garantir aos grupos de pesquisa a liberdade de elaborar seus próprios projetos e definir os problemas que consideram relevantes, sujeitos à avaliação de seus pares.	Organizar o ensino, a pesquisa e a extensão; Criar e extinguir cursos, não só regulares, como de extensão ou complementação; Elaborar e estabelecer os currículos para seus cursos de graduação e pós-graduação; Estabelecer critérios e normas de seleção e admissão de candidatos aos seus cursos em todos os níveis; Conferir certificados, graus e diplomas;	Estabelecer a política geral de Universidade para a consecução de seus objetivos; Elaborar, aprovar e reformar seus próprios estatutos; Elaborar, aprovar e reformar os regimentos de suas unidades e demais órgãos; Escolher os seus dirigentes, segundo as normas previstas nos seus estatutos e na sua legislação interna; Contratar, nomear, demitir, exonerar e transferir servidores docentes e não docentes, obedecidas as normas legais pertinentes estabelecidas em seus regimentos e respeitados os Direitos dos trabalhadores; Implantar carreira própria, fixar vencimentos e conceder vantagem ou aumento de remuneração, dentro dos recursos disponíveis; Fixar acordos, contratos, convênios e convenções; Criar cargos e funções.	A iniciativa de elaboração e execução orçamentária, incluindo a competência de remanejamento de recursos entre itens de pessoal, custeio e capital, sem prejuízo da fiscalização por órgão externo competente; A constituição de patrimônio próprio; A liberdade de captar recursos de diferentes fontes e de utilizar esses recursos no atendimento de seus fins.

Fonte: Adaptado de Durham (1989)

Frente aos conceitos e normas estabelecidas na Constituição Federal brasileira de 1988 sobre a função da universidade, Durham (2005) aponta que mesmo que o texto indique para uma autonomia dessas instituições, o Art. 207 apresenta um quadro geral e os limites que permeiam a autonomia delas. O autor ressalta ainda que as universidades brasileiras estão sob o controle da estrutura da Administração Pública, e a mesma mantém o modo de garantir um rígido controle burocrático não apenas para as universidades, mas como todas as entidades que o integram, sem espaço para o movimento de instituições dotadas de autonomia. Assim, o

que é previsto no Art. 7º é ambíguo em relação a outras normas estabelecidas pela Constituição Federal brasileira referente à Administração Pública.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) tentou solucionar essa ambiguidade, deixando mais nítido juridicamente, mas não apresentaram clareza quanto às instituições de direito público (Durham, 2005). Diante disso, a LDB no seu Art. 54 aponta (Brasil, 1996, s.p): “As universidades mantidas pelo Poder Público gozarão, na forma da lei, de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo Poder Público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal.”

Durham (2015) aponta que a autonomia universitária é balizada na premissa de que ela é atuante dentro do exercício de suas atribuições e não na sua referência do benefício próprio. Logo, a sua autonomia ocorre dentro da sua capacidade de reger suas próprias normas.

A autonomia institucional das universidades públicas, especialmente as federais, goza de plena liberdade de ensino e pesquisa, na qual docentes e pesquisadores possuem maior autonomia didático-científica. Porém, as autonomias administrativas e financeiras seguem as normas da Administração Pública, e autonomia autogestão democrática. Ou seja, a autonomia administrativa e financeira recebe restrições pelas normas públicas, com o seu objetivo na gestão interna (Durham, 2005).

A autonomia de gestão financeira é fundamental para o financiamento das atividades das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), como as políticas de ensino, pesquisa e extensão (Amaral, 2008), mesmo tendo de respeitar as imposições que a norma pública estabelece. Ainda, Caetano e Campos (2019, p. 6) traduzem o princípio da autonomia da gestão financeira das IES brasileiras presente na Constituição Federal de 1988 como a “[...] permanente preservação da liberdade de pensamento e da produção de conhecimentos, mediante o ensino, a pesquisa e a extensão, tripé fundamental para a qualidade de educação superior”.

2.5 ESTRUTURA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL E O FINANCIAMENTO NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR

A prestação de serviços públicos, seja ela diretamente ou regime de concessão ou permissão, figura como uma das responsabilidades da Administração Pública (Brasil, 1988).

A prestação de serviços (Almeida, 2022; Brasil, 1988) pode ser realizada pelo Estado via Administração Pública, materializando suas ações de forma centralizada e descentralizada, buscando maior eficiência e especialização nas suas funções. Com isso, toda atividade que a Administração Pública realiza de forma direta ou indireta, tem como alvo satisfazer as necessidades do coletivo, sendo de regime juridicamente predominante público (Pietro, 2024).

O processo de descentralização ocorre por meio da instituição da Administração Indireta (Carvalho, 2020), ou seja, criação de pessoas jurídicas para a realização de competências que são inicialmente função do Estado (Pessoa, 2022). Assim, a prestação do serviço público pautada na descentralização administrativa consiste no estabelecimento de entidades dotadas de personalidade jurídica (Brasil, 1967).

Essas transferências ocorrem com o objetivo de apresentar maior eficiência nas atividades administrativas, transferindo a prestação de serviços públicos para terceiros especializados juridicamente desvinculados do Governo, podendo ocorrer por meio de contratos de concessão (ou permissão de serviços públicos na execução nos termos da legislação) ou através da criação de entidades especializadas pela própria Administração Pública (Carvalho, 2020), assim não possuem capacidade política apenas administrativa (Almeida, 2022). Essa descentralização permite que as decisões sejam mais rápidas e objetivas, melhorando a eficiência e a qualidade do serviço público à sociedade. Além de que, a Administração Indireta está sujeita ao controle finalístico da Administração Direta (Carvalho, 2020).

A Administração Indireta pode ser dividida em Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações públicas (Brasil, 1967; Almeida, 2022). No que concerne às IFES, as mesmas figuram como órgãos da Administração Indireta, estruturadas por meio de Autarquias ou Fundações Públicas (Caetano; Campos, 2019). Especificamente a Fundação, Pessoa Jurídica de fins não lucrativos, é estabelecida por um conjunto de bens em uma entidade legal independente (Carvalho, 2020).

O art. 62 da Lei nº 10.406 (Brasil, 2002) estabelece que para a criação de uma fundação é necessário a formulação de um documento oficial (escritura pública) ou testamento, para a utilização livre dos seus bens para fins da Fundação. A criação de Fundações ocorre somente para fins de assistência social, cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, educação, saúde, segurança alimentar e nutricional, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico,

promoção da ética, cidadania, democracia e direitos humanos, atividades religiosas, podendo ser de ordem privada ou pública.

As Fundações Públicas, de acordo com a Lei nº 7.596 (1987, s.p), são

[...] entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes.

As Fundações Públicas podem ser divididas em direito público e privado. As Fundações Públicas de Direito Público são compreendidas como autarquias fundacionais, assim apresentam a mesma função de autarquias, mas com uma nomenclatura diferente e seguem as mesmas prerrogativas e restrições (Prerrogativas Estatais; Imunidade Tributária; Processos Administrativos; Contratação e Licitações; Servidores Públicos) (Carvalho, 2020).

O Decreto-Lei Nº 200 define a autarquia como “o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da AP, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada (Brasil, 1967, s. p.).” Dentre os direitos sociais fomentados por uma autarquia, encontram-se aqueles relacionados à educação, um dos direitos previstos constitucionalmente no seu art. 205, que expõe que é direitos de todos e dever do Estado e da família (Brasil, 1988).

A educação é um dos direitos sociais que se encontra contemplado pela prestação de serviço público do Estado, sendo entidades da administração indireta (Dutra; Frizzo, 2022), materializando o serviço público por meio de entes especializados, como autarquias ou fundações (Caetano; Campos, 2019). Para tanto, conta com o financiamento do Estado, que se utiliza de quatro modelos de financiamento do ES: Financiamento Incremental ou Inercial; Financiamento por Fórmulas; Financiamento Contratual; e Financiamento por subsídios às mensalidades dos estudantes (Conceição *et al.*, 1998; Velloso, 2000).

O financiamento incremental consiste na utilização de alocação dos recursos com base no orçamento do ano anterior. O recurso é ajustado para cada universidade seguindo os gastos utilizados anteriormente, mas considerando aspectos econômicos, políticos e, por vezes, sociais; o financiamento por fórmulas ocorre quando os recursos são distribuídos de acordo com os indicadores de gestão e desempenho acadêmico e esses indicadores podem estar relacionados ao número de matrículas, taxas de graduação, número de pesquisas, e outros critérios que se relacionam com o desempenho institucional; o financiamento contratual tem

como base contratos de gestão assinados entre o Estado e a universidade e o recurso é condicionado ao cumprimento de metas e objetivos; o financiamento por subsídios às mensalidades dos estudantes é a destinação de cheques educacionais ou subsídios aos estudantes, que utilizam do recurso para o pagamento de mensalidades nas instituições de ES (Silva, 2018; Amaral, 2008).

No que tange às IFES e os mecanismos utilizados por meio das arrecadações para o desenvolvimento das suas ações, o art. 212 da Constituição Federal Brasileira estabelece que a União, Estados/Distrito Federal e os Municípios devem destinar anualmente pelo menos 18% (União), 25% (Estados/Distrito Federal e os Municípios) das contribuições provenientes da coleta de impostos para a manutenção e desenvolvimento do ensino (Brasil, 1988). Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases, no seu art. 55, indica que a União deve assegurar anualmente em orçamento geral os recursos para manutenção e desenvolvimento das suas atividades (Brasil, 1996), além de aplicar no mínimo 18% da arrecadação de impostos, compreendida a proveniente de transferências para a manutenção e desenvolvimento do ensino (Brasil, 1988; Santos, 2013; Caetano; Campos, 2019).

A composição do recurso financeiro para as IFES sofre influência da macroeconômica, principalmente por meio do Produto Interno Bruto (PIB) (Velloso; Marques, 2005). Assim, o financiamento das IFES está sujeito ao arcabouço legal e econômico do governo federal, e esse mecanismo resulta na dependência das instituições, devendo atuar dentro das regras e diretrizes, e tendo que se adaptar às condições econômicas e políticas presentes (Caetano; Campos, 2019).

Logo, o financiamento das IFES depende do orçamento total da União. Sujeitas às leis que regulam o orçamento e as decisões de financiamento, acabam sendo influenciadas pela situação econômica do país e pelas políticas econômicas e gerenciais vigentes pelos Ministérios do Planejamento, Desenvolvimento, Gestão e da Fazenda (Caetano; Campos, 2019).

De acordo com Amaral (2008), as IFES brasileiras seguem o modelo de financiamento que mescla o modelo de financiamento, utilizando o orçamento do ano anterior e a de indicadores de desempenho. Além disso, as IFES pertencem à administração indireta vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Seus recursos orçamentários vêm das prerrogativas legais que indicam a autonomia, obrigatoriedade e responsabilidade da União no seu mantimento. Estão subjugadas as limitações e regras gerais da Administração Pública,

como o planejamento econômico-financeiro e critérios da administração pessoal (Caetano; Campos, 2019).

Fávero e Bechi (2017) apontam que para o seu funcionamento e desenvolvimento de suas ações, as IFES dependem exclusivamente dos recursos do setor público, devido ao alto investimento alocado para o desenvolvimento das ações do tripé universitário. Além das receitas do setor público oriundas do Tesouro nacional, as IFES utilizam de receitas por convênios, taxas e serviços eventuais oferecidos pelas instituições para seu desenvolvimento e manutenção (Amaral, 2008). As mesmas compõem o leque de diferentes fontes de recursos para o desenvolvimento e funcionamento das Universidades Federais brasileiras (Amaral, 2008; Fávero; Bechi, 2017; Costa; Albuquerque; Silva, 2024). Portanto, trata-se de recursos que imperam o Poder vinculatório em sua destinação.

A receita governamental tem como fonte de financiamento os repasses do MEC por meio das rubricas e as aplicações do recurso ficam a caráter das restrições estabelecidas por cada ação orçamentária. O repasse orçamentário para as IFES é oriundo de rubricas específicas para o desenvolvimento de ações, para as quais são apresentadas as finalidades e o direcionamento da utilização do recurso público por meio das normas de vinculação de poder. Portanto, tratam-se de recursos em que impera o Poder vinculatório em sua utilização.

Cerca de 88% dos recursos utilizados pelas Universidades Federais brasileiras são do Tesouro Nacional (Modalidade de financiamento incremental ou inercial) (Fávero; Bechi, 2017). Os convênios/contratos são a segunda maior fonte de recursos em todas as Universidades Federais (cerca de 8% da receita total). Esses convênios/contratos podem ocorrer por meio de organismos públicos ou privados, em diferentes níveis dos entes federativos (Fávero; Bechi, 2017). Os convênios podem apresentar o caráter federal, estadual ou municipal, e as universidades exploram o maior número possível dentro do permitido pela legislação, sendo a segunda maior fonte de recursos (Soares *et al.* 2009).

Por fim, há as receitas próprias, captadas pelas próprias universidades por meio da prestação de serviços (Soares *et al.*, 2009). As arrecadações próprias ocorrem por meio da exploração de atividades, usando a Administração Pública (Amaral, 2008; Soares *et al.*, 2009). Os recursos próprios são captados de diferentes formas, como por meio de “[...] prestação de serviços pelas diversas unidades da instituição, prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS) pelos Hospitais Universitários (HU’s), taxas internas, alugueis, doações, receitas resultantes de aplicações no mercado financeiro etc.” (Amaral, 2008, p.

665).

No que concerne ao financiamento incremental, o MEC possui 154 unidades orçamentárias, vinculadas a Administração Direta, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, os Centros Federais de Educação Tecnológica, os Institutos Federais de Educação, Universidades Federais, Hospitais Universitários, Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares e outros órgãos vinculados (Brasil, 2023). Especificamente para o ES, apresenta seis rubricas com a aplicação dos recursos condicionados, conforme Quadro xx.

Quadro 3 - Rubricas para o financiamento das IFES

RUBRICA	MODALIDADE DE INTERVENÇÃO	AÇÃO
15R3	Apoio à Expansão das Instituições Federais (apenas na UO 26101 – Adm. Direta).	Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior.
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais (na UO da instituição).	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior.
219V	Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais (apenas na UO 26101 – Adm. Direta).	Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Superior.
20RK	Funcionamento das Instituições Federais (na UO da instituição).	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior.
20GK	Fomento às Instituições Federais.	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.
0048	Apoio às Entidades Não Federais.	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais.

Fonte: Adaptado de Brasil, 2023.

Diante as rubricas destinadas ao ES, apenas a rubrica 20GK contempla o fomento de ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, além do fomento de ações de graduação e pós-graduação, cabendo o desenvolvimento de programas e projetos que apresente as seguintes características:

- Pesquisa, tutoria e extensão na graduação e pós-graduação; Implementação de ações educativas e culturais; Formação, aperfeiçoamento e pesquisa de interesse do Sistema Nacional de Pós-Graduação;
- Incentivo à implementação de novas diretrizes curriculares em cursos de graduação

nas IES públicas;

- Promoção e incentivo à participação em congressos, seminários e simpósios científicos e culturais; Premiação de Pesquisadores. Edição de obras científicas e educacionais; Permanência de estudantes e pesquisadores em missões de estudo no exterior;
- Suporte a iniciativas e projetos que consolidam o conhecimento na prática através de atividades comunitárias; Promoção da indissociabilidade entre pesquisa, tutoria e extensão, e integração entre IES e hospitais universitários e a comunidade;
- Formação de grupos tutoriais para otimizar o potencial acadêmico dos alunos e promover a integração entre atividade acadêmica e futura atividade profissional, melhorando o ensino-aprendizagem (Brasil, 2023).

Embora a rubrica coloque limites na aplicação dos recursos, portanto, condicionadas aos fins que a originou, não há indicações sobre percentuais específicos para o desenvolvimento das ações do tripé universitário. Portanto, permite ao gestor a tomada de decisão discricionária na distribuição dos recursos entre as ações desenvolvidas pela instituição, dando espaço para que decisões em conformidade com a vontade política do gestor sejam implementadas. Ou seja, conforme expõem Costa, Albuquerque e Silva (2024), a priorização das demandas dispõe de respaldo jurídico para tomada de decisão.

O financiamento das atividades desenvolvidas pelas IFES também pode ocorrer com intermédio de políticas específicas materializadas por intermédio de programas, como a Política Nacional de Assistência Estudantil. Ainda, pode ocorrer por intermédio de programas direcionados a temas específicos, como o esporte, que desde 2009 contou com o Programa Segundo Tempo Universitário.

A aplicação dos recursos oriundos dessas diferentes fontes de financiamento se encontra subordinada aos princípios da Administração Pública, dentre eles, o Poder Vinculado e o Poder Discricionário.

O Poder Vinculatório é aquele no qual o gestor é obrigado a seguir a lei, determinando a conduta a ser seguida e não apresenta oportunidade para a escolha de conduta (Carvalho, 2020; Di Pietro, 2014). A lei determina qual deve ser o comportamento administrativo ou seus aspectos (Marrara, 2024). O agente público simplesmente deve executar a vontade da lei (Di Pietro, 2014), quanto maior for a vinculação ao texto legal, menor é a possibilidade de autonomia de escolha do agente público. Logo, o tamanho do poder vinculado ditará o

comportamento estatal e menor será o espaço de responsabilidade do agente público (Marrara, 2024).

Já o Poder discricionário é o oposto. Embora o gestor esteja subordinado à lei como o Poder Vinculado, há ocasiões em que a própria lei abre espaço para o gestor identificar e seguir com a solução que ele acredita ser a mais adequada (Carvalho, 2023). A discricionariedade é a prerrogativa que a lei atribui ao agente público de escolher ou optar por dois ou mais comportamentos, com o devido respaldo legal (Marrara, 2024). Isso ocorre, dentro de uma situação concreta, onde o agente público vai selecionar entre as possibilidades predefinidas qual a mais indicada para a defesa do interesse público (Di Pietro, 2014). Além disso, quando o agente público possui um grau maior de discricionariedade, mais flexibilidade tem o Poder Público e mais responsabilidades terão os agentes. Com isso, o poder discricionário não é um poder autônomo com conteúdo próprio, é uma característica dos poderes ou das competências administrativas e é uma forma do legislador definir a atuação do agente público de acordo com a realidade, permitindo que este tome a decisão frente às peculiaridades da situação concreta. Além disso, aparece como característica dos poderes de sancionar, fiscalizar, normatizar, contratar ou qualquer outro (Marrara, 2024).

3. RESULTADOS

Considerando as normativas do Programa de Pós-graduação em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste e a possibilidade existente de apresentação da dissertação de mestrado no formato de artigo, a seguir são apresentados os quatro manuscritos oriundos do processo de desenvolvimento do mestrado. Os textos se encontram organizados em sua estrutura e normas de citações e referências, em conformidade com as exigências de cada periódico.

3.1 ARTIGO 1

Ensino Superior e barreiras sociais: estrutura do Programa Segundo Tempo Universitário e a promoção das atividades físicas de lazer

Artigo submetido: Práxis Educativa – Percentil Scopus 28

**Ensino Superior e barreiras sociais: estrutura do Programa Segundo Tempo
Universitário e a promoção das atividades físicas de lazer**

**Higher education and social barriers: the structure of the Second Time University
Program and the promotion of physical leisure activities**

**Educación superior y barreras sociales: la estructura del Programa de Segunda
Oportunidad Universitaria y el fomento de las actividades físicas en el tiempo libre**

Resumo: Nas últimas duas décadas o perfil dos estudantes de Universidades Federais tem se configurado por pessoas que acumulam atividades acadêmicas e laborais, impactando na vivência do lazer e, exigindo, políticas públicas. Frente ao exposto, desenvolveu-se uma pesquisa longitudinal retrospectiva, qualitativa, exploratória e documental. Com base em diretrizes e editais do programa, objetivamos analisar a estrutura de funcionamento do Programa Segundo Tempo Universitário e as possibilidades do programa em mitigar os efeitos da falta de tempo como barreira às atividades físicas de lazer em universitários federais. O programa é inovador e relevante às atividades físicas de lazer estudantil, com potencial para mitigar os efeitos da falta de tempo como barreira, mas, a diminuição de 300 para 200 usuários nos últimos anos figura como limitação. Conclui-se que o programa tem potencial parcial e limitado para mitigar os efeitos da falta de tempo dos universitários federais nas vivências de atividades físicas de lazer.

Palavras-chave: Ensino Superior. Políticas Públicas. Barreiras sociais. Falta de tempo.

Abstract: In the last two decades, the profile of students at Federal Universities has been shaped by people who accumulate academic and work activities, impacting on their leisure experience and requiring public policies. In view of the above, a retrospective, qualitative, exploratory and documentary longitudinal study was carried out. Based on the program's guidelines and public notices, we aimed to analyze the operating structure of the Segundo Tempo Universitário Program and the possibilities of the program in mitigating the effects of lack of time as a barrier to physical leisure activities among federal university students. The program is innovative and relevant to student physical leisure activities, with the potential to mitigate the effects of lack of time as a barrier, but the decrease from 300 to 200 users in recent years is a limitation. The conclusion is that the program has partial and limited potential to mitigate the effects of the lack of time for federal university students to experience leisure physical activities.

Keywords: Higher education. Public policies. Social barriers. Lack of time.

Resumen: A lo largo de las últimas dos décadas, el perfil de los estudiantes de las Universidades Federales se ha configurado por personas que acumulan actividades académicas y laborales, impactando en su experiencia de ocio y requiriendo políticas

públicas. En vista de lo anterior, se realizó un estudio longitudinal retrospectivo, cualitativo, exploratorio y documental. A partir de las directrices del programa y de las convocatorias públicas, se buscó analizar la estructura de funcionamiento del Programa Universitarios de Segundo Tiempo y el potencial del programa para mitigar los efectos de la falta de tiempo como barrera para la realización de actividades físicas de tiempo libre entre estudiantes universitarios federales. El programa es innovador y relevante para las actividades físicas de ocio de los estudiantes, con potencial para mitigar los efectos de la falta de tiempo como barrera, pero la reducción de 300 a 200 usuarios en los últimos años es una limitación. La conclusión es que el programa tiene un potencial parcial y limitado para mitigar los efectos de la falta de tiempo para que los estudiantes universitarios federales realicen actividades físicas de ocio.

Palabras clave: Enseñanza superior. Políticas públicas. Barreras sociales. Falta de tiempo.

Introdução

O ingresso na universidade ocorre no âmbito do processo de transição da adolescência para a vida adulta, que é caracterizado por mudanças substanciais (Teixeira *et al.*, 2008), que afetam aspectos sociais, pessoais e familiares (Kaji *et al.*, 2021). O sentimento de realização, a satisfação pela escolha do curso e o ingresso na universidade contrastam com a falta de recursos pessoais, dificuldades acadêmicas básicas, imprecisão de um projeto de carreira profissional e, por vezes, a falta de apoio institucional (Igue *et al.*, 2008). Grandes modificações ocorrem nos laços sociais consolidados, sendo acentuada com a criação do Sistema de Seleção Unificada, dado que muitos são aprovados em cursos em cidades diferentes das suas origens (Lima; Malange; Borges, 2018).

Para obter o título no curso escolhido, os alunos são submetidos à organização da semestralização, que pode ocorrer em períodos específicos ou em regime de tempo integral (Martineli; Ribeiro; Silva, 2023). De acordo com a matriz curricular do curso de graduação escolhido, é necessário cumprir créditos no mínimo de 2.400 horas e no máximo de 7.200 horas, respectivamente, entre 2 a 7 anos (Brasil, 2007).

Devido à carga horária necessária para a obtenção do diploma, têm sido evidenciadas queixas relacionadas com o tempo reduzido para os estudos. Isso tem tido impacto no rendimento acadêmico, uma vez que gera nervosismo (Casanova; Bernardo; Almeida, 2021) e ansiedade (Mota *et al.*, 2023), causando prejuízos à saúde e influenciando negativamente o processo.

Além do tempo destinado ao cumprimento dos créditos e estudos com as disciplinas obrigatórias, os alunos das Instituições Federais de Ensino Superior enfrentam outra realidade,

sobretudo os que possuem uma renda mensal per capita de até um salário mínimo e meio, que representam 70,2% dos estudantes vinculados a essas instituições (Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis [Fonaprace], 2019).

Diante da vulnerabilidade socioeconômica em que um elevado percentual de estudantes se encontra inserido, um dos mecanismos para minimizar os efeitos dessa realidade é a inserção no mercado de trabalho, que pode ocorrer em simultâneo com os estudos. Segundo Carvalho e Cardoso (2022), o envolvimento dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica no mercado de trabalho é necessário, visto que população necessita complementar o orçamento-familiar.

De acordo com o Fonaprace (2019), os estudantes universitários de instituições de ensino superior que trabalham ou estão à procura de emprego representam, respectivamente, 29,9% e 40,6% dos inscritos, o que influencia e amplia a complexidade relacionada com a gestão do tempo. Como consequência, pouquíssimo tempo resta para o envolvimento e fixação dos conteúdos aprendidos nas disciplinas cursadas, integração social e participação em projetos extracurriculares. Isso porque, os estudantes utilizam os horários vagos, as pausas para o almoço e a troca entre as aulas na universidade para cumprir as atividades acadêmicas que precisam ser realizadas (Carvalho; Cardoso, 2022).

Tal cenário tem impactado negativamente não apenas na formação acadêmica, mas também na vida social, uma vez que tem resultado na diminuição do tempo disponível e, consequentemente, nas experiências que compõem a vida em sociedade, como o lazer.

No âmbito das atividades de lazer, especificamente no que se refere a presente investigação, atividades físicas de lazer são o foco de interesse.

As atividades físicas de lazer, segundo Silva (2022a, p. 553), consistem em

[...] ações humanas frente ao tempo disponível com experiências diversas que envolvem o movimento, independente da intensidade e duração da mesma, ou seja, não se limitam aos esportes ou as atividades físicas de elevado gasto energético (moderadas ou vigorosas), podendo, inclusive, jogos, brincadeiras, danças, conscientização corporal, dentre outras, serem contempladas. Podem ser realizadas de forma não sistematizada, com frequência eventual (eventos, amistosos, competições) ou sistematizada, com frequência contínua e planejada (projetos, programas, academias, clubes, dentre outros).

As atividades físicas de lazer aqui compreendidas dialogam com a concepção de atividades físicas holísticas desenvolvidas por Piggin (2020). Portanto, assumem-se como experiências que as pessoas vivem em espaços e contextos culturalmente específicos, contribuindo para o desenvolvimento fisiológico, psicológico, emocional, afetivo, social,

político e cultural.

O impacto negativo da falta de tempo decorrente do acúmulo das funções de estudante e trabalhador tem sido evidenciado na literatura nacional sobre a AFL entre brasileiros, sobretudo devido à longa jornada de estudos e tarefas domésticas (Braga; Alves; Souza, 2022) ou à jornada de trabalho extensa (Pinto *et al.*, 2017). Um quadro semelhante foi evidenciado entre universitários chilenos (Norambuena *et al.*, 2021), espanhóis (Peñarrubia-Lozano *et al.*, 2020) e colombianos (Rodríguez Castellanos *et al.*, 2018).

Neste sentido, a presente investigação tem como objetivo analisar a estrutura de funcionamento do Programa Segundo Tempo Universitário (PSTU) e as possibilidades do programa em mitigar os efeitos da falta de tempo como barreira às atividades físicas de lazer dos estudantes universitários federais.

Materiais e métodos

Trata-se de pesquisa longitudinal retrospectiva, que adota ocorrências pretéritas e de longo período como objeto de análise. Quanto aos dados obtidos, estes são de natureza qualitativa e, face aos objetivos, de natureza exploratória (Gil, 2002). Em relação a técnica da pesquisa, classifica-se como documental, destinada a análise de arquivos públicos eletrônicos, fonte de publicações administrativas e internas de instituições anteriormente ainda não analisadas (Marconi; Lakatos, 2002).

A técnica de pesquisa estruturou-se em cinco etapas: formulação do problema; elaboração do plano de trabalho; identificação das fontes; localização das fontes de obtenção do material; análise e interpretação (Gil, 2010).

A formulação do problema ocorreu na fase de projeto da dissertação do primeiro autor, que estabeleceu os pressupostos norteadores e, em seguida, o cronograma/ações a realizar através do plano de trabalho. O plano de trabalho foi pensado e elaborado a partir do cronograma do projeto, o qual está dividido em etapas: a) levantamento bibliográfico, b) revisão de literatura, c) coleta de dados, e) análise e interpretação dos resultados, f) publicação de artigos.

A identificação e localização das fontes e a obtenção do material, por se tratar de uma pesquisa documental, foram as Diretrizes do PSTU e os editais de abertura e de resultados. O período temporal em análise foi 2009 a 2023. O acesso aos documentos ocorreu através de

consulta ao portal do Ministério do Esporte.

Na análise e interpretação dos dados foram adotados os procedimentos analíticos propostos por Gil (2010), nomeadamente: a definição dos objetivos ou hipóteses; a constituição de um quadro de referência; a seleção dos documentos a serem analisados, a definição de unidades de análise.

A definição dos objetivos ou hipóteses ocorreu durante a fase exploratória, com o intuito de aproximar o pesquisador da área de estudo e do objeto de investigação. A constituição de um quadro de referência ajudou a orientar a investigação de forma geral e a interpretar os dados. O quadro de referência adotado esteve em conformidade com os temas Políticas Públicas (Secchi, 2021; Secchi; Coelho; Pires, 2020), Atividades Físicas (Piggin, 2020) e Atividades Físicas de Lazer (Silva, 2022a).

Após a seleção dos documentos no *site* do Ministério do Esporte, todos foram transferidos para um banco de dados *online* em *drive*, organizados por ano e, posteriormente, abertos no *software Adobe*.

As unidades de análise definidas e selecionadas para o estudo foram: financiamento, recursos financiados, público-alvo, número de atendimentos propostos, forma de atendimento e estrutura de implementação e desenvolvimento do programa.

A análise qualitativa baseou-se na análise de conteúdo. A interpretação dos dados ocorreu por meio de análise criativa e argumentativa de política pública, conforme orientado por Secchi (2021).

Resultados

Em relação ao financiamento, o programa disponibiliza recursos para a compra de material esportivo, de uniformes e para a contratação de recursos humanos - professor e monitores (Quadro 1). O valor total do programa destinado a cada núcleo entre 2009 e 2023 aumentou em 169.58%. Em comparação com os anos de 2021 e 2023/2026, o projeto recebeu um aumento de 15.86%.

Quadro 1. Financiamento dos núcleos do Programa Segundo Tempo Universitário – Brasil, 2010/2023.

	2009	2011	2016	2020	2021	2023 – 2026
Uniforme	R\$ 10.000,00	-	-	-	R\$ 15.000,00	R\$ 41.000,00
Material esportivo		-	-	-	R\$ 20.000,00	
Professor	R\$ 28.800,00	-	-	-	R\$ 72.960,00	R\$ 45.600,00
Monitores	R\$ 9.000,00	-	-	-	R\$ 20.900,00	R\$ 62.700,00
Total	R\$ 47.800,00	-	-	-	R\$ 128.860,00	R\$ 149.300,00

Nota: Próprio autor.

No que concerne ao público-alvo, conforme quadro 2, predominaram os discentes. Ao longo do período em análise, verifica-se uma oscilação no número de beneficiados, tendo-se iniciado com 100 em 2010, aumentado para 300 entre 2016/2021, e diminuindo para 200 em 2023/2026.

Quadro 2. Público-alvo e quantidade de beneficiários atendidos por núcleo do PSTU – Brasil, 2010-2023.

Ano	Público-alvo	Metas
2010	Prioritariamente discente	100
2011	Não informado	-
2016	Prioritariamente discente	300
2020	Prioritariamente discente	300
2021	Prioritariamente discente	300
2023-2026	Discente	200

Nota: Próprio autor.

Quanto à sua estrutura de implementação e desenvolvimento, inicialmente o projeto piloto teve inicialmente uma duração 12 meses. A partir de 2011, a sua vigência passou a ser mais longa, com 24 meses. Além de ter a sua duração prolongada em 2016, passou a ser organizado por fases – estruturação (4 meses), execução/desenvolvimento (19 meses) e recesso (1 mês). No entanto, desde 2020, a implementação passou a contar com 6 meses para estruturação e 17 meses para execução/desenvolvimento (Quadro 3).

Quadro 3. Estrutura e fases de implementação e desenvolvimento do PSTU – Brasil, 2010/2023.

	2010	2011	2016	2020	2021	2023-2026
Total	-	2	4	4	4	24
Estruturação	-	-	4	6	6	6
Execução/Desenvolvimento	-	-	9	7	7	17
Recesso	-	-	1	1	1	1

Nota: Próprio autor.

Quanto às características das oficinas ofertadas, estas são prioritariamente voltadas ao esporte de participação (lazer). Contudo, por se desenvolverem no contexto universitário, também têm características e objetivos voltados à vertente educativa do esporte. Ademais, em 2020, foi aberta a possibilidade das oficinas contemplarem a dimensão rendimento do esporte. Quanto ao conteúdo das oficinas, não há uma determinação sobre quais devem ser oferecidas, ficando as mesmas a critério das universidades ajustá-las às realidades locais. Contudo, em 2016 e 2023/2026 foram apresentadas algumas sugestões. O funcionamento de cada núcleo ocorre com atendimentos duas vezes por semana, com duração de uma hora e meia cada aula (Quadro 4)

Quadro 4. Quantitativo de oficinas, tipos, aulas semanais e duração de 2020 - 2023.

	2009	2011	2016	2020	2021	2023-2026
Quantidade de oficinas por núcleo	Não informa	Não informa	Não informa	Não informa	Não informa	Não informa
Sugestões de modalidades	Não informa	Não informa	Coletivas - Basquetebol, Futebol de Campo, Futsal, Handebol, Voleibol, entre outras. Individuais - Atletismo, Capoeira, Ginásticas (rítmica/artística/olímpica), Lutas, Natação, Tênis de Campo, Tênis de Mesa, entre outras	Não informa	Não informa	Coletivas - Basquetebol, Futebol de Campo, Futsal, Handebol, Voleibol, entre outras. Individuais - Atletismo, Capoeira, Ginásticas (rítmica/artística/olímpica), Lutas, Natação, Tênis de Campo, Tênis de Mesa, dança, entre outras.
Quantidade de aulas semanais	2	Não informa	2	2	2	2
Duração	1h30 min	Não informa	1h30 min	1h30min	1h30min	1h30min

Nota: Próprio autor.

Discussão

Os recursos financeiros transferidos pelo Poder Público para funcionamento das instituições, em muitos casos, não atendem às realidades e aos temas distintos presentes nas universidades. Por conseguinte, o desenvolvimento de um programa federal que transfira fundos específicos para a aquisição e pagamento de equipamentos, materiais e profissionais é um elemento importante para o desenvolvimento das atividades físicas de lazer (AFL), tornando o Programa Segundo Tempo Universitário uma política pública inédita e inovadora desde então.

Os recursos transferidos, sobretudo os destinados a materiais esportivos, permitem que cada universidade defina as suas especificidades e o quantitativo, de acordo com as suas necessidades e oficinas ofertadas.

O financiamento da contratação de recursos humanos permite o desenvolvimento das oficinas por um conjunto de profissionais, composto por acadêmicos e professores. A atribuição de fundos para a contratação de monitores e professores para orientar e acompanhar as oficinas é um elemento que merece destaque, dado que os editais de financiamento de projetos no âmbito universitário frequentemente limitam o pagamento de bolsas aos estudantes.

A presença de um professor e de estudantes de ensino superior num grupo de trabalho tem efeitos positivos na formação e qualificação dos estudantes que atuam como monitores, pois a existência de um profissional de educação física para planejar, desenvolver, acompanhar e orientar as aulas assegura a ampliação da formação, algo pretendido pelos objetivos específicos do PSTU desde 2016. Portanto, esta é uma realidade diferente daquela que por vezes é observada em atividades de extensão universitária, em que a atuação de estudantes, segundo Paiva e Marcellino (2004), acaba por ser utilizada como “mão-de-obra barata”.

A estruturação dos recursos humanos, com professores e monitores contemplados por bolsas, também pode contribuir para a qualidade do projeto e, consequentemente, para a satisfação dos usuários, uma vez que os erros inerentes ao processo de formação profissional, podem ser corrigidos e mitigados no processo formativo do programa. Não por acaso, Silva (2021) evidenciou que, na avaliação dos usuários do PSTU, a capacidade técnica do professor e dos monitores figurou como o principal fator de satisfação, sendo avaliado como excelente por 73,87% dos usuários e como boa, por 26,12%.

O financiamento de programas específicos de AFL no contexto universitário é essencial, dado que algumas instituições não consideram o esporte uma prioridade na alocação de recursos provenientes de fontes federais, fazendo com que o tema tenha pouco espaço nas políticas institucionais e que haja um investimento financeiro reduzido (ou nulo) no desenvolvimento das atividades físicas de lazer.

Esta realidade tem sido evidenciada na Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), programa federal que no contexto universitário contempla o esporte entre os temas para os quais os recursos podem ser aplicados. Esta política de assistência estudantil destina-se prioritariamente a estudantes em vulnerabilidade socioeconômica (Oliveira; Deus; Campos, 2024), dispondo de 13 programas, entre os quais, o Programa de Assistência Estudantil (Brasil, 2024), que abrange 10 eixos em que os recursos públicos podem ser aplicados (moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, atendimento pré-escolar a dependentes, apoio pedagógico, e acesso, participação, aprendizagem e acompanhamento pedagógico de estudantes) (Brasil, 2024).

Contudo, em decorrência de um sistema de hierarquização de prioridades, as universidades federais, fazendo uso de sua autonomia, têm investido os recursos financeiros do Programa de Assistência Estudantil (PAE) sobretudo na moradia, alimentação, apoio pedagógico, atenção em saúde e inclusão digital (Januário; Nelson; Medeiros, 2024; Ferreira; Sanabria; Cintra, 2023; Fava; Cintra, 2022).

Muitas instituições optam por não desenvolver ações esportivas com base na PNAES. Em 2020, apenas 11 universidades realizaram ações que contemplaram a área do esporte (Fava; Cintra, 2022). No período de 2020 a 2021, somente 37 aplicaram o recurso no esporte (Januário; Nelson; Medeiros, 2024). Entre 2010 e 2023, apenas 37 instituições aplicaram o recurso no esporte (Ferreira; Cintra, 2023). Ademais, as instituições que utilizaram recursos dessa política no período de 2010-2023, aplicaram no esporte apenas 0.50% do total disponibilizado. Especificamente entre as instituições do Centro-Oeste que utilizam recursos do PAE para o esporte, os percentuais foram 7.95% na UFJ, 2.81% na UFGD e 3.61% na UFR (Ferreira; Cintra, 2023).

No decorrer dos anos do programa, os valores financiados foram corrigidos e ampliados, o que se faz relevante, seja para aquisição de materiais esportivos de qualidade, como também para a valorização dos recursos humanos envolvidos. A atualização financeira é algo relevante no contexto das políticas públicas, dado que, em caso de infração, a

manutenção dos valores por um período prolongado impediria a compra dos materiais esportivos necessários e, conseqüentemente, os atendimentos seriam afetados negativamente. Outro aspecto relevante é dos recursos humanos, visto que a manutenção do valor da bolsa para os monitores e professores por um período prolongado sem atualização resultaria na perda do poder de compra e, conseqüentemente, na desmotivação no que se refere ao desenvolvimento das atividades de planejamento e realização das oficinas.

A diminuição do número de estudantes a serem atendidos por núcleo para 200 é um aspecto negativo nas reformulações que o programa passou, colaborando para a diminuição do acesso às vivências de AFL no contexto das universidades contempladas em 33.33%. Esperava-se que, sendo o único programa existente e dedicado às atividades físicas de lazer para universitários, o mesmo passasse por aumento gradual ao longo da sua existência.

Isso porque, tem sido baixo o envolvimento de estudantes universitários com AFL (Oliveira; Deus. Campos, 2022; Gouveia *et al.*, 2025), sendo a falta de tempo a principal responsável (Braga; Alves; Souza 2022; Pinto *et al.*, 2017). Por outro lado, a utilização dos espaços esportivos existentes nas universidades e a implementação de programas nas próprias universidades, tem sido benéfica para a ampliação das vivências de AFL por universitários (Silva; Reverdito, 2023).

Políticas públicas implementadas no contexto universitário podem favorecer a mitigação do baixo envolvimento com as AFL, pois a utilização da estrutura e a presença dos estudantes na instituição acaba por se tornar um fator facilitador, diminuindo os impactos negativos, ao mesmo em parte, das barreiras ambientais e sociais existentes. Estas foram as evidências de Silva e Reverdito (2023), que, em estudo com usuários do PSTU, apontando que a gratuidade das ações e a realização das atividades na própria instituição foram os principais fatores facilitadores ao envolvimento.

Silva (2021) afirma que o PSTU tem relevância e legitimidade social. Além disso, realça a importância de manter e expandir o programa no âmbito esportivo de participação e educacional. Silva e Reverdito (2023) constataram que o programa é uma política pública que cumpre seu papel social na democratização e equalização do acesso dos diferentes tipos de realidades sociais que permeiam as IFES.

Isso porque, com programas de AFL realizados nas próprias universidades, os estudantes não necessitam de se deslocar para equipamentos específicos, que por vezes se encontram distantes da universidade e da residência (Silva; Ungheri, 2023), fazendo com que

num cenário de tempo escasso, o mesmo seja otimizado. Estas ações são importantes para superar as barreiras sociais, como a falta de tempo.

A utilização dos espaços das universidades se configura como elemento importante não só para prover programas específicos de AFL para os discentes, como também para treinos esportivos, atividades das atléticas e eventos, algo que o PSTU incluiu a partir de 2016, quando reconheceu o esporte de rendimento como uma possibilidade, contemplando, portanto, as três dimensões do esporte, embora, esporte-participação seja predominante.

O esporte, de acordo com Tubino (1991, p. 27), em linhas gerais, apresenta como características três domínios – educacional, participação e rendimento.

[...] O esporte-educação que se percebe o aspecto do esporte de maior conteúdo socioeducativo. Ele se baseia em princípios educacionais, como participação, cooperação, coeducação, integração e responsabilidade. O esporte-participação ou esporte popular, por sua vez, se apoia no princípio do prazer lúdico, no lazer e na utilização construtiva do tempo livre. Esta manifestação esportiva não tem compromisso com regras institucionais ou de qualquer tipo e tem na participação o seu sentido maior, podendo promover por meio dela o bem-estar dos praticantes, que é a sua verdadeira finalidade. O esporte-rendimento, é disputado obedecendo rigidamente às regras e aos códigos existentes, específicos de cada modalidade esportiva. Por isso é considerado um tipo de esporte institucionalizado, do qual fazem parte federações internacionais e nacionais que organizam as competições no mundo todo.

Miranda, Loreno e Costa (2020) observaram que na UnB ocorre o processo de priorização da utilização dos espaços esportivos para os atletas no período noturno, sendo este um dos elementos importantes, uma vez que 78% dos estudantes estão em cursos diurnos, permitindo conciliar os horários de treino e de estudos na própria instituição.

Silva (2021) observou que a infraestrutura esportiva de uma universidade federal no Mato Grosso do Sul era o principal espaço utilizado pelas Associações Atléticas Acadêmicas para os treinos, contribuindo para o desenvolvimento das ações esportivas do associativismo estudantil. Ferreira (2021), em estudo junto às Universidades Federais de Minas Gerais, concluíram que a promoção do esporte universitário por meio de eventos tinha impacto significativo na vida dos estudantes, promovendo melhorias nos aspectos sociais, aumento do sentimento de pertencimento e ocupação dos espaços.

Políticas públicas que financiam e fomentem as AFL no contexto universitário podem figurar como uma ferramenta poderosa na diminuição dos efeitos negativos das desigualdades sociais, dentre elas, as socioeconômicas, corroborando com que as mesmas sejam amenizadas.

Conforme Knuth e Antunes (2021), as experiências com as AFL no contexto brasileiro não figuram como escolhas, mas sim privilégio que poucos têm.

As políticas públicas voltadas aos direitos sociais, dentre elas, aquelas que contemplam as AFL, podem contribuir com a diminuição de injustiças sociais. Além disso, podem corroborar com a PS, aqui entendida segundo a abordagem socioambiental, que a compreende como a necessidade de mobilização de recursos políticos, humanos e financeiros de diversos setores, exigindo intersectorialidade e participação do Estado e da Sociedade Civil (Silva, 2013). Nesta abordagem, a PS surge como um

[...] conceito amplo, vai além das ações de prevenção de agravos e possibilita o indivíduo exercer sua autonomia e alcançar melhores condições de vida. É entendida como o processo que capacita a população a exercer e aumentar controle sobre a sua saúde, visando o estado de bem-estar” (Silva *et al.*, 2013).

A PS consiste num conjunto de ações sistemáticas, contínuas e articuladas, que têm em consideração os fatores biológicos, sociais, afetivos, cognitivos e culturais do sujeito. Portanto, o seu delineamento baseia-se na compreensão dos efeitos estruturais, comunitários e individuais. Conforme Carvalho (2016) destaca, reconhece-se a importância e as possibilidades da PS através de AFL para além dos efeitos utilitaristas e individualistas da proteção contra doenças crônicas não transmissíveis.

Este conceito de PS está em sintonia com o conceito de atividade física apresentado por Piggin (2020) e, de forma articulada, nas AFL podem obter resultados favoráveis, vez que fortalece vínculos (Falci; Balsário, 2013), conjugam conhecimentos, proporcionam segurança e confiança, aspectos provenientes do bem-estar psicológico e social (Scabar *et al.*, 2012), afeto positivo (Webb; Forrester, 2015), melhor satisfação com a vida (Jetzke; Mutz, 2020), aumento das habilidades sociais – gasto de tempo, respeito pelos outros, sentido de pertencimento/associação, capacidade de multitarefa, capacidade de desenvolver amizades, habilidade de cooperação em grupo/habilidades de comunicação, consciência multicultural e habilidades para resolver problemas (Forrester, 2014) e senso de comunidade (Artinger, *et al.*, 2006).

Ao considerarmos o PSTU como política pública que pode contribuir para a ampliação do acesso às AFL e PS, não a fazemos de forma ingênua, como se ela, por si só, bastasse. O programa, assim como qualquer outra política pública voltada às AFL isoladamente, pode contribuir apenas parcialmente, pois, se por um lado a sua presença gratuita nas universidades

oferece maiores oportunidades de permanência no programa (Silva; Reverdito, 2023), por outro, permanecem em aberto as questões macros, como a necessidade dos estudantes se envolverem concomitantemente com os estudos e o trabalho, as desigualdades sociais, as questões étnicas, as questões de gênero.

Tal reflexão se faz oportuna, de modo a não caracterizar uma visão moralista conservadora de que somente a existência do programa por si só seria suficiente para resolver um problema complexo que, para além de exigir a intervenção de políticas públicas intersetoriais, também clama por uma reconfiguração da distribuição de renda nacional e pela equalização do acesso aos bens culturais. Ademais, o próprio programa demonstra padecer de problemas internos que exigem reformulações, como a diminuição do número de atendimentos observada no presente estudo e sua baixa abrangência, com caráter não universal e altamente seletivo e descontínuo, conforme evidenciado por Silva (2022b) e Albuquerque e Silva (2025).

Considerações finais

O PSTU consiste em uma política pública implementada por meio de programas. A sua implementação é inovadora e inédita no Brasil, na medida em que é o único programa federal criado e implementado no contexto universitário, com financiamento específico para o fomento de AFL prioritariamente destinados aos universitários.

Além disso, a sua estrutura financeira, destinada à aquisição de materiais esportivos e ao pagamento de recursos humanos, com a atualização dos valores ao longo da sua existência, demonstra ser pedagogicamente essencial, seja por proporcionar aos usuários condições minimamente adequadas para vivenciar as AFL, seja por disponibilizar orientação com profissionais e estudantes em área de conhecimento específico, o que pode resultar numa maior satisfação dos estudantes ao vivenciarem o lazer, consequentemente aumento do interesse por uma produção cultural historicamente reservada sobretudo a classes socioeconômicas favorecidas.

Contudo, ao contrário do que seria de esperar de um programa destinado a ampliar as experiências dos universitários com AFL e a fomentar sua colaboração na mitigação dos problemas relacionadas às oportunidades de acesso, em vez de aumentar o número de usuários atendidos por núcleo, o programa diminuiu, enfraquecendo seu potencial de

democratização do acesso às AFL para universitários enquanto política pública.

Portanto, conclui-se que o PSTU tem potencial para se tornar uma política pública de AFL para universitários, mas, devido à complexidade e aos diversos fatores que atuam sobre o tempo social, este potencial é parcial. Ainda, frente às mudanças ocorridas na estrutura do programa, como a diminuição de atendimentos, a mesma é limitada.

Por fim, sugere-se que outras investigações sejam desenvolvidas diretamente com os usuários de modo a compreender melhor como e em que medida, na sua percepção, o programa contribui para a ampliação das suas vivências de AFL.

Referências

- ALBUQUERQUE, A. C.; SILVA, J. V. P. Second Time University Program as a Public Policy: contributions and limitations to physical leisure activities and health promotion. *Sports*, v. 13, p. 1-15, 2025. DOI: <https://doi.org/10.3390/sports13070207>
- ARTINGER, L.; CLAPHAM, L.; HUNT, C.; MEIGS, M.; MILORD, N.; SAMPSON, B.; FORRESTER, S. A. The Social Benefits of Intramural Sports. *NASPA Journal*, v. 43, n. 1, p. 69-86, 2006. DOI: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.2202/19>
- BRAGA, A. K. DE S.; ALVES, F. R.; SOUZA, E. A. DE. Percepção de barreiras para prática de atividade física em estudantes do curso de educação física. *Conexões*, v. 20, p. e022019, 2022. DOI: <https://doi.org/10.20396/conex.v20i00.8664632>.
- BRASIL. Lei nº 14.914, de 5 de fevereiro de 2024. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 fev. 2024.
- BRASIL. Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial [Internet]. **Diário Oficial da União**; Brasília; 18 jun. 2007.
- CARVALHO, F. F. B. Práticas corporais e atividades físicas na atenção básica do Sistema Único de Saúde: ir além da prevenção das doenças crônicas não transmissíveis. **Movimento**, v. 22, p. 647-658, 2016. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.58174>
- CARVALHO, T. K. P.; CARDOSO, W. G. Estudantes-trabalhadores: percursos, ingresso e estratégias de permanência no ensino superior. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 8, p. 05–28, 2022. DOI:

[10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/estrategias-de-permanencia](https://doi.org/10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/estrategias-de-permanencia).

CASANOVA, J.; BERNARDO, A. B.; ALMEIDA, L. S. Dificuldades na adaptação acadêmica e intenção de abandono de estudantes do 1.º ano do Ensino Superior. **Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación**, v. 8, n. 2, p. 211–228, 2021. DOI: <https://doi.org/10.17979/reipe.2021.8.2.8705>.

CASTELLANOS, F. A. R. Hábitos saludables, motivos y barreras en la realización de actividad física en estudiantes universitarios. **Cuerpo, Cultura y Movimiento**, v. 7, p. 81–102, 2018. DOI: <https://doi.org/10.15332/s2248-4418.2017.0001.05>.

ESTUDANTIS. (2019). V Pesquisa do Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior. Brasília, DF: FONAPRACE.

FALCI, D. M.; BELISÁRIO, S. A. A inserção do profissional de Educação Física na atenção primária à saúde e os desafios em sua formação. **Comunicação Saúde Educação**, v. 17, n. 47, p. 885-899, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832013005000027>

FAVA, H. de L.; CINTRA, R. F. Indicadores na Assistência Estudantil: Análise nas Universidades Federais Brasileiras. **Revista Ciências Administrativas**, v. ferreira28, p. e12649, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5020/2318-0722.2022.28.e12649>.

FERREIRA, B. R. Os impactos da olimpíada universitária da UFU no estilo de vida, prática esportiva e utilização do espaço da universidade na visão de estudantes e gestores. 2021. Monografia (Graduação em Educação Física) - Universidade Federal de Uberlândia.

FERREIRA, O. N. I.; CINTRA, R. F. O orçamento do PNAES e a “fatia” do esporte e lazer nas universidades federais brasileiras: mais do mesmo!?. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 14, n. 9, p. 15912-15938, 2023. DOI: <https://doi.org/10.7769/gesec.v14i9.2194>.

FERREIRA, O. N.; SANABRIA, D. C.; CINTRA, R. F. O esporte e o lazer no programa nacional de assistência estudantil: revisão sistemática da literatura. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 26, n. 1, p. 239-275, 2023. DOI: <https://doi.org/10.35699/2447-6218.2023.45726>.

FORRESTER, S. **The Benefits of Campus Recreation**. Corvallis, OR: NIRSA, 2014.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos De Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IGUE, É. A.; BARIANI, I.C. D; MILANESI, P. V. B. Vivência acadêmica e expectativas de

universitários ingressantes e concluintes. **Psico-USF**, v. 13, n. 2, p. 155–164, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-82712008000200003>.

JANUÁRIO, R. G.; NELSON, A. V. M.; DE MEDEIROS, M. F. M. Mapeamento das ações de assistência estudantil realizadas pelas universidades federais na gestão do PNAES. **Revista Meta: Avaliação**, v. 16, n. 52, p. 679-705, 2024. DOI: [10.22347/2175-2753v16i52.4436](https://doi.org/10.22347/2175-2753v16i52.4436).

JETZKE, M.; MUTZ, M. Sport for pleasure, fitness, medals or slenderness? Differential effects of sports activities on well-being. **Applied Research in Quality of Life Online First**, v. 15, p. 1519-1534, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11482-019-09753-w>

KAJI, A. K. *et al.* Desenvolvimento de um programa de mentoria por pares estudantis: um relato de experiência. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 45, n. suppl 1, p. e107, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5271v45.supl.1-20210117>.

KNUTH, A.; ANTUNES, P. C. Práticas corporais/atividades físicas demarcadas como privilégio e não escola: análise à luz das desigualdades brasileiras. **Saúde Sociedade**, v. 30, n. 2, e200363, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021200363>

LIMA, E. G. D. S.; MALANGE, F. C. V.; BORGES, L. F. Implicações do SiSU no processo de democratização do acesso à educação superior: o caso da Unemat. **Acta Scientiarum. Education**, v. 40, n. 1, p. 37656, 2018. DOI: <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v40i1.37656>.

MARCONI, M.; LAKATOS, E. Técnicas de pesquisa. São Paulo. Atlas; 2002.

MARTINELLI, I. M. G.; RIBEIRO, L.S.; SILVA, J. V. P. Vida universitária e atuação do associativismo no lazer estudantil. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 45, p. e20220099, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/rbce.44.e20220099>.

MIRANDA, I. S.; LORENO, L. T. C.; COSTA, F. R. College athletes' double shift: perspectives to conciliate study and training at the university of Brasília. **Movimento**, v. 26, p. e26059, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.100344>.

MOTA, A. A. S.; PIMENTEL, S. M.; MOTA, M. R. S. Expressões de sofrimento psíquico de estudantes da Universidade Federal do Tocantins. **Educação e Pesquisa**, v. 49, p. e254990, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202349254990>.

NORAMBUENA, J. A. M.; *et al.* Variables sociocognitivas y su relación con la actividad física en estudiantes universitarios chilenos. **Retos**, v. 40, p. 76–85,

OLIVEIRA, M. A. M.; Deus, L. A.; CAMPOS, M. S.; Avaliação do PNAES sobre a

permanência de estudantes beneficiados em um campus universitário público federal. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 18, n. 1, p. e6043126, 2024. DOI: <https://doi.org/10.14244/reveduc.v18i1.6043>.

PAIVA, J.; MARCELLINO, N. C. Possibilidades para a extensão universitária a partir de uma política de lazer nas faculdades de educação física. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 12, n. 1, p. 85-90, 2004. DOI: <https://doi.org/10.18511/rbcm.v12i1.547>.

PEÑARRUBIA-LOZANO, C.; *et al.* El desafío como estrategia para la promoción de actividad física en universitarios. **Retos**, n. 39, p. 58–64, 2020. DOI: <https://doi.org/10.47197/retos.v0i39.78228>.

PIGGIN, J. What Is Physical Activity? A Holistic Definition for Teachers, Researchers and Policy Makers. **Frontiers in Sports and Active Living**, v. 2, p. 72, 2020. DOI: [10.3389/fspor.2020.00072](https://doi.org/10.3389/fspor.2020.00072).

PINTO, A. *et al.* Barreiras percebidas para a prática de atividade física entre universitários de Educação Física. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 22, n. 1, 2017. DOI: <https://doi.org/10.12820/rbafs.v.22n1p66-75>.

SCABAR, T. G.; PELICIONI, A. F.; PLLICIONI, M. C. F. Atuação do profissional de Educação Física no Sistema Único de Saúde: uma análise a partir da Política Nacional de Promoção da Saúde e das Diretrizes no Núcleo de Apoio à Saúde da Família. **Health Sci Institution**, v. 30, n. 4, p. 411-418, 2012. DOI: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-673924>

SECCHI, L.; COELHO, F. S.; PIRES, V. Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos. 3. ed. São Paulo, SP: Cengage, 2020.

SILVA, J. V. P.; Atividades Físicas de Lazer sistematizadas assíncronas em período de pandemia COVID-19. **Retos**, v. 46, p. 552–564, 2022. DOI: <https://doi.org/10.47197/retos.v46.93193>.

SILVA, J. V. P.; Avaliação do programa segundo tempo universitário em uma universidade federal em Campo Grande/MS/Brasil. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 43, p. e009621, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/rbce.43.e009621>.

SILVA, J. V. P.; Programas nacionais de atividades físicas em Universidades Federais brasileiras e relações com o lazer. **Movimento**, p. e28044-e28044, 2022b. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.122918>.

SILVA, J. V. P.; REVERDITO, Riller. Ensino superior e fatores influenciadores à permanência e evasão no Programa Segundo Tempo Universitário. **Retos**, v. 49, p. 105–114, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.47197/retos.v49.98218>.

SILVA, J. V. P.; UNGHERI, B. O. Implementação do PELC em contexto universitário: participação popular, possibilidades e limitações ao esporte e lazer estudantil. **Retos: nuevas tendencias en educación física, deporte y recreación**, n. 47, p. 400-407, 202. DOI: <https://doi.org/10.47197/retos.v47.95627>.

TEIXEIRA, M. A. P. *et al.* Adaptação à universidade em jovens calouros. **Psicologia escolar e educacional**, v. 12, p. 185-202, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-85572008000100013>.

TUBINO, M. J. G. **O que é esporte?** São Paulo: Brasiliense, 1991.

WEBB, E.; FORRESTER, S. Affective Outcomes of Intramural Sport Participation. **Recreational Sports Journal**, v. 39, n. 1, p. 69-81, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1123/rsj.2015-0006>

3.2 ARTIGO 2

Second Time University Program as a Public Policy: Contributions and limitations to Physical Leisure Activities and Health Promotion

Artigo Publicado: Sports, Percentil Scopus 73



Article

Second Time University Program as a Public Policy: Contributions and Limitations to Physical Leisure Activities and Health Promotion

Alex Caiçara de Albuquerque and Junior Vagner Pereira da Silva *

Faculty of Medicine, Federal University of Mato Grosso do Sul 1, Campo Grande 79070-900, Brazil; albuquerquealex27@gmail.com

* Correspondence: jr_lazer@yahoo.com.br

Abstract

The Second Time University Program is a federal government policy instituted in 2009. Given its importance, this study aimed to analyze the program's contributions and limitations in promoting leisure-time physical activity and student health. The study is a retrospective longitudinal, qualitative–quantitative, exploratory and documentary study, analyzing the guidelines and public notices between 2009 and 2023. The program is predominantly focused on integral development, with the inclusion of objectives aimed at health promotion, relating leisure-time physical activities to a physically active lifestyle and a reduction in sedentary lifestyles in 2020. Its scope is low and selective, with a presence in only 47.82% of universities. Continuity is also low, with the majority of universities only being covered by the program in one call for proposals. In conclusion, although it promotes leisure-time physical activity and holistic health promotion, the public policy is limited and discontinuous.

Keywords: higher education; situational barriers; public policies; leisure physical activities; health promotion



Academic Editors: Dawid Koźlenia and Jarosław Domaradzki

Received: 28 February 2025

Revised: 17 May 2025

Accepted: 30 May 2025

Published: 26 June 2025

Citation: de Albuquerque, A.C.; da Silva, J.V.P. Second Time University Program as a Public Policy: Contributions and Limitations to Physical Leisure Activities and Health Promotion. *Sports* **2025**, *13*, 207. <https://doi.org/10.3390/sports13070207>

Copyright: © 2025 by the authors. Licensee MDPI, Basel, Switzerland. This article is an open access article distributed under the terms and conditions of the Creative Commons Attribution (CC BY) license (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>).

1. Introduction

The literature has shown that the majority of university students are physically inactive [1,2]. This situation has generated concern from different theoretical approaches, whether related to disease prevention or health promotion.

Based on the biological view of the health–disease process, disease prevention focuses on diseases arising from the prevalence of physical inactivity [3]. Following the same line of thought, the biomedical view of health promotion, aimed at reducing morbidity and mortality indicators for chronic degenerative diseases, adopts a conservative approach [4]. This approach is based on the idea that disease prevention and health promotion depend exclusively on people's individual will and effort. This perspective disregards contextual aspects and requires changes in people's lifestyles and habits [3], whether at the family or community level [5].

According to the conservative view, physical activity is understood as any bodily movement that requires energy expenditure above the resting level [6], whether at work, commuting, household chores or leisure [7]. In general, physical activities, especially leisure activities, are seen as direct and relevant mechanisms for preventing cardiovascular risks [2] and various other chronic degenerative diseases [4].

This theory hides the role of cultural, historical and economic issues, suggesting that individuals who perform strenuous work activities have a satisfactory state of health. In this way, the historically produced contradictions between what is obligatory and what is an option are disregarded, the latter being marked above all by desire, pleasure, happiness and, above all, opportunities, which in Brazil, as Knuth and Antunes [4] point out, are privileges that only a few have access to.

This approach has been constantly criticized because it is based on blaming the victim; i.e., it assumes that lifestyle is a personal choice. As Knuth and Antunes [4] point out, the behavioral approach to health promotion, based on the hegemonic pillars, assumes that simply changing lifestyle would be enough to establish a causal relationship between health and disease.

In the opposite direction is the critical approach, which seeks explanations based on cultural, historical and economic issues. The socio-environmental approach, defined as a set of strategies aimed at articulating with other public policies, aims to promote health through a dynamic construction related to socially and historically situated contexts. The aim is to improve living conditions and satisfy social health needs.

In this context, health promotion demands the mobilization of political, human and financial resources from different sectors, requiring intersectorality and the participation of the state and civil society [8]. As the authors point out,

“Health promotion is a broad concept; it goes beyond disease prevention actions and enables individuals to exercise their autonomy and achieve better living conditions. It is understood as the process that enables the population to exercise and increase control over their health, aiming for a state of well-being”. [8]

In this sense, it consists of a set of systematic, continuous and articulated actions that take into account the subject’s biological, social, affective, cognitive and cultural factors. Therefore, its design is based on understanding the structural, community and individual effects. As highlighted by Carvalho [9], health promotion through leisure physical activity (LPA) is recognized as important, presenting possibilities that go beyond the utilitarian and individualistic effects of protection against chronic non-communicable diseases.

Although biophysiological effects are recognized as influential factors, it is important not to limit studies to them, as involvement with LPA can also provide well-being and relationships [10], alleviate anxiety and depression [11,12], improve the state of well-being [13], expand social relationships [14] and improve quality of life [15].

Therefore, the importance of LPA should not only focus on justifying disease prevention or promoting biophysiological health. In addition to acknowledging these effects, it is essential to engage in such experiences, as interpersonal interactions and political and cultural developments occur through the use of available time in social settings such as sports parks, sports facilities, multi-purpose courts, gyms, clubs, schools, universities, among others.

When considering health promotion from a critical perspective (socio-environmental approach) and LPA based on the holistic model, it is understood that various factors act as barriers, preventing or hindering people from taking up their available time with LPA. In other words, the experiences in question, as opposed to what the behavioral approach proposes, are conditioned by factors that integrate four dimensions of barriers—environmental, social, physical and behavioral [16].

Among the sociocultural barriers, lack of time stands out, as observed in state university students in Bahia [17]. This limitation stems from involvement with studies, a long academic day, household chores [18] or a long working day [19].

In an LPA project promoted in the context of the university itself, the clash between undergraduate schedules and the modalities offered and the consumption of social time

was pointed out as the main barrier to staying and possibly being responsible for future dropouts [20]. A similar result was observed in Chilean [21], Spanish [22] and Colombian [23] students.

The influence of lack of time on LPA opportunities by university students tends to increase as the semester system progresses [17] and during specific periods, such as assessment periods, especially among students who combine academic duties with domestic duties or employment [24]. In Brazil, among students in the final periods of their degree, lack of time has a greater influence due to the search for a job, participation in internships and course completion projects [17]. A similar situation was found in Chile, where first-year students had a more significant involvement, with a gradual decline as they progressed through the course [25].

Considering the holistic benefits (biophysiological, psychological, social, affective, cognitive and political) resulting from the experience of LPA, it is essential that involvement with it is encouraged and materialized in the university context. To this end, public policies need to be implemented with the aim of mitigating the problem and contributing to a favorable scenario for health promotion, since involvement with them is related to socio-environmental conditions.

Since involvement with LPA and health promotion is conditioned by socio-environmental factors, Silva and Reverdito [20] believe that free programs and the conditions of the university context are favorable mechanisms for students to occupy their time (when they have it) with this type of experience.

Public policies, conceived as resolutions to problems that have attracted the attention of public political agents through their incorporation into the agenda-setting, are then forwarded to experts in specific sectors to formulate solutions to the issues raised, so that visible actors, such as those elected by the people, can make their decisions on the alternative to be adopted to solve the problem [26]. Within the public administration, the government, as the leader of the federal, state, District and municipal Executive, is primarily responsible for the decision-making process.

Public policies aim to promote well-being, and their bias is linked to social change, income distribution and social equity [27]. To this end, the Executive Branch draws up plans (strategic macro-directives), which are implemented by programs of a tactical-managerial nature and operationalized by projects of an operational nature. According to Secchi and Machado [28], these documents are fundamental for defining the public policy instrument to be implemented, since they establish the objectives, targets, target audience and monitoring and evaluation mechanisms.

Considering the factors that affect the decrease in university students' social time and the effects of its incorporation into people's daily social lives, since it is a historically constructed experience, public policies aimed at LPA at university become relevant and urgent. According to Silva [29], "[...] this is a population in ecological transition—adolescence to adulthood and secondary school to higher education—with considerable contextual changes and cultural expectations" (p. 3).

The implementation of public policies aimed at LPA and health promotion in the university context has shown positive effects, as evidenced in the Brazilian scenario. The fact that services are free of charge and offered within the higher education institution itself have been identified as facilitators [20]. In addition, a sports program implemented in the context of a Brazilian federal university showed potential to contribute to an increase in LPA in 54.05% of participants [30].

This issue stems from the fact that involvement in this type of experience is not inherent to personal choices, but rather to the conditions created by public policies, including environmental ones, such as the existence of spaces and their attractiveness, programs with

guidance from professionals, among others [31]. The creation of a favorable environment for LPA in the university context has corroborated greater involvement with such experiences, resulting in greater satisfaction with life [32], satisfaction with the institution, greater academic and social integration [33] and improvements in social skills among students [34]. In short, this environment has contributed to promoting the health of university students.

A preliminary theoretical analysis showed that, at the national level, there is a specific program aimed at LPA in higher education: the Second Time University Program. This is the only public policy created by the federal government to promote university sport in Brazil. The initiative in question is an extension of the Second Time Standard Program, developed by the Ministry of Sport's National Secretariat for Amateur Sport, Education, Leisure and Social Inclusion. The program is organized at different levels, with the aim of ensuring development and implementation in higher education institutions through Decentralized Execution Terms or Agreements.

Considering that this is the only federal program specifically aimed at LPA in force in Brazil and that few studies have looked at the Second University Time Program as a public policy [19,20,35,36], but none of them related to health promotion, this study aims to analyze the Second University Time Program and its contributions/limitations for the promotion of LPA and health promotion. Specifically, we sought to identify the objectives of the program and establish the relationship between LPA and health promotion, as well as determine the institutions covered and the scope and continuity of the program.

Public policy analysis contributes to the generation of information, arguments and consensus, giving greater solidity to public decisions through an analytical approach. In this way, superficial recommendations are avoided, and a professional analysis is approached, increasing the likelihood of success (26, 27). This segment of political science allows

[...] understanding the modes and general rules of operation of public action and analyzing their continuities and ruptures, as well as the processes and determinants of their development, and identifying the multiplicity of factors and forces that form the real processes of public policies. ([37], p. 12)

The purpose of public policy analysis is to deconstruct consolidated understandings and produce alternatives (creative), foster arguments for political debate, mediate and resolve conflicts (argumentative) and legitimize alternatives by means of implementation (legitimizing) [26].

2. Materials and Methods

The study is characterized as a longitudinal retrospective, as it analyzes the phenomenon over a long period of time, referring to the past. As for the type of information, it is qualitative in nature. In terms of objectives, the study is classified as exploratory, i.e., a process of developing or discovering ideas and intuitions [38]. It is also classified as documentary, which consists of the analysis of electronic public files, from administrative publications and sources internal to the institution [39], which have not been analyzed, and which enables objective knowledge of reality [38].

The research technique was structured in five stages, as described by Gil [38]: formulation of the problem; preparation of the work plan; identification of sources; location of sources of material; analysis and interpretation.

The problem was formulated during the design phase of the first author's dissertation, which established the guiding assumptions and then the schedule of actions to be carried out through the work plan. The work plan was conceived and developed in accordance with the project schedule, which was segmented into sequential stages: bibliographic survey, literature review, data collection, analysis and interpretation of results, publication of articles.

The identification and location of the sources, as well as the obtaining of the material, were the guidelines of the Second Time University Program, as well as the opening and results notices. The time frame selected for analysis covered the period from 2009 to 2023. The documents were accessed via the Ministry of Sport's institutional website. Given the nature of the study, which covers 14 years of a national policy, and considering that, during the period in question, Brazil went through six presidential terms, access to the data proved to be complex, as it was not available on a single website. This indicates inadequate governance in the federal sphere of sport.

The data were analyzed and interpreted based on the analytical procedures proposed by Gil [38], which consist of defining the objectives or hypotheses, setting up a reference framework, selecting the documents to be analyzed and defining the units of analysis.

The objectives or hypotheses were defined during the exploratory phase, with the aim of bringing the researcher closer to the area and the object of investigation. The creation of a frame of reference helped to guide the research and interpret the data. The reference framework adopted was in line with the themes of public policies [26], physical activity [40], LPA [36], health promotion [4,7,41].

After selecting the documents on the Ministry of Sport's website, they were all transferred to an online database on Drive, organized by year and then opened in Adobe software.

The units of analysis established and selected for the study focus on the general and specific objectives, the institutions covered and the scope and continuity of the program.

The qualitative research was based on content analysis, which consists of a process of inference based on the preliminary reading of documents. Specifically, the co-occurrence analysis technique was adopted, which seeks to identify, in a text, the relationships between the parts of a message and the possible similarity between two elements. To do this, it was necessary to follow these steps: first, select the recording unit (expression) and the categories of themes (LPA and health promotion); then, choose the context units (objectives of the Second University Time Program in the different versions of the guidelines); then, identify the presence or absence of each recording unit in the context units; and finally, analyze and interpret the data [42].

The data were interpreted using the creative and argumentative public policy analysis method, as recommended by Secchi [26].

3. Results

Over the 16 years of the University Second Time Program's existence, the program has undergone different changes in terms of its objectives. In 2009 and 2016, the general objective began to focus on the creation of university centers and the reframing of sport as a manifestation of body culture. Between 2020 and 2021, the concept of corporal practices through quality educational sport was implemented. From 2023 onwards, changes were made to the scope of the program, which was no longer limited to federal higher education institutions, but also included state and municipal higher education institutions (Table 1).

Table 1. General and specific objectives of the Second Time University Program—Brazil, 2009/2023.

Objectives		
Year	General	Specific
2009	To democratize access to sports for the academic community of public universities, primarily the student body, by promoting the creation of university centers of the Second Time Program, as a way of enabling the reframing of sport as a manifestation of body culture.	✓ Offering educational sports practices, to meet the needs of sports training, recreation and leisure, rescuing and raising the body culture of the beneficiaries of the program; ✓ Diversify the range of activities on offer, valuing other bodily practices; ✓ To provide suitable conditions for quality educational sports practice, focusing on the all-around education of participants; ✓ Inserting sport as a cross-cutting action in the university's pedagogical project; ✓ Encouraging the production of knowledge in the field of university sport by supporting researchers, institutions and scientific bodies; ✓ Get to know the students' reality and interests better; ✓ Integrate into the university community; ✓ Develop participatory management; ✓ Develop sports activities to integrate the university community; ✓ Broaden the involvement of the academic guilds.
2011	No information	No information
2016	To democratize access to sports practice for the academic community of higher education institutions, primarily the student body, by offering the development of educational sports centers, offering the opportunity to broaden specific knowledge through the experience of concrete teaching—learning situations.	✓ Offering educational sports practices to meet the needs of sports training and development, recreation and leisure, rescuing and raising the body culture of the beneficiaries of the program, with performance sport being a possible alternative to be made available; ✓ Diversify the range of activities on offer by highlighting other body practices; ✓ To provide suitable conditions for quality educational sports practice, focusing on the all-around education of participants; ✓ Inserting sport as a transversal action in the university's pedagogical project, offering internship opportunities to students in the field of physical education or sport; ✓ Develop sports activities to integrate the university community; ✓ Ensuring that different sports are on offer, as well as raising awareness among those who do not practice sport; ✓ Encourage coordination with teaching, research and extension activities.

Table 1. *Cont.*

		Objectives	
Year	General		Specific
2020	To democratize the access of the university community (of public higher education institutions), primarily the student body, to the contents of bodily practices through quality, educational sport.	✓ ✓ ✓ ✓	- Encourage university students to maintain an active life linked to the practice of sport; - Offer body practices that stimulate the all-around development of the participants; - Stimulate the social and cultural values inherent in bodily practices; - Motivate the promotion of inter-ministerial actions that integrate educational sports policy with other sectors (education, health, culture, defense, among others).
2021	To democratize the access of the university community (of public educational institutions), primarily the student body, to the contents of bodily practices through quality, educational sport.	✓ ✓ ✓ ✓	- Encourage university students to maintain an active life linked to the practice of sport; - Offer body practices that stimulate the all-around development of the participants; - Stimulate the social and cultural values inherent in bodily practices; - Motivate the promotion of inter-ministerial actions that integrate educational sports policy with other sectors (education, health, culture, defense, among others).
2023–2026	To democratize access to sports and physical activity for students at public higher education institutions (HEIs) and state and municipal public higher education institutions, offering the development of educational sports centers and/or sports training, with the aim of broadening specific knowledge of sports and leisure.	✓ ✓ ✓ ✓ ✓ ✓ ✓ ✓ ✓ ✓	- Offering educational sports practices, to meet the needs of sports training and development, recreation and leisure, rescuing and raising the body culture of the beneficiaries of the program, with sports training being a possible alternative to be made available; - Promote the offer of activities valuing diversified bodily practices; - To offer suitable conditions for the practice of educational sport and/or quality sports training, focusing on the integral training of the participants; - To include sport as a cross-cutting action in the pedagogical project of public higher education institutions (HEIs) and state and municipal public higher education institutions, offering internship opportunities to students in the field of physical education or sport; - Develop sports activities to integrate the university community; - Ensuring that different sports are on offer, as well as raising awareness among those who do not play sports; - Encouraging links with teaching, research and extension activities through the production of knowledge and the practice of sport and leisure; - To help tackle the high levels of sedentary lifestyles among our young people and adults; - Encourage the inclusion in the National Sports Development Network of partner sports and leisure institutions and administrations; - Contribute to tackling violence in higher education institutions by promoting a culture of peace through sport.

With regard to the specific objectives, the program in 2009 was focused on educational sport, recreation and leisure, linked to the production of knowledge in the field of sport, participatory management and integration of the university community, as well as the involvement of academic associations. In addition, the aim was to rescue and value body culture, include sport in the university's pedagogical project and support researchers and scientific organizations. In 2016, in addition to the specific objectives set in 2009, the aim was to guarantee a variety of sports, raise awareness among those who do not practice sport, encourage actions based on the university tripod, provide internships for students in the area and recognize training sport as a possibility. Between 2020 and 2021, the specific objectives were summarized as maintaining an active life through sport and the all-around development of participants, the social and cultural appreciation of bodily practices and the integration of educational sports policies with other areas. From 2023, the specific objectives were expanded to include sports training as a complementary alternative and tackling sedentary lifestyles among young people and adults.

With regard to health promotion, however, there is no explicit expression of this intention in the program. However, in an implicit way, aspects that bring it closer to a holistic view of LPA and socio-environmental health promotion be seen, since the 2020, 2021 and 2023–2026 guidelines presented objectives aimed at integral development and encouraging university students to maintain a physically active life, something that is repeated in 2021 and 2023. The results are presented descriptively (Table 1) and by frequency (Table 2).

Table 2. Federal universities with approved Second Time University Program centers—Brazil, 2009–2023.

University	Year of Approval						
	2009	2011	2012	2017	2018	2020	2023
Federal University of ABC		x					x
Federal University of Alagoas		x				x	
Federal University of Amazonas		x				x	
Federal University of Espírito Santo		x					
Federal University of Ceará		x					
Federal University of Goiás		x				x	x
Federal University of Jataí						x	x
Federal University of Juiz de Fora		x					x
Federal University of Lavras		x					
Federal University of Maranhão		x					
Federal University of Minas Gerais	x					x	
Federal University of Mato Grosso do Sul		x		x		x	x
Federal University of Mato Grosso						x	
Federal University of Ouro Preto	x						
Federal University of Pará		x					x
Federal University of Pernambuco		x					
Federal University of Paraná		x					
Federal University of Reconcavo Baiano		x					x
Federal University of Rio de Janeiro		x			x		

Table 2. Cont.

University	Year of Approval						
	2009	2011	2012	2017	2018	2020	2023
Federal Rural University of Rio de Janeiro			x				
Federal University of Rio Grande do Norte		x					
Federal Rural University of Pernambuco		x		x			
Federal University of Sergipe						x	x
Federal University of Santa Catarina						x	
Federal University of São Carlos						x	
Federal University of São João Del-Rei		x					
Federal University of Santa Maria	x	x				x	
Federal University of Univerlândia						x	
Federal University of Viçosa		x				x	x
Federal University of Brasília	x	x		x		x	
Federal University of Alfenas		x					
Federal University of Mampa		x					
Federal Technical University of Paraná		x					
Federal University of Oeste Baiano							x
Federal Institute Maranhão							x
Federal University of Piauí							x
Federal University of Rio Grande do Sul							x
Federal University of Catalão							x
Federal University of Grande Dourados							x
Federal University of Triângulo Mineiro							x
Federal University of Itajubá							x

Note: Prepared by the authors.

Over the course of 16 years, only 33 of Brazil's 69 federal universities (47.82%) have been awarded at least once with a nucleus of the Second University Time Program (Table 2). Despite an increase in the number of proposals approved in 2023, indicating progress in LPA public policies in the university context, none of the 17 approved proposals were actually implemented. The federal government's justification for not decentralizing funds was the financial crisis, which prevented universities from purchasing sports equipment and hiring human resources, such as teachers and monitors.

Regarding the continuity of the centers, this was even lower, since 23 (61.69%) of the 33 universities that received funding did so only once. Furthermore, no university received funding in all the calls for proposals.

Of the universities that received funding, seven are located in the Central-West region. The University of Brasília (UnB) and the Federal University of Mato Grosso do Sul (UFMS) are the institutions in the Midwest, as well as in Brazil as a whole, that have received the most grants under the program.

4. Discussion

Health promotion through LPA is not an explicitly stated objective in the program's guidelines, which are more geared towards student development through sport as a

participatory and educational experience. It was not until 2020 that specific objectives were added aimed at holistic development and encouraging university students to maintain an active lifestyle associated with the practice of sport. In 2021, these objectives were maintained, but in 2023, they were replaced by the fight against sedentary lifestyles.

The absence of explicit objectives for health promotion until 2019 and the implicit attention to this issue from 2020 onwards leads us to some reflections. The first is the absence of explicit objectives aimed at health promotion and its inclusion, even if implicitly and indirectly. Until 2020, this indicates the belated intentionality of the Second Time University Program in relation to public policy aimed at health promotion.

The need for a commitment from all sectors to issues related to health promotion dates back to 1993, with the Hensiki Declaration [43]. In Brazil, since 2002, documents related to the National Health Promotion Policy have reinforced the relevance of actions, programs and policies taking place within (intrasectorality) and outside the sector (intersectorality) responsible for health [44].

Furthermore, a second issue is that, in addition to health promotion being included late in the program in 2020, it was based on active living and sedentary lifestyles, i.e., it was linked to lifestyle changes. However, it must be considered that the implementation of public policies aimed at democratizing access is a relevant social aspect. This factor is relevant because it is not based on blaming the victim or understanding that the university student's involvement with LPA is a choice, thus moving away from the conservative side of health promotion. The conservative approach is based on prescribing and providing decontextualized information [3], without considering the impact that environmental aspects have on involvement with such experiences [31].

Behavioral changes may be necessary and are supported by the critical approach, and the issue to be considered is the relationship among subjects, workers and services and the way in which public policies act to change contexts, in order to favor involvement with LPA experiences, that is, the construction of possibilities [3]. Therefore, for changes to occur, it is essential that public policies are developed and cover urban infrastructure, street connectivity, access to parks, trails, active transportation and urban zoning [31].

The creation of public policies aimed at expanding leisure opportunities for students is essential for health promotion, because, contrary to the conservative view, involvement in LPA is not a choice but a privilege granted to a few. In this sense, public policies, in the light of social justice, should be developed with a view to reducing existing discrepancies [4].

In this sense, there is agreement with Castiel [45], who recognizes the positive effects on the health of people who achieve behavioral changes. However, it is necessary to recognize that the public policies in question have limitations in the face of a complex issue related to socio-economic disparities. Therefore, they distance themselves from the conservative view of health promotion, which culminates in blaming the individual. In this sense, as Bagrichevsky and Estevão [41] point out, it is imperative to consider the relationship between the subject and culture, as well as the interference of government agendas.

Health promotion is a complex action that requires an understanding of the connections among the economic, political and cultural events to which people are exposed in their daily lives [46]. When considering the Second Time University Program as a public policy that could contribute to expanding access to LPA and promoting health, this consideration is not made naively, as if it were enough. It is important to note that such measures are palliative and that elements related to social barriers, such as lack of time, sometimes condition and determine such experiences.

Therefore, public policies on university experience should offer projects in the university environment itself, so that students can take advantage of this service. However, even though activities are offered in this context, other factors can prevent a significant

proportion of students from taking advantage of these activities. As the literature has shown, lack of time due to concomitant studies, work, household chores [18] and long working hours [19] are factors responsible for non-participation, which is exacerbated during assessment periods [24] and semester progression [47].

On certain occasions, the simultaneity of activities experienced by students can result in limited time for social experiences, even during breaks, which are used for extracurricular activities [48]. This position is pertinent, insofar as non-involvement in LPA should not be a reason to blame people but rather to reflect on historically produced social inequalities.

This is because, although LPA in the university context favors the incorporation of these experiences into everyday life, we cannot lose sight of the impacts of other conditioning factors, such as those arising from social contradictions, especially those related to people who study, work, live far from the university and use public transport.

However, when we consider integration as one of the objectives, we see a broader concept of health promotion and holistic LPA, since it covers biophysiological, social, political and cultural aspects. From this broader perspective, individuals who practice LPA show improvements that go beyond the biophysiological aspects, as there are also improvements in psychological health, stress control [10], a reduction in anxiety and depression [12,48], quality of life and the strengthening of social ties [14]. Recent studies show that university students who practice LPA tend to have better self-esteem [49] and quality of life [50].

LPAs can be understood as holistic experiences, which according to Piggin [40], operate in multiple spaces and contexts, reflected in interactions, emotions, ideas, instructions and social ties. LPA, as advocated by Carvalho, Cohen and Akerman [3] for physical activities and bodily practices, must be analyzed in a complex context, in which individual behavior is related to social, cultural, material and economic aspects.

The creation of a program focused primarily on serving university students is an important initiative in the context of Brazilian public policy. Since 1996, as evidenced by Silva [20], with the elimination of mandatory physical education in higher education, students have been neglected by federal public policies focused on LPA. Although the National Student Assistance Program (NSAP) was conceived in 2008, preceding the Second Time University Program, it was designed with the objective of democratizing the conditions for remaining in higher education, minimizing the effects of social inequalities and reducing retention and dropout rates, primarily among students in situations of socioeconomic vulnerability.

Considering that sport is included among the priority areas for the application of NSAP resources, given the existing system of prioritization within Brazilian public policies [51], sport is still secondary. According to Fava and Cintra [52], the program's resources were predominantly allocated to housing, food, transportation, daycare and educational support among the 69 Brazilian federal universities. Januário et al. [53] observed that the resources were allocated to food, educational support, health care and digital inclusion. This results in a low participation of sports activities financed with program resources [53–55], reaching 0.50% of the investment [55]. Given the discretion granted to university rectors, the use of these resources is uncertain, inconsistent and discontinuous, depending on the political will of the administrators.

Regarding the scope and continuity of the program, it was possible to see that this is low, either because it does not cover all federal universities, or because, among the covered, most only received it for one year, through a single call for proposals. This is a problem, as it only covered a few Federal Higher Education Institutions and reduced the possibilities for practicing LPA, directly reflecting on the opportunities for students to experience and get involved and, consequently, reducing the possibilities for the social

context to create suitable conditions for university students to experience LPA in the context of their academic training.

This indicates that although the Second Time University Program may have promoted health in the university context, it did not have the characteristics and attention needed by the four presidents who governed Brazil between 2009 and 2023, to the point of transforming the program into a social policy. This is because, throughout its existence, the program was highly selective and had low coverage, as evidenced in this investigation. According to Bagrishevsky et al. [56], for a social policy to be successful in reducing inequalities, certain requirements must be met.

Furthermore, the low value placed on the program in the federal context was evident in the last call for proposals in 2023, as none of the 17 approved proposals were implemented due to the federal government not making funds available. This situation highlights the high selectivity and hierarchization of priorities within the federal agenda-setting [57], with public policies aimed at sport being sidelined [51]. These decisions are sometimes centered on the political will of governments or the pressure exerted by society [58].

In view of this, it is necessary to create possibilities to extend the program to new institutions and maintenance mechanisms, considering that it can provide new social, political and cultural experiences through access to different sports, which can result in holistic health promotion.

Specifically, with regard to the Midwest, the data suggest that the federal universities have a good capacity to raise funds made available by the Ministry of Sport for the implementation of the Second University Time Program, with the exception of the UFR, all the others having been contemplated. In addition, UnB and UFMS have managed to maintain a certain continuity in the development of the program, standing out on the national scene.

The low coverage of the program leads us to reflect on the fact that university students do not take up the time available for LPA experiences. Firstly, the time available is scarce in view of the academic profile coming from vulnerable socio-economic classes, as the literature shows. Secondly, there is the absence (or limited presence) of public policies aimed at mitigating the effects of social contradictions on the population's leisure opportunities. In this sense, despite its importance, it is necessary to recognize that, in a complex context, the Second Time University Program does not appear as a national policy capable of promoting health in a comprehensive way, showing signs of its extinction as a program aimed at LPA for university students, since, after the non-payment of the proposals approved in 2023, no other call for proposals was launched.

5. Conclusions

The Second Time University Program does not explicitly focus on health promotion but mainly on participation. However, since 2020, objectives have been included that aim to promote integral development, encourage a physically active lifestyle and combat sedentary lifestyles.

Based on this analysis, it can be understood that two of its objectives (promoting an active lifestyle and reducing sedentary lifestyles) are aimed at promoting health based on a holistic approach. Although aspects related to physically active lifestyles and sedentary lifestyles have historically been linked to conservative approaches, such as biomedical and behavioral ones, the Second Time University Program recognizes that these conditions are not the choice of the individual but the result of conditions and opportunities (or lack thereof). It is no coincidence that the program is presented as a political tool aimed at democratizing students' access to LPA in the university context.

Contrary to the conservative approach, which blames the individual, the program recognizes the socio-economic, political and cultural effects on lifestyle, adopting a critical

socio-environmental approach. In addition, it aims to promote the holistic development of university students and the possibility of adjusting the modalities offered to the local cultural reality, thus bringing the holistic approach to physical activity closer to the socio-environmental approach to health promotion.

Although it has the potential to expand LPA opportunities in the university context for students and promote health, the implementation of the program through public notices has proven to be low-reaching and not universal, given that, in 16 years of existence, it has not reached 50% of Brazilian federal universities, and most of those contemplated were only for one year.

The conclusion is that, although it has the potential to promote health from the holistic approach of physical activity and the socio-environmental approach to health promotion, the Second Time University Program has limited conditions to achieve these ends, given its limited and discontinuous reach, including the non-payment of approved proposals in 2023 and the absence of new calls for proposals since then, signaling the program's inertia.

Finally, the authors acknowledge the limitations of the study, because although documentary analysis contributes to the production of knowledge about public policies, and this methodological resource should be encouraged, the technique imposes certain limitations, such as knowledge about how users perceive the program and the reasons why several federal universities never applied for the program or were contemplated. It is therefore recommended that future studies be carried out to deepen scientific production on the Second Time University Program.

Author Contributions: Conceptualization, A.C.d.A.; methodology, J.V.P.d.S.; formal analysis, A.C.d.A.; investigation, A.C.d.A.; resources, A.C.d.A.; data curation, A.C.d.A.; writing—original draft preparation, A.C.d.A.; writing—review and editing, J.V.P.d.S.; visualization, A.C.d.A.; supervision, J.V.P.d.S.; project administration, J.V.P.d.S. All authors have read and agreed to the published version of the manuscript.

Funding: This study was financed in part by the Universidade Federal de Mato Grosso do Sul—Brasil (UFMS)—Finance Code 001 and Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior—Brasil (CAPES)—Finance Code 001.

Institutional Review Board Statement: Not applicable.

Informed Consent Statement: Not applicable.

Data Availability Statement: The data is available at <https://www.researchgate.net/publication/392267803> (accessed on 16 May 2025).

Conflicts of Interest: The authors declare no conflicts of interest.

References

1. Oliveira, E.S. Nível, Potencial Para Mudança e Preferências de Atividade Física em Discentes da Área da Saúde da Universidade Federal do Maranhão. Master's Thesis, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Brazil, April 2018.
2. Gasparotto, G.S.; Campos, W. Fatores de risco associados à prática de atividade física de universitários no início e final da graduação. *Rev. Bras. Educ. Física Esporte* **2018**, *32*, 547–557. [CrossRef]
3. Carvalho, F.F.B.; Cohen, S.C.; Akerman, M. Refletindo sobre o instituído na Promoção da Saúde para problematizar “dogmas”. *Saúde Debate* **2017**, *21*, 265–276. [CrossRef]
4. Knuth, A.; Antunes, P.C. Práticas corporais/atividades físicas demarcadas como privilégio e não escolha: Análise à luz das desigualdades brasileiras. *Saúde Soc.* **2021**, *30*, e200363. [CrossRef]
5. Buss, P.M. Promoção da saúde e qualidade de vida. *Ciência Saúde Coletiva* **2000**, *5*, 163–177. [CrossRef]
6. Caspersen, C.J.; Powell, K.; Christenson, G.M. Physical Activity, Exercise, and Physical Fitness: Definitions and Distinctions for Health-Related Research. *Public Health Rep.* **1985**, *100*, 126–131.
7. Florindo, A.A.; Hallal, P.C.; Moura, E.C.; Malta, D.C. Prática de atividades físicas e fatores associados em adultos, Brasil, 2006. *Rev. Saúde Pública* **2009**, *43*, 65–73. [CrossRef] [PubMed]

8. Silva, K.L.; Sena, R.R.; Lima, K.M.S.V.; Martins, B.R.; Santos, J.B. O Promoção da saúde e intersectorialidade em um município da região metropolitana de Belo Horizonte/Minas Gerais. *Rev. APS* **2013**, *16*, 165–172.
9. Carvalho, F.F.B. Práticas corporais e atividades físicas na atenção básica do Sistema Único de Saúde: Ir além da prevenção das doenças crônicas não transmissíveis. *Movimento* **2016**, *22*, 647–658. [\[CrossRef\]](#)
10. Guedes, D.P.; Legnani, R.F.S.; Legnani, E. Exercise motives in a sample of Brazilian university students. *Mot. Rev. Educ. Física* **2013**, *19*, 590–596. [\[CrossRef\]](#)
11. Azevedo, L.G.; Silva, D.C.; Correa, A.A.M.; Camargos, G.L. Prevalência de ansiedade e depressão, nível de atividade física e qualidade de vida em estudantes universitários da área de saúde. *Rev. Científica UNIFAGOC-Multidiscip.* **2020**, *5*, 1. [\[CrossRef\]](#)
12. Toti, T.G.; Bastos, F.A.; Rodrigues, P.F. Fatores associados à ansiedade e depressão em estudantes universitários do curso de educação física. *Rev. Saúde Física Ment.* **2018**, *6*, 21–30.
13. Alves, R.F.; Preciso, J.A.G. Exercício físico, sedentarismo e bem-estar dos/as estudantes universitários/as portugueses/as. Exercício físico, sedentarismo e bem-estar dos/as estudantes universitários/as portugueses/as. *Rev. Contexto Saúde* **2022**, *22*, e13371. [\[CrossRef\]](#)
14. Silva, R.S.; Silva, I.; Silva, R.A.; Souza, L.; Tomasi, E. Atividade física e qualidade de vida. *Ciência Saúde Coletiva* **2010**, *15*, 115–120. [\[CrossRef\]](#) [\[PubMed\]](#)
15. Melo, A.B.; Carvalho, E.M.; Sá, F.G.S.; Cordeiro, J.P.; Leopondo, A.S.; Lima-Leopoldo, A.P. Nível de Atividade Física dos Estudantes de Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Espírito Santo. *J. Phys. Educ.* **2016**, *27*, e2723. [\[CrossRef\]](#)
16. Boscatto, E.C.; Duarte, M.F.S.; Gomes, M.A. Estágios de mudança de comportamento e barreiras para atividade física em obesos mórbidos. *Rev. Bras. Cineantropometria Desempenho Hum.* **2011**, *13*, 329–334. [\[CrossRef\]](#)
17. Sousa, T.F.; Fonseca, S.A. Validade de constructo do módulo do questionário ISAQ-A para mensurar barreiras para a prática de atividades físicas no lazer de universitários. *Rev. Bras. Atividade Física Saúde* **2017**, *22*, 233–241. [\[CrossRef\]](#)
18. Braga, A.K.S.; Alves, F.R.; Souza, E.A. Percepção de barreiras para prática de atividade física em estudantes do curso de educação física. *Conexões* **2022**, *20*, e022019. [\[CrossRef\]](#)
19. Pinto, A.A.; Clauman, G.S.; Cordeiro, P.C.; Felden, E.P.G.; Pelegrini, A. Barreiras percebidas para a prática de atividade física entre universitários de Educação Física. *Braz. J. Phys. Act. Health* **2017**, *22*, 66–75. [\[CrossRef\]](#)
20. Silva, J.V.P.; Reverdito, R. Ensino superior e fatores influenciadores à permanência e evasão no Programa Segundo Tempo Universitário. *Retos* **2023**, *49*, 105–114. [\[CrossRef\]](#)
21. Norambuena, J.A.M.; Carter, G.N.; Delgado, F.S.; Navarrete, C.B.; López-Angulo, Y.; Rendón, R.C. Variables sociocognitivas y su relación con la actividad física en estudiantes universitarios chilenos. *Retos* **2021**, *40*, 76–85. [\[CrossRef\]](#)
22. Peñarrubia-Lozano, C.; Romero-Roso I Olóriz-Nivela, M.; Lizalde-Gil, M. El desafío como estrategia para la promoción de actividad física en universitarios. *Retos* **2020**, *39*, 58–64. [\[CrossRef\]](#)
23. Castellanos, F.A.R. Hábitos saludables, motivos y barreras en la realización de actividad física en estudiantes universitarios. *Cuerpo Cult. Mov.* **2018**, *7*, 81–102. [\[CrossRef\]](#)
24. Munoz Strale, C.; Giakoni-Ramírez, F.; Pinochet, F.; Godoy-Cumillaf, A.; Fuentes-Merino, P.; Duclos-Bastías, D. Condición Física, Actividad Física y Calidad de Vida en Estudiantes Universitarios Chilenos. *Retos* **2024**, *56*, 521–530. [\[CrossRef\]](#)
25. Godoy Cumillaf, A.; Fuentes-Merino, P.; Jiménez-Díaz, J.; Vázquez-Gómez, J. Estudio comparativo del comportamiento de movimiento de 24 horas, en estudiantes universitarios de pedagogía en educación física. *Retos* **2022**, *43*, 177–184. [\[CrossRef\]](#)
26. Secchi, L.; Coelho, F.S.; Pires, V. *Políticas Públicas: Conceitos, Casos Práticos, Questões de Concursos*, 3rd ed.; Cengage: São Paulo, SP, Brazil, 2020.
27. Mascarenhas, F. Lazer e utopia: Limites e possibilidades de ação política. *Movimento* **2005**, *11*, 155–182. [\[CrossRef\]](#)
28. Secchi, L.; Machado, L.B.S. Administração Pública Municipal no Oeste Catarinense: Uma Análise de Indicadores Político-Institucionais. *Rev. Cad. Econ.* **2021**, *25*, 1–29. [\[CrossRef\]](#)
29. Silva, J.V.P. Programas nacionais de atividades físicas em Universidades Federais brasileiras e relações com o lazer. *Movimento* **2022**, *28*, e28044. [\[CrossRef\]](#)
30. Rossato, C.E.; Souza, G.S.; Darondo, L.S.E.; Pavão, S.M.O. Universitários participantes de um programa de atividade física e lazer podem mudar seus hábitos de vida? *Rev. Motrivivência* **2021**, *33*, 1–19. [\[CrossRef\]](#)
31. Sallis, J.F.; Cervero, R.B.; Ascher, W.; Henderson, K.A.; Kraft, M.K.; Kerr, J. An ecological approach to creating active living communities. *Annu. Rev. Public Health* **2006**, *27*, 297–322. [\[CrossRef\]](#)
32. Jetzke, M.; Mutz, M. Sport for pleasure, fitness, medals or slenderness? Differential effects of sports activities on wellbeing. *Appl. Res. Qual. Life* **2020**, *15*, 1519–1534. [\[CrossRef\]](#)
33. Kampf, S.; Teske, E.J. Collegiate Recreation Participation and Retention. *Recreat. Sports J.* **2013**, *7*, 85–96. [\[CrossRef\]](#)
34. Forrester, S. *The Benefits of Campus Recreation*; NIRSA: Corvallis, OR, USA, 2014.
35. Silva, J.V.P. Avaliação do programa segundo tempo universitário em uma universidade federal em Campo Grande/MS/Brasil. *Rev. Bras. Ciênc. Esporte* **2021**, *43*, e009621. [\[CrossRef\]](#)

36. Silva, J.V.P. Atividades Físicas de Lazer sistematizadas assíncronas em período de pandemia COVID-19. *Retos* **2022**, *46*, 552–564. [\[CrossRef\]](#)
37. Araújo, L.; Rodrigues, M. de L. Modelos de análise das políticas públicas. *Sociol. Probl. Práticas* **2017**, *83*, 11–35. [\[CrossRef\]](#)
38. Gil, A.C. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*, 5th ed.; Atlas: São Paulo, Brazil, 2010.
39. Marconi, M.; Lakatos, E. *Técnicas de Pesquisa*; Atlas: São Paulo, Brazil, 2002.
40. Piggin, J. What Is Physical Activity? A Holistic Definition for Teachers, Researchers and Policy Makers. *Front. Sports Act. Living* **2020**, *2*, 72. [\[CrossRef\]](#)
41. Bagrichevsky, M.; Estevão, A. O imperativo da epidemiologia dos fatores de risco em face das desigualdades sociais: Agenciamentos discursivos sobre o sedentarismo. *Política Trab. Rev. Ciências Sociais* **2012**, *37*, 89–102.
42. de Souza Minayo, M.C. *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa sem Saúde*; Hucitec: São Paulo, Brazil, 2006.
43. World Health Organization. *Health in All Policies: Helsinki Statement. Framework for Country Action*; World Health Organization: Geneva, Switzerland, 2013.
44. Silva, P.F.A.; Baptista, T.W.F. Política Nacional de Promoção da Saúde: Texto e contexto de uma política de saúde. *Saúde Debate* **2015**, *39*, 91–104. [\[CrossRef\]](#)
45. Castiel, L.D. Promoção de saúde e a sensibilidade epistemológica de categorias ‘comunidade’. *Rev. Saúde Pública* **2004**, *38*, 615–622. [\[CrossRef\]](#)
46. Bagrichevsky, M. Pelas lentes do SUS: Notas sobre desafios e avanços da promoção da saúde para atenção primária. *Rev. Pensa Prática* **2021**, *24*, e66137. [\[CrossRef\]](#)
47. Carvalho, T.K.P.; Cardoso, W.G. Estudantes-trabalhadores: Percursos, ingresso e estratégias de permanência no ensino superior. *Rev. Científica Multidiscip. Núcleo Conhecimento* **2022**, *8*, 5–28. [\[CrossRef\]](#)
48. Corrales-Córdoba, D.; Rangel-Arcos, M.J.; Varela-Arévalo, M.T. Actividades de ocio y su relación con la salud mental en jóvenes universitarios de Cali, Colombia. *Retos* **2024**, *59*, 1018–1025. [\[CrossRef\]](#)
49. Valenzuela Contreras, L.M.; Maureira Cid, F.; Flores Ferro, E.; Urrea Tobar, B.; Castro Herraz, C.; Guerrero Cardenas, R.; Rojhas Leon, C.; Villacura Villacura, A. Autoestima y hábitos de vida saludable en estudiantes universitarios del área de la salud y pedagogía de una Universidad de Santiago de Chile. *Retos* **2024**, *60*, 666–671. [\[CrossRef\]](#)
50. Muñoz-Donoso, D.; Soto-Sánchez, J.; Leyton, B.; Carrasco-Beltrán, H.; Valdés-Cabezas, E. Nivel de actividad física y estrés académico percibido por estudiantes universitarios del área de salud durante el periodo de exámenes. *Retos* **2023**, *49*, 22–28.
51. Isayama, H.F.; Linhares, M.A. Apresentação. In *Sobre Lazer e Política Maneiras de ver, Maneiras de Fazer*; Isayama, H., Linhares, M.A., Eds.; Editora UFMG: Belo Horizonte, Brazil, 2006; pp. 7–15.
52. Fava, H.L.; Cintra, R.F. Indicadores na Assistência Estudantil: Análise nas Universidades Federais Brasileiras. *Rev. Ciências Adm.* **2022**, *28*, e12649. [\[CrossRef\]](#)
53. Januário, R.G.; Nelson, A.V.M.; Medeiros, M.F.M. Mapeamento das ações de assistência estudantil realizadas pelas universidades federais na gestão do PNAES. *Rev. Meta Avaliação* **2024**, *16*, 679–705. [\[CrossRef\]](#)
54. Serra, F.N.T.; Nara, E.O.B.; Bortoluzzi, S.C.; Costa, S.E.G.; Benitez, G.B. Las Inversiones de las universidades federales brasileñas contribuyen al desempeño: Evidencias sobre los destinos de los recursos del Programa Nacional de Asistencia Estudiantil (PNAES). *Avaliação* **2024**, *29*, e024033. [\[CrossRef\]](#)
55. Ferreira, O.N.I.; Sanabria, D.C.; Cintra, R.F. O esporte e o lazer no programa nacional de assistência estudantil: Revisão sistemática da literatura. *Licere* **2023**, *26*, 239–275. [\[CrossRef\]](#)
56. Bagrichevsky, M.; Santos Junior, V.J.; Estevão, A. Desigualdades sociais em saúde e práticas corporais: Um exercício singular de análise. *Saúde Soc.* **2013**, *22*, 497–510. [\[CrossRef\]](#)
57. Carmago, J.M. Política social no Brasil: Prioridades erradas, incentivos perversos. *São Paulo Perspect.* **2004**, *18*, 68–77. [\[CrossRef\]](#)
58. Teixeira, E. *Sociedade Civil e Participação Cidadã no Poder Local*; UFBA: Salvador, Brazil, 2000.

Disclaimer/Publisher's Note: The statements, opinions and data contained in all publications are solely those of the individual author(s) and contributor(s) and not of MDPI and/or the editor(s). MDPI and/or the editor(s) disclaim responsibility for any injury to people or property resulting from any ideas, methods, instructions or products referred to in the content.

3.3 ARTIGO 3

Política Nacional de Assistência Estudantil: implicações da discricionariiedade na implementação de ações promotoras de atividades físicas de lazer

Artigo a ser submetido: Licere

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: IMPLICAÇÕES DA DISCRICIONARIEDADE NA IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PROMOTORAS DE ATIVIDADES FÍSICAS DE LAZER

RESUMO: Em 2007, foi criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil, que contempla o Programa de Assistência Estudantil, cujas áreas prioritárias incluem o esporte, considerados um tipo específico de atividades físicas de lazer. Contudo, sua implementação está pautada na discricionariedade dos gestores institucionais, os quais podem privilegiar determinadas áreas em detrimento de outras. Diante desse contexto, o presente estudo objetivou analisar o Programa de Assistência Estudantil enquanto política promotora de atividades físicas de lazer. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, transversal, exploratória e documental, que analisou as normativas de regulamentação do Programa de Assistência Estudantil em oito universidades federais da região Centro-Oeste. Os resultados revelam que o esporte está contemplado nas normativas da UFGD, UFCat, UFJ e UFG, estando ausente nas demais. A moradia estudantil e alimentação foram as únicas áreas presentes em todas as instituições analisadas. Conclui-se que a discricionariedade na gestão do programa acarreta implicações negativas para a implementação do esporte enquanto atividades físicas de lazer no âmbito do PAE em quatro universidades.

Palavras-chave: Atividades Físicas de Lazer. Políticas Públicas. PNAES.

NATIONAL STUDENT ASSISTANCE POLICY: IMPLICATIONS OF DISCRETIONARY POWER IN THE IMPLEMENTATION OF ACTIONS TO PROMOTE PHYSICAL LEISURE ACTIVITIES

ABSTRACT: ABSTRACT: In 2007, the National Student Assistance Program was created, which includes the Student Assistance Program, whose priority areas include sports, considered a specific type of leisure physical activity. However, its implementation is based on the discretion of institutional managers, who may favor certain areas over others. Given this context, the present study aimed to analyze the Student Assistance Program as a policy promoting leisure physical activities. This is a qualitative, cross-sectional, exploratory, and documentary study that analyzed the regulations governing the Student Assistance Program in

eight federal universities in the Midwest region. The results reveal that sports are included in the regulations of UFGD, UFCat, UFJ, and UFG, but are absent in the others. Student housing and food were the only areas present in all the institutions analyzed. It was concluded that discretion in program management has negative implications for the implementation of sports as physical leisure activities within the PAE at four universities.

Keywords: Sports. Leisure Physical Activities. University. Public Policies. PNAES.

INTRODUÇÃO

A educação consta na Constituição Federal Brasileira como um direito universal e fundamental de todos, sendo dever do Estado e da família promover o acesso. Sua organização é estruturada em educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e ensino superior (ES) (Brasil, 1988). Quanto à oferta do ES, está compete às instituições de ensino superior (IES), que podem ser privadas ou públicas, e que se caracterizam por oferecerem cursos superiores tecnológicos, de graduação, de extensão e cursos/programas de pós-graduação (Brasil, 1996).

As IES, quando administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado como empresas, podem ser divididas em particulares em sentido estrito, comunitárias, confessionais ou filantrópicas. As IES públicas são geridas pelo Estado e dividem-se em federais, estaduais e municipais, respectivamente subordinadas à União, aos Estados e Municípios (Pimentel; Nunes; Sales, 2000). Além disso, são classificadas de acordo com sua organização e prerrogativas, como faculdades, centros universitários e universidades (Brasil, 1996).

No que se refere especificamente às universidades, elas podem ser compreendidas como “[...] instituições pluridisciplinares de formação de quadros profissionais de nível superior e caracterizam-se pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão” (Brasil, 1987). As universidades federais figuram como entidades da Administração Indireta (Dutra; Frizzo, 2022) e têm o ensino de graduação e da pós-graduação, a pesquisa e a extensão como serviços prestados à sociedade.

Para o funcionamento e desenvolvimento das suas ações, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) contam com recursos advindos da Administração Pública (Fávero; Bechi, 2017), que podem ser oriundos de financiamento incremental (alocação dos recursos com base no orçamento do ano anterior) ou por meio de financiamento por fórmulas (distribuído de acordo com os indicadores de gestão e desempenho acadêmico,

nomeadamente o número de matrículas, taxas de graduação e número de pesquisas); financiamento contratual (contratos de gestão assinados entre o Estado e a universidade, em que o recurso é condicionado ao cumprimento de metas e objetivos) (Amaral, 2008). Além das receitas do setor público oriundas do Tesouro Nacional, podem utilizar recursos advindos da captação de receitas por meio de convênios, taxas e serviços eventuais prestados (Amaral, 2008). Estes compõem o leque de fontes de recursos para o desenvolvimento e funcionamento (Amaral, 2008; Fávero; Bechi, 2017; Costa; Albuquerque; Silva, 2024).

Dentre os recursos disponibilizados pelo Governo Federal para as universidades federais, se encontra o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criado em 2007 como programa (Brasil, 2007). Em 2024 foi transformado em Política Nacional de Assistência Estudantil (Brasil, 2024), figurando como uma política pública nacional inédita voltada à assistência estudantil (Santos; Lira, 2023). A PNAES ocorre no âmbito do Ministério da Educação, buscando garantir e ampliar as condições de permanência de estudantes do ensino superior e na educação profissional (científica e tecnológica) (Brasil, 2024).

Pautada na articulação do tripé universitário (ensino, pesquisa e extensão), a PNAES oferece apoio a estudantes de cursos superiores presenciais de graduação e educação profissional técnica no ensino médio. Em casos de disponibilidade de recursos, estudantes de programas presenciais de mestrado e de doutorado e estudantes de instituições de ensino superior públicas gratuitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, podem se beneficiar do programa por meio de convênios ou de instrumentos congêneres (Brasil, 2024).

Considerando a importância de viabilizar a igualdade de oportunidades, melhoria no desempenho acadêmico e diminuir a retenção e evasão discente decorrente das condições financeiras, a PNAES tem como objetivos

I - democratizar e garantir as condições de permanência de estudantes na educação pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência de estudantes nos cursos da educação pública federal e na conclusão desses cursos; III - reduzir as taxas de retenção e de evasão na educação pública federal; IV - contribuir para a promoção da melhoria de desempenho acadêmico, de inclusão social pela educação e de diplomação dos estudantes; V - apoiar estudantes estrangeiros da educação superior recebidos no âmbito de acordos de cooperação técnico-científica e cultural entre o Brasil e outros países; VI - estimular a participação e o alto desempenho de estudantes em competições, em olimpíadas, em concursos ou em exames de natureza esportiva e acadêmica; VII - estimular as iniciativas de formação, extensão e pesquisa específicas para a área de assistência estudantil (Brasil, 2024, s/p).

Para alcançar os objetivos da política, ela conta com 13 programas e ações:

I - Programa de Assistência Estudantil (PAE) II - Programa de Bolsa Permanência (PBP); III - Programa de Alimentação Saudável na Educação Superior (PASES); IV - Programa Estudantil de Moradia (PEM); V - Programa de Apoio ao Transporte do Estudante (PATE); VI - Programa Incluir de Acessibilidade na Educação (INCLUIR); VII - Programa de Permanência Parental na Educação (PROPEPE); VIII - Programa de Acolhimento nas Bibliotecas (PAB); IX - Programa de Atenção à Saúde Mental dos Estudantes (PAS); X - Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES); XI - Benefício Permanência na Educação Superior; XII - oferta de serviços pelas próprias instituições federais de ensino superior e pelas instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica; XIII - outras ações tornadas públicas por meio de ato normativo do Ministro de Estado da Educação, observada a compatibilização dessas ações com as dotações orçamentárias existentes, e desde que não haja prejuízos aos programas e às ações constantes dos incisos I a XII do caput deste artigo (Brasil, 2024, s/n)

Na utilização dos recursos advindos da PNAES, os gestores devem considerar os limites existentes entre o Poder Vinculatório e o Poder Discricionário. O Poder Vinculado é aquele em que o gestor é obrigado a seguir a lei, não dispondo de margem para escolhas (Carvalho, 2020; Di Pietro, 2024). O agente público deve simplesmente executar a vontade da lei (Di Pietro, 2014), sendo que quanto maior for a vinculação ao texto legal, menor é a possibilidade de autonomia de escolha do agente público. Logo, o tamanho do poder vinculado ditará o comportamento estatal (Marrara, 2024).

O Poder Discricionário é o oposto. Embora esteja subordinado à lei, há ocasiões em que a própria lei permite ao gestor identificar e seguir com a solução que ele acredita ser a mais oportuna e conveniente (Carvalho, 2023). A discricionariedade é a prerrogativa que a lei atribui ao agente público para que entre dois ou mais comportamentos, com o devido respaldo legal (Marrara, 2024). Isto ocorre numa situação concreta em que o agente público seleciona, entre as possibilidades predefinidas, a mais indicada para a defesa do interesse público (Di Pietro, 2014).

No que concerne ao PNAES, autarquias ou fundações públicas, como as universidades federais (Caetano; Campos, 2019; Carvalho, 2020), sob a égide do Poder Vinculatório, devem obedecer às diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.914, de 2024. A referida lei estabelece um rol de programas que podem compor a política, dentre eles, o Programa de Assistência Estudantil (PAE). Estabelece ainda regras gerais as quais devem ser seguidas, como os tipos de instituições que receberão os recursos, o público-alvo e as áreas prioritárias a serem financiadas.

O PAE, programa objeto do presente estudo, foi formulado para atender prioritariamente estudantes em vulnerabilidade socioeconômica vinculados a cursos presenciais de graduação em Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e em Instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. Os recursos destinados ao programa podem ser aplicados em áreas prioritárias específicas: assistência em moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, atendimento pré-escolar para dependentes, apoio pedagógico, e acesso, participação, aprendizagem e acompanhamento pedagógico de estudantes (Brasil, 2024).

Nota-se que embora as instituições, os beneficiários do programa e as áreas prioritárias da implementação de ações estejam delimitadas por força do Poder Vinculatório, a legislação que regulamenta o programa não estabelece o percentual dos recursos que devem ser aplicados em cada uma das áreas prioritárias que o compõem. Em relação aos beneficiários, cada universidade estabelece os critérios de seleção, a metodologia de seleção, a documentação comprobatória, os requisitos adicionais para acesso ao programa e os mecanismos de monitoramento e avaliação.

Isto porque, conforme o artigo 3º “Os programas e ações de assistência estudantil serão executados pelo Ministério da Educação e pelas instituições federais de ensino, considerando as especificidades e necessidades do corpo discente” (Brasil, 2024, p. 1). Portanto, a implementação do programa ocorre a partir do modelo *bottom-up* (de baixo para cima). Políticas públicas pautadas no modelo *bottom-up*, segundo Secchi, Coelho e Pires (2010), não dispõem de uma decisão definitiva, vez que oferecem liberdade para que burocratas e redes de atores possam auto-organizar e modelar a sua implementação. Logo, no que concerne às áreas prioritárias e percentuais de aplicação dos recursos, impera o Poder Discrecionário, o qual cada universidade dispõe de autonomia para o delineamento do programa e sua regulamentação interna por meio de normativas próprias em conformidade com as suas especificidades, condição que abre espaço para que a vontade política dos gestores esteja presente.

Em que pese essencial a autonomia universitária assegurada pela Constituição Federal brasileira (Brasil, 1988), a ausência de obrigatoriedade da aplicação dos recursos em todas as áreas prioritárias do PAE e a não especificação de percentuais mínimos para aplicação obrigatória em cada uma delas, pode corroborar com que os esportes, um tipo específico de

AFL¹, não esteja contemplado nas normativas específicas das universidades ou pouco disponham do investimento dos recursos.

Isto porque, o processo de desenvolvimento de políticas públicas é altamente seletivo, perpassando por questões relacionadas à importância dada a temas específicos, grau de importância dada a ele e a força política que eles dispõem. Neste contexto, uns são compreendidos como essenciais e merecedores de maior atenção e outros, como secundários (Rodrigues, 2010). Áreas como educação, saúde, moradia e saneamento básico, historicamente, dispuseram de maior força na disputa de espaços nas ações governamentais. Por outro lado, o esporte e o lazer, espaços menores (Isayama; Linhares, 2006).

A baixa ressonância que os esportes dispõem nas políticas públicas foi evidenciada em estudo brasileiro, que identificou a aplicação de um baixo percentual do orçamento público, com queda acentuada a partir da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Evidenciou também que os esportes não são priorizados nas agendas públicas, com investimentos *per capita* de valores insuficientes (Athayde; Menezes; Figueiredo, 2023). A exemplo dos esportes, estudo sobre o investimento de recursos da União em práticas corporais e atividades físicas no Sistema Único de Saúde, identificou baixos investimento nessas vivências, o que limita o acesso da população (Carvalho *et al.*, 2024) e contribui para o aumento das desigualdades no acesso a essas experiências humanas.

Especificamente no contexto das universidades federais brasileiras ainda pouco se conhece sobre o financiamento de políticas públicas de esportes e atividades físicas de lazer destinados aos discentes. Porém, os poucos que se dedicaram à aproximação com essa problemática, evidenciaram que os esportes e o lazer se faziam presentes em documentos de universidades federais de Minas Gerais, mas poucos definiram uma política própria para o seu desenvolvimento (Pereira; Silva, 2021). Na Universidade Federal do Oeste da Bahia, os recursos destinados aos esportes se mostraram escassos, restritos a recursos próprios destinados à participação em competições e do PNAES (Vieira; Athayde, 2023). Em uma universidade federal do Mato Grosso do Sul, os projetos de extensão ligados aos esportes e as AFL, representavam, respectivamente, apenas 2,08% e 0,39% do total de projetos que foram financiados no período de 2010 e 2021 (Costa; Albuquerque; Silva, 2023).

¹ Segundo Silva (2022), são ações humanas realizadas no tempo disponível, sendo movimento múltiplos que não depende necessariamente da intensidade e duração, não se limitando apenas aos esportes ou atividades de alta demanda energética, podendo ser jogos, brincadeiras, danças e entre outras. Além disso, podem ser realizadas de forma eventual ou sistematizada.

A ausência ou o baixo investimento em programas voltados às AFL no contexto universitário, dentre elas, as esportivas, podem trazer impactos negativos à PS discente. Isto porque, as atividades físicas atuam em múltiplas dimensões (físicas, emocionais, sociais, culturais e políticas) da experiência humana, vez que consistem em experiências holísticas vivenciadas em diversos espaços e contextos e refletem nas interações, emoções, ideias, instruções e laços sociais (Piggin, 2020).

Apesar da impossibilidade de se estabelecer uma relação direta de causa e efeito linear, de modo a aplicá-la a todas as universidades e universitários, vez que as questões afetas as AFL e PS são complexas, o envolvimento com essas experiências dispõem de potencial para resultados benéficos. Estudos têm demonstrado vínculos entre essas experiências e o bem-estar emocional cotidiano (Chen *et al.*, 2020), a saúde física (Panatto *et al.*, 2019), a autoestima e a qualidade de vida (González; Froment, 2018), a diminuição de quadros depressivos e o aumento do bem-estar subjetivo (Pereira et al., 2018), além da satisfação com a vida e o lazer, com as relações sociais, com a aparência e com a autoavaliação da saúde (Mutz; Reimers; Demetrou, 2021). Portanto, seus benefícios vão além dos efeitos biofisiológicas, resultando também em melhoras psicológicas (Toti; Bastos; Rodrigues, 2018; Azevedo *et al.*, 2020) e sociais (Silva *et al.*, 2010; Alves; precioso, 2022).

Diante do exposto, esta investigação teve como objetivo analisar o Programa de Assistência Estudantil enquanto política promotora de atividades físicas de lazer. Especificamente, buscou-se examinar de que forma as atividades físicas de lazer estão contempladas nas normativas do programa, bem como refletir sobre as implicações decorrentes da discricionariedade envolvida na implementação de programas voltados ao tema.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo qualitativo, transversal, exploratório e documental. O estudo exploratório consiste na descoberta de ideias e visa familiarizar-se com o problema de pesquisa, a fim de construir hipóteses (Gil, 2010). O estudo documental pauta-se na análise de arquivos públicos, oriundos de publicações administrativas e fontes internas à instituição ainda não analisadas (Marconi; Lakatos, 2002).

O objeto de análise foram as normativas que regulamentam a PNAES no âmbito das universidades federais brasileiras, situadas na região Centro-Oeste. O acesso às normas ocorreu via solicitação formal na plataforma de acesso à informação federal - fala.br (Brasil, 2022). Por meio da solicitação, foram obtidos os endereços eletrônicos dos documentos que figuraram como *corpus* da investigação (Quadro 1).

Quadro 1. Normativas de regulamentação do Programa de Assistência Estudantil/PNAES nas Universidades Federais localizadas na região Centro-Oeste, Brasil.

UNIVERSIDADE	ANO	NORMATIVA
UFR	2023	Resolução Consepe/UFR nº 20, de 15 de março de 2023.
UFMS	2021	Resolução nº 124-Coun/UFMS, de 31 de agosto de 2021.
UFGD	2024	Resolução nº 794, de 25 de outubro de 2024.
UFCAT	2023	Resolução Consepec UFCAT nº 013/2023.
UFJ	2017	Resolução - Consuni nº 44/2017.
UFG		
UnB	2023	Resolução do (a) decanato de assuntos comunitários nº 006/2023.
UFMT	2022	Resolução Consuni-UFMT nº 74/2022.

Fonte: Próprio autor.

A análise e interpretação dos dados decorreu de acordo com os procedimentos analíticos propostos por Gil (2010) - definição dos objetivos ou hipóteses; constituição de um quadro de referência; seleção dos documentos a serem analisados; e definição das unidades de análise.

A definição dos objetivos ou hipóteses ocorreu durante a fase exploratória, com o intuito de aproximar o investigador da área de estudo e do objeto de investigação. A criação de um quadro de referência ajudou a orientar a pesquisa de forma geral e a interpretar os dados. O quadro referencial foi elaborado com base na teoria da Administração Pública (Di Pietro, 2024; Carvalho, 2023; Carvalho, 2020), na autonomia universitária (Durham, 2005;

Durham, 2005), nas políticas públicas (Secchi; Coelho; Pires, 2021), nas atividades físicas (Piggin, 2021) e nas atividades físicas de lazer (Silva, 2022).

Após o recebimento dos documentos solicitados, todos foram transferidos para um banco de dados *online* e organizados por ano, sendo posteriormente abertos no *software* Adobe. As unidades de análise foram definidas com base nos temas presentes nas normativas internas da PNAES nas universidades federais localizadas no Centro-Oeste.

A análise dos dados ocorreu por meio da técnica de análise de conteúdo, que consiste num processo inferencial baseado na leitura de documentos. No âmbito das possibilidades oferecidas pela análise documental, recorreu-se à temática, representada graficamente por uma palavra, que revela o tema contemplado pelo PAE. Para o presente estudo, a análise do tema incidiu sobre a presença ou ausência, não sendo aplicada a análise de frequência.

Para tanto, foram seguidas três etapas: a) Pré-análise, com a determinação da unidade de registro a partir do contato direto com os documentos e aplicação da leitura flutuante e, num segundo momento, da formulação e reformulação de objetivos a partir da leitura exhaustiva do material; b) Exploração do material, com a classificação das informações, com identificação das categorias (expressões textuais) e sua redução em expressões significativas, com recortes (redução) dos textos em unidades de registro (palavras) relevantes identificadas na pré-análise e caracterizadas na pesquisa como itens. Posteriormente, foi definida a regra de contagem (identificação da presença ou ausência dos temas). Por fim, os resultados foram tratados e interpretados, analisando-se a presença do tema. Para apresentar os resultados, foi elaborado um quadro com o objetivo de representar visualmente a presença ou ausência dos temas em cada universidade investigada (Minayo, 2004).

A interpretação dos dados ocorreu por meio de uma análise de política pública criativa e argumentativa, conforme orientado por Secchi, Coelho e Pires (2021).

RESULTADOS/DISCUSSÃO

A análise das normativas específicas de cada instituição indica que as áreas prioritárias são a moradia, a alimentação e o apoio pedagógico, estando os dois primeiros presentes em todas as universidades e o último ausente apenas na UnB. Entre as universidades federais

situadas no Centro-Oeste, a UFGD e a UFCat foram as únicas que contemplam todas as áreas propostas pelo PAE.

Quadro 2. Áreas do Programa de Assistência Estudantil contempladas pelas normativas das Universidades Federais localizadas na região Centro-Oeste, Brasil.

ÁREAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	UFR	UFMS	UFGD	UFCat	UFJ	UFG	UnB	UFMT
Moradia estudantil	x	x	x	x	x	x	x	x
Alimentação	x	x	x	x	x	x	x	x
Transporte	x		x	x			x	
Atenção à saúde	x		x	x	x	x		
Inclusão digital	x	x	x	x				
Cultura			x	x				
Esporte			x	x	x	x		
Atendimento pré-escolar a dependentes	x	x	x	x			x	
Apoio pedagógico	x	x	x	x	x	x		x
Acesso, participação, aprendizagem e acompanhamento pedagógico de estudantes		x	x	x	x	x		x

Fonte: Próprio autor.

Embora a lei que regulamentou o PAE coloque limites na aplicação dos recursos, condicionando-os aos fins que lhe deram origem (Brasil, 2024), não há indicações sobre porcentagens específicas para o desenvolvimento das ações. Na prática, a norma regulamentadora permite ao gestor decidir discricionariamente sobre a distribuição dos recursos entre as ações desenvolvidas pela instituição, possibilitando a implementação de decisões em conformidade com as particularidades locais ou sua vontade política. Ou seja, conforme expõem Costa, Albuquerque e Silva (2024), a priorização das demandas, por vezes, se encontra respaldada juridicamente.

Em um estudo sobre o mapeamento das ações e programas de assistência estudantil realizado por Januário *et al.* (2024), a UFGD foi identificada como aquela que abrangeu o

maior número de áreas do PAE em 2020 e 2021 (9). No mesmo estudo, a UFCat e a UFR obtiveram resultados mais modestos, visto que em relação às outras universidades - UFG e UFMS (8), UnB (7) e UFJ (7), UFMT (6) e UFCat (5) e UFR (5), a abrangência foi menor. Tais diferenças podem estar relacionadas com o objeto de análise utilizado nas duas pesquisas, uma vez que, enquanto no presente estudo nos atentamos as resoluções internas das universidades do Centro-Oeste, Januário *et al.* (2024) analisaram cartas de serviços, relatórios de gestão, editais, resoluções e informações dos sites dos setores que operacionalizam a assistência estudantil, o que possibilita uma captação de informações ampliada.

A moradia e a alimentação como áreas prioritárias também foram evidenciadas noutras investigações sobre o tema. Fava e Cintra (2022), num estudo com 69 IFES, que, em 2020, os recursos do PNAES foram aplicados sobretudo à área da moradia (63), seguida da alimentação (60), do transporte (48), da creche (45) e do apoio pedagógico (28). Em 2021, com a análise de 24 universidades federais, Fava (2021) evidenciou a predominância da alimentação (24), moradia (22), inclusão digital (21), apoio pedagógico (20) e transporte (19).

Por sua vez, Januário *et al.* (2024) identificaram que em 2022 prevaleceram a moradia (69), a alimentação (69), o apoio pedagógico (67), a atenção em saúde (59) e a inclusão digital (55). Em estudo com cobertura mais abrangente (2010-2023), Ferreira e Cintra (2023) observaram que os recursos do PNAES eram aplicados predominantemente na alimentação (24), na moradia (22), no apoio pedagógico (20) e na inclusão digital (19). Estes resultados corroboram o estudo de revisão de Ferreira, Sanabria e Cintra (2023), que indicou que, entre os 10 eixos propostos pelo PNAES, a alimentação, a moradia e o transporte estão entre os mais atendidos pelas instituições.

Num estudo com universitários beneficiados pelo PNAES em cinco campi de uma universidade federal, Andrade e Teixeira (2017) evidenciaram uma correlação estatisticamente significativa, embora de nível baixo, entre a intenção de concluir o curso e a satisfação com as condições de saúde ($r=0,14$), de alimentação ($r=0,11$), culturais ($r=0,09$), de transporte ($r=0,09$), pedagógicas ($r=0,14$) e para o esporte ($r=0,06$). Por outro lado, a investigação de Serra *et al.* (2024) não encontrou qualquer relação estatística. Ainda, a relação entre a satisfação das condições para a prática de AF e o desempenho acadêmico foi negativa ($r=-0,08$). A relação estatística negativa entre o desempenho acadêmico e as condições de prática de AF, mesmo que baixa, pode estar relacionada com a pouca importância conferida ao esporte na agenda do PNAES, visto este ser uma das áreas prioritárias com menos recursos financeiros.

A autonomia das instituições para o desenvolvimento de ações de apoio aos estudantes universitários é fundamental para atender às diferentes realidades institucionais. No que se refere às universidades federais brasileiras situadas no Centro-Oeste, Januário *et al.* (2024), a exemplo do presente estudo, também evidenciaram que em 2020 e 2021 apenas a UFG e UFGD utilizaram o recurso do programa para o desenvolvimento do esporte. Portanto, a presença dessas instituições no presente estudo dentre aqueles que utilizam recursos do PNAES para o esporte, indica uma continuidade na política de financiamento com recursos do PNAES nessas instituições. A presença da UFCat constitui uma novidade, o que pode ser explicado por ela ter sido criada em 2018.

O fato do número de universidades federais que atendem o eixo esporte nas suas instituições com recursos do PNAES ser pequeno não é uma realidade apenas daquelas localizadas no Centro-Oeste, tendo em vista que a literatura revela que poucas universidades destinam recursos dessa fonte ao esporte. Não por acaso, a satisfação dos universitários que usufruem do PNAES no que se refere ao esporte é negativa, ocupando a sexta posição (Eloi *et al.*, 2019), e a presença de ações relacionadas com o esporte no âmbito do PNAES foi pontuada como baixa (26,56%) e moderada (23,43%) pela maioria dos participantes da pesquisa em 2024 (Serra *et al.*, 2024).

Ferreira e Cintra (2023) indicaram que, das 69 universidades federais, apenas 47 (68.11%) contaram com ações direcionadas para o esporte. No período de 2020 e 2021, Januário *et al.* (2024) evidenciaram que o percentual de universidades que destinavam recursos do PNAES ao esporte era ainda menor (52,17%), ficando à frente apenas da acessibilidade (47.82%) e cultura (44.92%). Entre 2010-2023, somente 21 das 37 universidades contemplam, de alguma forma, o esporte com recursos do PNAES – UFABC, UFAL, UFAP, UFC, UFERJ, UFF, UFG, UFGD, UFMA, UFMG, UFPB, UFPE, UFRJ, UFRN, UFRPE, UFRS, UFRRJ, UFS, UFSB, UFV e UNIFAL.

Fava (2021) evidenciou que, das 24 universidades participantes no estudo, apenas 15 o faziam. Fava e Cintra (2022) observaram que, no ano de 2020, isso ocorreu apenas em 15.94% (11) das IFES brasileiras. Ferreira e Cintra (2023), num estudo referente ao período de 2010-2019, evidenciaram que, das 37 universidades federais que contavam com ações direcionadas ao esporte e lazer, 43.24% (16) utilizavam somente os recursos do PNAES. Por sua vez, Januário *et al.* (2024) apontaram que apenas 36 (52.17%) das 69 universidades federais brasileiras fomentaram ações ou programas esportivos entre 2020 e 2021 utilizando a PNAES.

Em relação aos recursos do PNAES no período de 2010-2023, Ferreira e Cintra (2023) evidenciaram que os investimentos no esporte e lazer não representaram 0.50% do financiamento disponibilizado. Ademais, os anos em que o esporte e lazer dispuseram de um investimento mais elevado (2016, 2017, 2018, 2019), eles correspondem a apenas 0,20% do total. Entre as universidades com média de maior investimento no esporte destacaram-se a UFJ (7.95%), UFRRJ (6.01%), UFLA (5.48%) e UFSJ (2.27%). Especificamente em relação às universidades localizadas no Centro-Oeste, os percentuais foram de 7.95% na UFJ, 3.61% na UFGD, 2.81% na UFR, 1.70% na UFMT, 0.91% na UFG e 0.18% na UFCat. Borsato (2024) também evidenciou baixo percentual de aplicação de recursos do PNAES em ações esportivas na UFMS em 2009 (com 3.07%), 2010 (1.61%), 2011 (3.36%), 2012 (0.46%) e 2013 (1.4%).

Observa-se que a utilização dos recursos oriundos do PNAES para a concretização das ações esportivas, embora regulamentada no âmbito das orientações normativas, não ocorre de forma universalizada na implementação das ações, visto que tanto na presente investigação, quando em diversas outras anteriormente desenvolvidas, se encontram limitadas à política desenvolvida por um reduzido número de universidades.

Conforme observado por Ferreira e Cintra (2023), algumas instituições optam por não utilizar o recurso proveniente do PNAES para o esporte, uma vez que 21 instituições utilizam recursos próprios e discricionários. Apenas 16 universidades federais utilizavam exclusivamente o recurso desse programa. Além disso, três instituições recorriam ocasionalmente a ele quando os recursos próprios eram insuficientes e dez recorriam exclusivamente ao recurso próprio. Dado o reduzido número de universidades que utilizam recursos do PNAES, Ferreira, Sanabria e Cintra (2023) propõem a abertura de um diálogo para além do proposto pelo orçamento do Ministério da Educação, de modo a criar novas fontes de financiamento para as ações de esporte no ES públicas federais.

De um modo geral, o PAE assenta sobretudo num carácter assistencialista (Ferreira; Sanabria; Cintra, 2023), sendo as suas ações implementadas pelos setores de assistência estudantil, que se concentram nas áreas de alimentação, moradia e transporte (Lima; Ferreira, 2016; Fava; Cintra, 2022; Januário *et al.*, 2024). A utilização do recurso do PNAES visa garantir a permanência do aluno em situação de vulnerabilidade socioeconômica na instituição, sendo utilizado sobretudo para áreas que são consideradas de maior urgência (Vieira; Athayde, 2023).

Isso deve-se ao fato das normativas do PNAES não indicarem porcentagens específicas para cada área prioritária, limitando-se a definir os programas e o que cada um deve contemplar. Ou seja, fica a critério da administração pública, que, fazendo uso do Poder Discrecionário, organiza a alocação dos recursos em conformidade com as necessidades locais ou a vontade política dos gestores. Portanto, embora haja a condição legal de aplicação dos recursos nas 13 áreas prioritárias elencadas pelo PAE, os gestores atuam por intermédio da histórica hierarquização de prioridades na alocação dos recursos, aplicando os recursos de modo hierarquizado, uma vez que não são estabelecidos os percentuais que devem ser aplicados em cada um.

Na administração pública, um ato condicionado ocorre quando o gestor é obrigado por força normativa a cumprir o que é determinado pela lei, não dispondo de liberdade para a sua atuação (Carvalho, 2023), sobretudo em relação ao “sujeito” e à “forma”, requisitos que integram o princípio da legalidade e condicionam a tomada de decisões (Mazza, 2019). Por outro lado, o ato discrecionário é a margem de autonomia de escolha que o gestor pode exercer relativamente ao que a norma jurídica proporciona (Carvalho, 2023), podendo recorrer aos requisitos objetivo, motivo e finalidade que contemplam o princípio da legalidade. Os gestores públicos têm margem para tomar decisões, pautadas nos elementos nucleares da discricionariedade (oportunidade e conveniência), com base nos requisitos objetivo, motivo e finalidade (Mazza, 2019).

Frente à discricionariedade dos gestores das universidades federais localizadas na região Centro-Oeste, o desenvolvimento do esporte no âmbito do PAE passa por um processo de hierarquização de prioridades, sendo frequentemente considerado como um gasto adicional face às outras necessidades de utilização do recurso, considerados direitos fundamentais.

O estabelecimento das PP ocorre por meio de um processo que se inicia com a escolha dos temas a serem contemplados, ou seja, com a formação de agenda, primeira etapa do ciclo político em que são identificados problemas para possível resolução. Secchi, Coelho e Pires (2021, p. 58), ao tratarem das PP a partir do modelo por ciclos, definem a formação de agenda como “[...] conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes”. Na formação da agenda há o reconhecimento dos problemas que são considerados como relevantes e importantes pelos atores políticos visíveis, sendo estabelecido o sistema de hierarquização dos problemas relevantes (Kingdon, 1995).

Os conteúdos que disputam espaço na agenda podem advir de diferentes setores, como a educação, a saúde, a segurança pública, o esporte e o lazer, ou podem ser oriundos do mesmo setor, como as disputas internas no âmbito do esporte entre as dimensões rendimento, participação e educacional, em que os temas competem entre si por espaço e recursos financeiros nas ações governamentais (Silva, 2014).

No sistema de hierarquização, os problemas apresentados são separados por ordem de prioridades, sendo que alguns são privilegiados em detrimento de outros. As PP baseadas na seleção de prioridades corroboram a ideia de que os direitos entendidos como fundamentais recebem maior destaque e investimento do que outros considerados pressupostos de direitos. Como a máquina pública não possui recursos suficientes para satisfazer todos os direitos e conteúdos, ocorre o processo de hierarquização das prioridades. Mesmo que várias ações apresentem obrigatoriedade de execução, acabam por não ser atendidas sob alegação dos gestores de que se trata de pressupostos de direito, algo frequentemente aplicado ao esporte.

O pressuposto de direito consiste na compreensão por parte do Executivo, de que as normas jurídicas apresentam brechas que permitem diferentes interpretações, principalmente no que se refere aos investimentos em programas (Silva, 2016). O mesmo mecanismo é demonstrado pelos gestores das universidades federais na aplicação dos recursos provenientes do PAE, uma vez que, conforme evidenciado na presente investigação, o esporte é excluído dos investimentos oriundos dessa fonte de financiamento em 50% das universidades. Embora o esporte tenha sido considerado um tema relevante a ser incorporado no programa enquanto área prioritária na formulação do programa, na materialização da política por meio da implementação, ficou de fora das normativas da metade das universidades analisadas.

A este respeito, Ferreira, Sanabria e Cintra (2023) afirmam que o esporte sempre esteve no fundo da lista de prioridades dos gestores, mas, devido aos cortes que as universidades têm sofrido, muitas vezes ainda é negligenciado. Além disso, o esporte e o lazer têm pouca força de disputa de espaços nas ações governamentais, sendo percebidos como problemas de menor relevância, quando comparados com outras necessidades, como a educação, a saúde, a moradia e o saneamento básico (Isayama; Linhares, 2006).

Isso ocorre devido à falta de recursos financeiros, refletindo-se num processo de seleção e priorização de áreas entendidas como essenciais. Em suma, o esporte é compreendido como um problema de caráter não essencial, possivelmente devido ao processo

de mercantilização dessas manifestações, que não são compreendidas como manifestações que possam melhorar o bem-estar social dos praticantes.

Partindo da percepção neoliberal, na qual a administração pública se justifica pela falta de recursos públicos suficientes para garantir o cumprimento dos direitos consagrados, o atendimento dos diversos direitos sociais acaba ficando a cargo do mercado, como é o caso das AFL. Neste cenário de disputas, o Estado parte da lógica meritocrática e seletiva, na qual se encontra a iniciativa privada. A falta de recursos públicos para cumprir os direitos sociais faz com que o setor privado atue nesta lacuna imposta, sendo norteado pelos interesses comerciais (Botelho, 2001).

A ausência dos esportes enquanto AFL nas normativas de 50% das universidades federais localizadas na região Centro-Oeste (UFR, UFMS, UnB e UFMT) no único programa vigente que traz o esporte como foco de aplicação dos recursos destinados ao programa, sugerindo que os recursos advindos do PAE não são utilizados para ações nesta área prioritária, caso não esteja contemplada por meio de outras fontes específicas dessas outras universidades, pode trazer implicações negativos à PS dos estudantes.

As experiências com as AFL são oportunidades relevantes para PS a luz de uma perspectiva holística de atividade física (Piggin, 2020) e ampliada de PS (Carvalho *et al.*, 2024; Carvalho; Cohen; Akerman, 2017), vez que universitários que inseridos nessas oportunidades dispõem de relações sociais fortalecidas quando comparadas àqueles que são insuficientemente ativos (Silva *et al.*, 2010) e (Alves; Precioso, 2022).

Ademais, na Colômbia (Cerón Bedoya *et al.*, 2023) e Peru (Curo Yllaconza *et al.*, 2024) foi observado que os acadêmicos que apresentavam o perfil de prática de AFL intensa e moderada tinham os melhores índices de rendimento acadêmico. Além disso, na Colômbia os acadêmicos que praticavam AFL regularmente apresentavam os menores índices de ansiedade e depressão (Corrales-Córdoba *et al.*, 2024) e qualidade de vida e autoestima elevada comparado com os que não praticam (León *et al.*, 2025).

Frente a relevância da AFL, dentre elas, o esporte, se faz relevante que a partir de uma compreensão holística dos seus efeitos para o desenvolvimento humano e de uma compreensão socioambiental da PS, gestores despertam maior atenção para importância dos esportes para os estudantes e disponham espaço na agenda financeira das políticas empreendidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A PNAES surge como uma importante política pública para o financiamento da permanência de estudantes universitários, sobretudo os que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com a prerrogativa de serem prioritariamente atendidos. O PAE, enquanto programa que integra essa política, incluiu o esporte entre as áreas prioritárias e elegíveis a usufruir dos recursos, o que é um passo importante no contexto da formação de agenda, etapa altamente seletiva e que temas já são descartados.

Contudo, a discricionariedade permita aos gestores pelas normas que regulamentam o programa, de modo a ajustar sua implementação às particularidades locais e dos estudantes (*bottom-up*), frente a cultura política histórica de hierarquização de prioridades que permeia as decisões no âmbito das políticas públicas brasileiras, experiências importantes para a vida em comunidade, desenvolvimento e PS, como aquelas possíveis de ocorrer através das AFL, não receberam a atenção necessária dos gestores das universidades federais localizadas no Centro-Oeste brasileiro na implementação.

Conclui-se então que, a discricionariedade, embora importante em um sistema democrático, no que tange a implementação de ações relacionadas aos esportes enquanto atividades físicas de lazer, no âmbito do PAE, tem implicações negativas e que limitam sua materialização entre as áreas prioritárias.

Apesar da pertinência da autonomia universitária e a discricionariedade dada aos gestores de universidades federais, compreende-se que se faz necessário que normas regulamentadoras de políticas públicas que abarcam várias áreas prioritárias, como o PAE, disponham de percentuais mínimos de investimento definidos por lei, de modo a garantir que oportunidades de vivências de AFL no âmbito do programa seja assegurado em todas as universidades.

Em que pese os dados obtidos pelo presente estudo e reflexões desencadeadas a partir deles, o que contribui com a ampliação da compreensão das políticas públicas direcionadas as AFL no contexto das universidades federais, o estudo apresenta limitações relativas à baixa profundidade e amplitude que a realidade investigada pode ser alcançada via pesquisa documental. Sugere-se que investigações futuras sejam delineadas por meio da triangulação da técnica de análise documental e pesquisa de campo juntamente com gestores universidades

(pró-reitores) e discentes, de modo a melhor compreender o PAE/PNAES como política pública e as questões relacionadas às AFL e PS discente.

REFERÊNCIAS

- ALVES, R. F.; PRECIOSO, J. A. G. Exercício físico, sedentarismo e bem-estar dos/as estudantes universitários/as portugueses/as. **Revista Contexto & Saúde**, v. 22, n. 46, e13371, 2022. DOI: <https://doi.org/10.21527/2176-7114.2022.46.13371>.
- AMARAL, N. C. Autonomia e financiamento das IFES: desafios e ações. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 13, p. 647-680, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772008000300003>.
- ANDRADE, A. M. J. de; TEIXEIRA, M. A. P. Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 22, n. 2, p. 512–528, 2017. DOI: [10.1590/s1414-40772017000200014](https://doi.org/10.1590/s1414-40772017000200014).
- ATHAYDE, P. F. A.; MENEZES, U. A.; FIGUEIREDO, A. J. B. Financiamento do esporte no Brasil e Portugal: uma análise sobre a magnitude dos recursos públicos entre 2004 e 2020. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 45, p. e20230016a, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/rbce.44.e20230016a>
- AZEVEDO, L. G.; *et al.* Prevalência de ansiedade e depressão, nível de atividade física e qualidade de vida em estudantes universitários da área de saúde. **Revista Científica Unifagoc – Multidisciplinar**, v. 5, n. 1, 2020.
- BOTELHO, I. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 73–83, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0102-88392001000200011>.
- BORSATO, F. P. A configuração da assistência estudantil da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul após a implantação do PNAES. 2024.
- BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- BRASIL. **Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Diário Oficial da União, Brasília, 20 jul. 2010.
- BRASIL. **Lei n. 14.345, de 25 de maio de 2022**. Dispõe sobre o direito de acesso à informação. Diário Oficial da União, Brasília, 26 maio 2022.
- BRASIL. **Lei n. 14.914, de 27 de março de 2024**. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil. Diário Oficial da União, Brasília, 28 mar. 2024.
- BRASIL. **Lei n. 7.596, de 10 de abril de 1987**. Dispõe sobre a retribuição pecuniária dos servidores das instituições federais de ensino, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 13 abr. 1987.
- BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.
- BRASIL. **Resolução n. 2, de 18 de junho de 2007**. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Diário Oficial da União, Brasília, 19 jun. 2007.

CAETANO, E. F. S.; CAMPOS, I. M. B. M. A autonomia das universidades federais na execução das receitas próprias. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, p. e240043, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782019240043>.

CARVALHO, J. S. Manual de direito administrativo. 37. ed. São Paulo: **Atlas**, 2023.

CARVALHO, M. Manual de direito administrativo. Salvador: **JusPODIVM**, 2020.

CARVALHO, F. F. B.; COHEN, S. C.; AKERMAN, M. Refletindo sobre o instituído na Promoção da Saúde para problematizar 'dogmas'. **Saúde em Debate**, v. 41, p. 265-276, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042017S320>.

CARVALHO, F. F. B. *et al.*, A. Federal government budgetary and financial resources for body practices and physical activities in the Unified Health System: analysis of the 2019-2022 governmental cycle. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 1, p. e19352022, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232024291.19352022EN>

CERON BODOYA, J. D. *et al.* Relación entre el nivel de actividad física y el rendimiento académico en estudiantes de una institución universitaria: Estudio multicéntrico. **Retos Digital**, n. 47, p. 775–782, 2023. DOI: <https://doi.org/10.47197/retos.v47.94795>.

CHEN, S. *et al.* The influence of leisure engagement on daily emotional well-being. *Leisure Sciences*, p. 1-18, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/01490400.2020.1757537>

CORRALES-CÓRDOBA, D.; RANGEL-ARCOS, M. J.; VARELA-ARÉVALO, M. T. Actividades de ocio y su relación con la salud mental en jóvenes universitarios de Cali, Colombia. **Retos Digital**, n. 59, p. 1018–1025, 2024. DOI: <https://doi.org/10.47197/retos.v59.104601>.

CONTRERAS, L. M. V. *et al.* Autoestima y hábitos de vida saludable en estudiantes universitarios del área de la salud y pedagogía de una universidad de Santiago de Chile. *Retos: Nuevas Tendencias en Educación Física, Deporte y Recreación*, n. 60, p. 666–671, 2024. DOI: <https://doi.org/10.47197/retos.v60.106162>.

COSTA, E. V.; ALBUQUERQUE, A. C.; SILVA, J. V. P. Extensão universitária e financiamento de projetos relacionados com a Educação Física na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. e024040, 2024. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v19i00.17909>.

CURO YLLACONZA, J. E. *et al.* Asociación entre el nivel de actividad física y el rendimiento académico en estudiantes de primer año de una universidad peruana. **Retos Digital**, n. 60, p. 704–710, 2024. DOI: <https://doi.org/10.47197/retos.v60.106394>.

DI PIETRO, M. S. Z.; **Direito administrativo**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

DI PIETRO, M. S. Z.; **Direito administrativo**. 37. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024.

DURHAM, E. R.; . A autonomia universitária: extensão e limites. São Paulo: **NUPES/USP**, 2005.

DUTRA, G. C. Z.; FRIZZO, G. Uma década de desinvestimento em educação pública superior: um estudo sobre o financiamento da UFPel entre 2010 e 2020. **Revista Contexto &**

Educação, Ijuí, v. 38, n. 120, e13274, 2023. DOI: <https://doi.org/10.21527/2179-1309.2023.120.13274>.

ELOI, S. *et al.* O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES na Universidade Federal de Viçosa (UFV): uma avaliação na percepção dos beneficiários. **Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL**, v. 12, n. 3, p. 106–129, 2019. DOI: [10.5007/1983-4535.2019v12n3p106](https://doi.org/10.5007/1983-4535.2019v12n3p106).

FAVA, H. Indicadores na gestão da assistência estudantil em instituições federais de ensino superior no Brasil: da produção acadêmica à aplicação. 2021. **Dissertação** (Mestrado em Administração Pública) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/5216>. Acesso em: 20 maio 2025.

FAVA, H. L.; CINTRA, R. F. Indicadores na Assistência Estudantil: análise nas universidades federais brasileiras. **Revista Ciências Administrativas**, [S. l.], v. 28, p. e12649, 2022. DOI: 10.5020/2318-0722.2022.28.e12649.

FÁVERO, A. A.; BECHI, D. O financiamento da educação superior no limiar do século XXI: o caminho da mercantilização da educação. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 3, n. 1, p. 90–113, 2017.

FERREIRA, N. I. de O.; CINTRA, R. F. O orçamento do PNAES e a “fatia” do esporte e lazer nas universidades federais brasileiras: mais do mesmo!?. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 14, n. 9, p. 15912–15938, 2023. DOI: 10.7769/gesec.v14i9.2194.

FERREIRA, O. N. I.; SANABRIA, D. C.; CINTRA, R. F. O esporte e o lazer no Programa Nacional de Assistência Estudantil: revisão sistemática da literatura. **Licere: Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 26, n. 1, p. 239–275, 2023.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: **Atlas**, 2010.

GONZÁLEZ, A.; FROMENT, F. Beneficios de la actividad física sobre la autoestima y la calidad de vida de personas mayores. *Retos*, v. 33, p. 3-9, 2018. DOI: <https://doi.org/10.47197/retos.v0i33.50969>.

GUEDES, D. P.; LEGNANI, R. F. S.; LEGNANI, E. Exercise motives in a sample of Brazilian university students. *Motriz*: **Revista de Educação Física, Rio Claro**, v. 19, n. 3, p. 590–596, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1980-65742013000300009>.

ISAYAMA, H. F.; LINHALES, M. A. (Orgs.). Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: **Editora UFMG**, 2006.

JANUÁRIO, R. G.; NELSON, A. V. M.; MEDEIROS, M. F. M. de. Mapeamento das ações de assistência estudantil realizadas pelas universidades federais na gestão do PNAES. **Revista Meta: Avaliação**, v. 16, n. 52, p. 680, 2024. DOI: 10.22347/2175-2753v16i52.4436.

KINGDON, J. W. Agendas, alternatives, and public policies. 2. ed. New York: **HarperCollins College Publishers**, 1995.

LEÓN, M. V. S.; *et al.* Calidad de vida y actividad física en estudiantes universitarios relacionados con el desarrollo de enfermedades crónicas no transmisibles. **Retos Digital**, n. 62, p. 1085–1096, 2024. DOI: <https://doi.org/10.47197/retos.v62.110725>.

LIMA, W. A. S.; FERREIRA, L. C. Mapeamento e avaliação das políticas públicas de assistência estudantil nas universidades federais brasileiras. **Revista Meta: Avaliação**, v. 8, n. 22, p. 116, 2016. DOI: [10.22347/2175-2753v8i22.870](https://doi.org/10.22347/2175-2753v8i22.870).

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Planejamento e execução de pesquisa. São Paulo: **Atlas**, 2002.

MARRARA, T. **Manual de direito administrativo**: atos, processos, licitações e contratos. 2. ed. São Paulo: Foco, 2024.

MAZZA, A. **Manual de direito administrativo**. 9. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

MELO, A. *et al.* Nível de atividade física dos estudantes de graduação em Educação Física da Universidade Federal do Espírito Santo. **Journal of Physical Education**, v. 27, n. 1, p. 2723, 2016. DOI: <https://doi.org/10.4025/jphyseduc.v27i1.2723>.

MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: **Hucitec**, 2004.

MUTZ, M.; REIMERS, A. K.; DEMETRIOU, Y. Leisure time sports activities and life satisfaction: deeper insights based on a representative survey from Germany. **Applied Research in Quality of Life**, [S. l.], v. 16, n. 5, p. 2155–2171, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11482-020-09866-7>.

PANATTO, C. *et al.* Efeitos da prática de atividade física e acompanhamento nutricional para adultos: um estudo caso-controle. *Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento*, v.13, n. 78, p. 329-366, 2019. Disponível em: <http://www.rbone.com.br/index.php/rbone/article/view/953> Acesso em: 19 set. 2022.

PEREIRA, B. de A.; SILVA, L. P. da. Análise das políticas de lazer e esporte nas universidades públicas federais de Minas Gerais a partir dos documentos norteadores. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 8, n. 1, p. 67–87, 2021. DOI: [10.35699/1981-3171.2019.16263](https://doi.org/10.35699/1981-3171.2019.16263).

PIGGIN, J. What is physical activity? A holistic definition for teachers, researchers and policy makers. **Frontiers in Sports and Active Living**, v. 2, 2020. DOI: [10.3389/fspor.2020.00072](https://doi.org/10.3389/fspor.2020.00072).

PIMENTEL, F. S. C.; NUNES, A. K. F.; SALES, V. B.; Formação de professores na cultura digital por meio da gamificação. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, e76125, 2020.

RODRIGUES, Marta. Políticas públicas São Paulo: Publifolha, 2010.

SANTOS, A. E. D.; LIRA, T. S. V.; Crise, recrudescimento do neoliberalismo e seus reflexos no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 55, p. 261–286, 2023. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5522/552273594012/html/>. Acesso em: 22 set. 2023.

SECCHI, L.; COELHO, F. S.; PIRES, V. Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos. 4. ed. São Paulo: **Cengage Learning**, 2021.

SERRA, F. N. T. *et al.* Las inversiones de las universidades federales brasileñas contribuyen al desempeño: evidencias sobre los destinos de los recursos del Programa Nacional de Asistencia Estudiantil (PNAES). **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 29, e024033, 2024. DOI: [10.1590/1982-57652024v29id28792533](https://doi.org/10.1590/1982-57652024v29id28792533).

SILVA, J. V. P. Parques esportivos como espaço de e lugar de in (ex)clusão de pessoas com deficiência física e visual. 2014. **Tese** (Doutorado em Educação Física) — Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2014.

SILVA, J. V. P. Programas nacionais de atividades físicas em Universidades Federais brasileiras e relações com o lazer. **Movimento** (ESEFID/UFRGS), v. e28044, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.122918>.

SILVA, J. V. P. Políticas públicas de esporte: Pessoas com deficiência, hierarquização de prioridades e direitos sociais. In: SILVA, J. V. P. da; GONÇALVES-SILVA, L. L.; MOREIRA, W. W. (Orgs.). Educação física e seus diversos olhares. Campo Grande: ED. UFMS, 2016. p. 123-145.

SILVA, R. S. *et al.* Atividade física e qualidade de vida. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 1, p. 115–120, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1413-81232010000100017>.

TOTI, T. G.; BASTOS, F. A.; RODRIGUES, P. F. Fatores associados à ansiedade e depressão em estudantes universitários do curso de educação física. **Revista Saúde Física e Mental**, v. 6, n. 2, p. 21–30, 2018. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i9.7533>.

VIEIRA, P. R. da S.; ATHAYDE, P. F. A. Análise do esporte na política universitária de assistência estudantil na Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB. **Caderno de Educação Física e Esporte**, v. 21, e30692, 2023. DOI: [10.36453/cefe.2023.30692](https://doi.org/10.36453/cefe.2023.30692).

3.4 ARTIGO 4

Políticas Públicas de Atividades Físicas de Lazer para Promoção da saúde discente em Universidades Federais na Região Centro-Oeste, Brasil

Artigo a ser submetido: Movimento

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATIVIDADES FÍSICAS DE LAZER DISCENTES EM
UNIVERSIDADES FEDERAIS NA REGIÃO DO CENTRO-OESTE DO BRASIL:
POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES À PROMOÇÃO DA SAÚDE**

**PUBLIC POLICIES FOR PHYSICAL LEISURE ACTIVITIES FOR STUDENTS AT
FEDERAL UNIVERSITIES IN THE CENTRAL-WEST REGION OF BRAZIL:
POSSIBILITIES AND LIMITATIONS FOR HEALTH PROMOTION**

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACTIVIDADES FÍSICAS RECREATIVAS DE
ESTUDIANTES EN UNIVERSIDADES FEDERALES DE LA REGIÓN
CENTRO-OESTE DE BRASIL: POSIBILIDADES Y LIMITACIONES PARA LA
PROMOCIÓN DE LA SALUD**

RESUMO: As atividades físicas de lazer contribuem para benefícios físicos, psicológicos, sociais, afetivos e políticos. Porém, o envolvimento com essas experiências ocorre de forma desigual, vez que múltiplos fatores ecológicos atuam como barreiras. Frente ao exposto, o estudo objetivou analisar as políticas públicas de atividades físicas de lazer voltadas aos discentes em universidades federais do Centro-Oeste. Trata-se de estudo transversal, qualitativo, exploratório e documental. Os objetos de análise foram: Planos de Desenvolvimento Institucional, Cartas de Serviços e normativas internas de oito universidades federais localizadas na região Centro-Oeste. Foram identificadas 24 ações, predominando as atividades físicas de lazer (29,17%). A Universidade de Brasília se destacou entre as instituições, dispondo de 10 ações, enquanto na UFCAT e na UFJ, não foram encontrados registros. O principal fomento foi a prestação de serviços (58,33%), com destaque para ações esporádicas (71,42%). Conclui-se que as atividades físicas de lazer fomentadas no contexto das universidades federais do Centro-Oeste são limitadas e, diante dessa limitação, pouco podem contribuir com a promoção da saúde em algumas instituições e nada em outras.

Palavras-chaves: Políticas Públicas. Universidades. Atividades Físicas. Atividades Físicas de Lazer.

ABSTRACT: Leisure physical activities contribute to physical, psychological, social, emotional, and political benefits. However, involvement in these experiences occurs unevenly, as multiple ecological factors act as barriers. Given this, the study aimed to analyze public policies on leisure physical activities aimed at students at federal universities in the Midwest. This is a cross-sectional, qualitative, exploratory, and documentary study. The objects of analysis were: Institutional Development Plans, Service Charters, and internal regulations of eight federal universities located in the Midwest region. Twenty-four actions were identified, with leisure physical activities predominating (29.17%). The University of Brasília stood out among the institutions, with 10 actions, while no records were found at UFCAT and UFJ. The main promotion was the provision of services (58.33%), with an emphasis on sporadic actions (71.42%). It was concluded that physical leisure activities promoted in the context of federal universities in the Midwest are limited and, given this limitation, can contribute little to health promotion in some institutions and nothing in others.

Keywords: Public Policies. Universities. Physical Activities. Leisure Physical Activities.

RESUMEN: Las actividades físicas recreativas aportan beneficios físicos, psicológicos, sociales, afectivos y políticos. Sin embargo, la participación en estas experiencias es desigual, ya que existen múltiples factores ecológicos que actúan como barreras. Ante lo anterior, el estudio tuvo como objetivo analizar las políticas públicas de actividades físicas recreativas dirigidas a los estudiantes de las universidades federales de la región Centro-Oeste. Se trata de un estudio transversal, cualitativo, exploratorio y documental. Los objetos de análisis fueron: los planes de desarrollo institucional, las cartas de servicios y las normas internas de ocho universidades federales ubicadas en la región Centro-Oeste. Se identificaron 24 acciones, predominando las actividades físicas recreativas (29,17 %). La Universidad de Brasilia destacó entre las instituciones, con 10 acciones, mientras que en la UFCAT y la UFJ no se encontraron registros. El principal fomento fue la prestación de servicios (58,33 %), con destaque para las acciones esporádicas (71,42 %). Se concluye que las actividades físicas recreativas fomentadas en el contexto de las universidades federales de la región Centro-Oeste son limitadas y, ante esta limitación, poco pueden contribuir a la promoción de la salud en algunas instituciones y nada en otras.

Palabras clave: Políticas públicas. Universidades. Actividades físicas. Actividades físicas recreativas.

INTRODUÇÃO

Historicamente, as Atividades Físicas (AF) têm sido compreendidas como qualquer movimento do corpo realizado pelos músculos esqueléticos que influenciam o gasto energético para além das taxas de repouso (Caspersen; Powell; Christenson, 1985). Esta concepção tem guiado, de forma quase que hegemônica, as fundamentações teóricas de trabalhos acadêmicos e científicos, bem como as políticas públicas relacionadas com as Atividades Físicas de Lazer (AFL) (Porto *et al.*, 2023; Nahas; Garcia, 2010) e com a PS (Katzmarzyk *et al.*, 2021; Santos *et al.*, 2025; Ding *et al.*, 2016).

A luz de uma vertente conservadora e a partir dos seus efeitos fisiológicos, as AF são recomendadas de forma linear para todas as pessoas com mecanismo de prevenção e controle de doenças. Entretanto, tais benefícios, segundo a teoria, encontram-se limitados a quando praticadas na intensidade, frequência e duração recomendadas por órgãos internacionais (*World Health Organization*, 2010). Portanto, a prática da AF dispõe de efeitos biomédicos preventivos e de tratamento de doenças crônicas e redução da mortalidade (Ding *et al.*, 2016; Mok *et al.*, 2019).

Outra interpretação bastante difundida que integra a vertente conservadora é aquela centrada no comportamento humano. A abordagem comportamental assume que mudanças nos hábitos individuais a partir da motivação pessoal e obtenção de informações sobre os benefícios das AF, são medidas necessárias e suficientes para um estilo de vida fisicamente ativo e saudável (Norman; Conner, 2017; Buss, 2000).

Entretanto, mesmo que de forma discreta e ainda pouco presente em estudos e políticas públicas, os fundamentos que orientam a vertente conservadora de AF e PS têm sido contestados. Recaem sobre os alicerces da abordagem biomédica críticas a respeito do seu reducionismo, centrado na uniformidade prescritiva, linear e unilateral de intensidade, duração e frequência para todos como mecanismo preventivo às doenças crônicas não transmissíveis (Sallis *et al.*, 2006; Piggin; Mansfield, 2016). A restrição das AF aos pressupostos do gasto calórico e a generalização dos seus efeitos como elemento causal na relação saúde-doença é limitada, vez que existem situações que o maior gasto energético, não necessariamente incidirá em melhor PS (Salvo *et al.*, 2023; Piggin, 2020).

Concordando com as questões levantadas por Silva *et al.* (2023) e Piggin (2020), a termo de exemplo, pode-se considerar a condição de trabalhadores com alta exigência física laboral, como aqueles que atuam em trabalhos agrícolas manuais. Embora tenham o gasto energético elevado em decorrência de suas atividades laborais, essa prática decorre da necessidade de retribuição financeira para sobrevivência, estando os dias, os horários, a forma de execução e a produtividade determinada por um patrão. Portanto, o gasto enérgico do exemplo supracitado não equivale às experiências desenvolvidas no lazer, em que, segundo Marcellino (2003), se encontra demarcado pela liberdade de escolhas (atitudes) do que vivenciar em um tempo disponível. Ademais, há evidências científicas de que em casos específicos, pessoas com doenças cardíacas que atuavam profissionalmente em trabalhos que exigiam esforço físico e maior gasto energético, apresentaram maior índice de mortalidade em relação aos seus pares não cardíacos (Salvo *et al.*, 2023).

De forma semelhante, a abordagem comportamental tem sido alvo de críticas significativas, vez que responsabiliza individualmente as pessoas por não serem fisicamente ativas e pelas consequências biomédicas decorrentes desse “estilo de vida”. Tal posicionamento ignora os contextos estruturais e de controle social neoliberal aos quais as experiências humanas se encontram inseridas (Santos *et al.*, 2023). O foco quase exclusivo da necessidade de mudança de hábitos a partir de informações advindas de terceiros, não levam em consideração a relevância e efeitos que o contexto exerce sobre a PS (Salvo *et al.*, 2023; Carvalho; Cohen; Akerman, 2017; Sallis *et al.*, 2006). Ou seja, desconsidera os efeitos de condicionantes sociais, ambientais e culturais sobre o comportamento humano (Carvalho; Cohen; Akerman, 2017), reduzindo a PS a ações individualizadas e descontextualizadas da realidade vivida (Salvo *et al.*, 2023; Piggin, 2020).

Frente às limitações identificadas, novas propostas têm sido delineadas, dentre elas, a abordagem holística, que compreende as AF como movimento individual realizado em espaços e contextos específicos, influenciadas por um conjunto de interesses, emoções, ideais, instruções e relações. Essas experiências ocorrem de forma coletiva ou individual, pela prática, contemplação ou relaxamento, voltadas à rigorosidade física ou à sociabilidade. Seus benefícios refletem (e são refletidos) nas dimensões físicas, emocionais, sociais, culturais e políticas. Não estão limitadas aos níveis de gasto energético. O contato com as AF se desenvolve em múltiplos espaços e contextos, influenciando interações, emoções, ideias, instruções e laços sociais (Piggin, 2020). Portanto, podem agir positivamente no bem-estar geral (Piggin, 2020), sentimento de bem-estar positivo por meio da adaptação das ações, considerando as circunstâncias e estágios da vida (Mansfield; Daykin; Kay, 2020).

Dentre as experiências de AF fundamentadas na abordagem holística, se encontram as AFL, que consistem em experiências em que a obrigatoriedade para a sua realização não se encontra presente (Salvo *et al.*, 2023), uma vez que, se materializa pelo carácter opcional de ocupação com alguma experiência no tempo disponível.

As AFL, segundo Silva (2022), podem ser compreendidas como

[...] ações humanas frente ao tempo disponível com experiências diversas que envolvem o movimento, independente da intensidade e duração da mesma, ou seja, não se limitam aos esportes ou as atividades físicas de elevado gasto energético (moderadas ou vigorosas), podendo, inclusive, jogos, brincadeiras, danças, conscientização corporal, dentre outras, serem contempladas. Podem ser realizadas de forma não sistematizada, com frequência eventual (eventos, amistosos, competições) ou sistematizada, com frequência contínua e planejada (projetos, programas, academias, clubes, dentre outros).

No que tange a PS, o modelo holístico compreende que existe maior probabilidade de melhora na vida plena e autorrealização por intermédio das AFL. Os benefícios das AFL à PS estão relacionados tanto aos aspectos biofisiológicos quanto psicológicos (Toti; Bastos; Rodrigues, 2018; Azevedo *et al.*, 2020) e sociais (Silva *et al.*, 2010; Alves; Precioso, 2022). Conforme evidenciado por Silva, Petroski e Reis (2009), a frequência de parques esportivos incidiu em melhoras nos aspectos sociais e emocionais dos usuários.

Especificamente entre estudantes universitários, os resultados também têm sido positivos, uma vez que a prática de AFL se mostrou associada à melhora do bem-estar psicológico e ao enfrentamento do estresse acadêmico (Han *et al.*, 2025). Além disso, a prática regular tem impactos diretos e indiretos na redução da solidão, favorecendo o aumento do suporte social e a melhoria das relações interpessoais (Zhao *et al.*, 2024). Efeitos positivos

no desempenho acadêmico (Jesus *et al.*, 2022; Cerón Bedoya *et al.*, 2023; Yllaconza *et al.*, 2024), influenciando nas capacidades cognitivas (atenção, memória e autocontrole), contribuindo para menores níveis de estresse, ansiedade e procrastinação, também têm sido evidenciados (Jesus *et al.*, 2022). Ademais, as AFL estão relacionadas à melhoria da qualidade de vida (Silva *et al.*, 2021; Muñoz Strale *et al.*, 2024; León *et al.*, 2025), ao aumento da autoestima (Contreras *et al.*, 2024) e à elevação da percepção geral de bem-estar (Muñoz Strale *et al.*, 2024).

A exemplo da abordagem holística, teorias alternativas à comportamental foram delineadas de modo a melhor compreender o envolvimento com as AFL, sendo a ecológica, uma delas. A abordagem ecológica compreende que o envolvimento com as AFL decorre da interação dinâmica entre múltiplos níveis de fatores que condicionam, dentre eles, os individuais, interpessoais, institucionais, comunitários e políticos (Sallis *et al.*, 2006). As experiências com as AFL não dependem exclusivamente da motivação ou escolha pessoal, pois está condicionada por fatores externos, como acesso a espaços públicos seguros, suporte social, políticas públicas inclusivas e contextos culturais que favoreçam a participação ativa.

Essa abordagem amplia o olhar sobre as AFL ao considerar que os comportamentos de saúde são moldados por sistemas interdependentes, nos quais o indivíduo está inserido. Portanto, assim como na perspectiva holística compreende o movimento humano como uma experiência subjetiva e contextual (Piggin, 2020), a abordagem ecológica reconhece a integração dos fatores ambientais, sociais e estruturais no condicionamento da ocupação do tempo disponível com as AFL (Sallis *et al.*, 2006), o que é de grande relevância, pois experiências de lazer que respeitem os contextos e ciclos de vida das pessoas dispõem de maior potencial de gerar bem-estar, reforçando a importância de estratégias que articulem dimensões pessoais e coletivas no incentivo à AFL (Mansfield; Daykin; Kay, 2020).

Considerando a relevância do envolvimento com as AFL, os possíveis benefícios que as mesmas podem proporcionar; que na ótica ampliada, a PS não se limita aos efeitos biofisiológicos, mas também se estende aos benefícios sociais, afetivos, políticos, psicológicos, emocionais e culturais, moldados e condicionados pelos diversos fatores ecológicos que atuam como barreiras (ou facilitadores), a presente investigação elegeu como problema de pesquisa: Quais são as políticas públicas voltadas às AFL em universidades federais localizadas na região Centro-Oeste e quais são suas possibilidades e limitações à PS discente?

Diante disso, o objetivo do presente artigo foi analisar as políticas públicas de AFL voltadas aos discentes em Universidades Federais localizadas na região Centro-Oeste

brasileira. Especificamente, objetivou identificar a existência de programas de AFL voltados à PS discente; a origem dos programas de AFL voltados à PS discente; o tipo de fomento, serviço e benefício; a dimensão do esporte; e os setores responsáveis pelo seu desenvolvimento.

MATERIAL E MÉTODOS

O estudo é de caráter transversal, tipo de pesquisa que observa a situação em um único momento, possibilitando uma compreensão de um recorte fixo do tempo (Sitta *et al.*, 2010). Além disso, é de natureza qualitativa, busca compreender fenômenos sociais complexos por meio da interpretação dos significados, contextos e experiências dos participantes. Além disso, faz a captação da realidade de forma ampla e aprofundada, sem recorrer à quantificação estatística (Souza, 2004). No que se refere aos objetivos, o estudo é exploratório, uma vez que busca conhecer ideias e intuições (Gil, 2010). Quanto a técnica, se enquadra como documental, vez que analisa arquivos públicos eletrônicos provenientes de publicações administrativas e de fontes internas da instituição (Marconi; Lakatos, 2002), que ainda não haviam sido analisados, possibilitando, assim, o conhecimento objetivo da realidade (Gil, 2010).

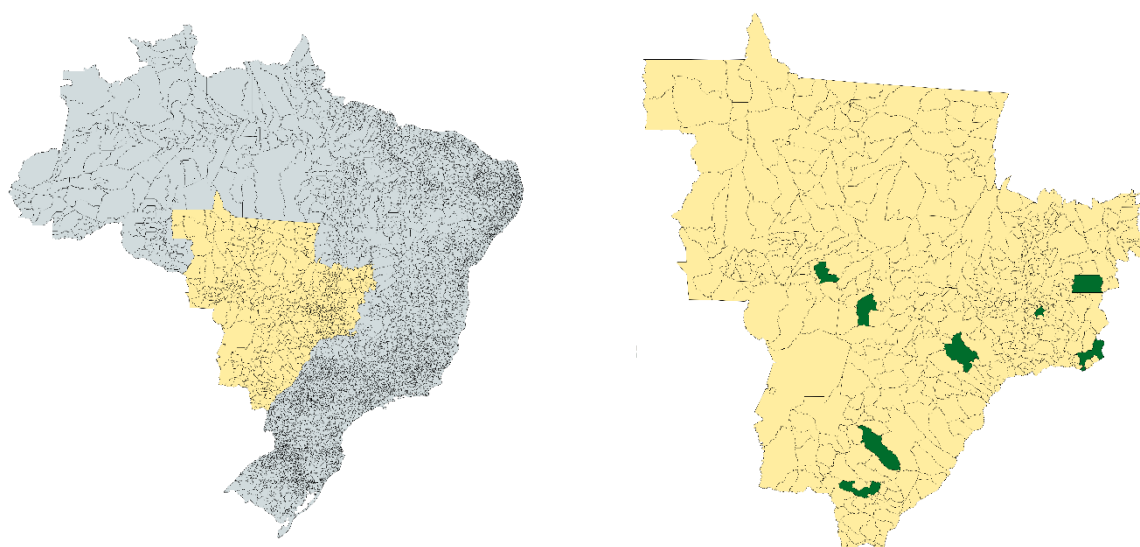
A técnica de pesquisa foi estruturada a partir da formulação do problema, elaboração do plano de trabalho, identificação e localização das fontes de obtenção do material, seguida da análise e interpretação dos dados, conforme os pressupostos indicados por Gil (2010). A formulação do problema foi realizada na fase de projeto da dissertação do primeiro autor, onde foram definidos os pressupostos norteadores e o cronograma de ações a serem realizadas por meio do plano de trabalho. O plano de trabalho foi estruturado e desenvolvido em conformidade com o cronograma do projeto, o qual seguiu as seguintes etapas: levantamento bibliográfico, revisão de literatura, coleta de dados, análise e interpretação dos resultados, e publicação de artigos.

A identificação, localização das fontes e obtenção do material ocorreram por meio de solicitação formal no site oficial de acesso à informação (Fala.BR). Foram solicitados para análise os seguintes documentos: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Carta de Serviços aos Usuários e normas que regulamentam a política de esporte e AFL no contexto de cada universidade, considerando o recorte temporal de 2020 a 2024.

A população da investigação foram universidades federais localizadas na região Centro-Oeste brasileiro. Especificamente, esse recorte territorial, alcançou as oito

universidades federais de ensino superior existentes, localizadas regionalmente conforme ilustra a Figura 1. A delimitação do estudo a esta região decorreu do Brasil figurar como um país continental em dimensão territorial e populacional. Ademais, considerando o lapso temporal de dois anos para o desenvolvimento do mestrado, o envolvimento das 69 universidades federais não seria exequível.

Figura 1. Mapa da localização geográfica da região Centro-Oeste do Brasil e das cidades sedes das universidades federais participantes do estudo.



Fonte: Próprio autor.

Considerando que as políticas públicas são materializadas por intermédio de documentos, que espelham o planejamento das ações a serem desenvolvidas, assim como monitoramento e acompanhamento das ações em desenvolvimento, de modo a atingir um rol maior de informações, o lócus da investigação foram os documentos listados no Quadro 1.

Quadro 1. *Corpus* da análise documental utilizado na pesquisa.

ESTADO	INSTITUIÇÕES	SIGA	DOCUMENTOS
Distrito Federal	Universidade de Brasília	UnB	Plano de Desenvolvimento Institucional (2020-2024) Carta de Serviço (2024)
Goiás	Universidade Federal do Catalão	UFCAT ²	Plano de Desenvolvimento Institucional (2023-2025)
	Universidade Federal de Jataí	UFJ	Plano de Desenvolvimento Institucional (2023-2027) Carta de Serviço (2024)
	Universidade Federal de Goiás	UFG	Plano de Desenvolvimento Institucional (2018-2022) Carta de Serviço (2024)
Mato Grosso	Universidade Federal do Mato Grosso	UFMT	Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023) Carta de Serviço (2024)
	Universidade Federal de Rondonópolis	UFR	Plano de Desenvolvimento Institucional (2021-2025) Carta de Serviço (2024) Política de Arte, Cultura, Esporte e Lazer
Mato Grosso do Sul	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	UFMS	Plano de Desenvolvimento Institucional (2020-2024) Carta de Serviço (2023) Normas regulamentadoras das Ações de Cultura, Arte e Esporte
	Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD	Plano de Desenvolvimento Institucional (2022-2026) Carta de Serviço (2021) Política de Lazer e Esporte

Fonte: Próprio autor.

A análise e a interpretação dos dados ocorreram a partir da definição dos objetivos ou hipóteses, da construção do quadro de referência, da seleção dos documentos a serem analisados e da definição das unidades de análise, conforme os procedimentos analíticos recomendados por Gil (2010).

A definição das hipóteses se deu durante a fase exploratória, com o intuito de aproximar o pesquisador da área e do objeto de investigação. A criação de um quadro de referência contribuiu para a orientação da pesquisa e para a interpretação dos dados. O quadro referente adotado ocorreu em conformidade com os temas Políticas Públicas (Secchi, 2021; Secchi; Coelho; Pires, 2020), AF (Piggin, 2021), AFL (Silva, 2022), PS (Carvalho; Cohen; Akerman, 2017); *Agenda-Setting* (Kingdon, 1995).

Após o recebimento dos documentos fornecidos pelas instituições, todos foram transferidos para o *google drive* e posteriormente, abertos no *software Adobe* para a análise.

² UFCAT ainda não possui sua própria Carta de Serviços à(o) Cidadã(o), nesse caso, sendo adotado, naquilo que couber, a “Carta de Serviços da UFG ao Cidadão”.

As unidades de análise estabelecidas e selecionadas para o estudo foram: programas de AFL e programas institucionais voltados à AFL discente; as dimensões do esporte; tipo de fomento, benefício e serviço; e, o setor das universidades responsáveis pelo desenvolvimento do programa.

A análise de conteúdo sugerida por Minayo (1992), consiste em um processo de busca a partir da leitura preliminar dos documentos. Especificamente, adotou-se a técnica de análise de concorrência, buscando identificar, nos documentos analisados, as relações entre as partes das informações e a possível similaridade entre elementos relacionados à AFL.

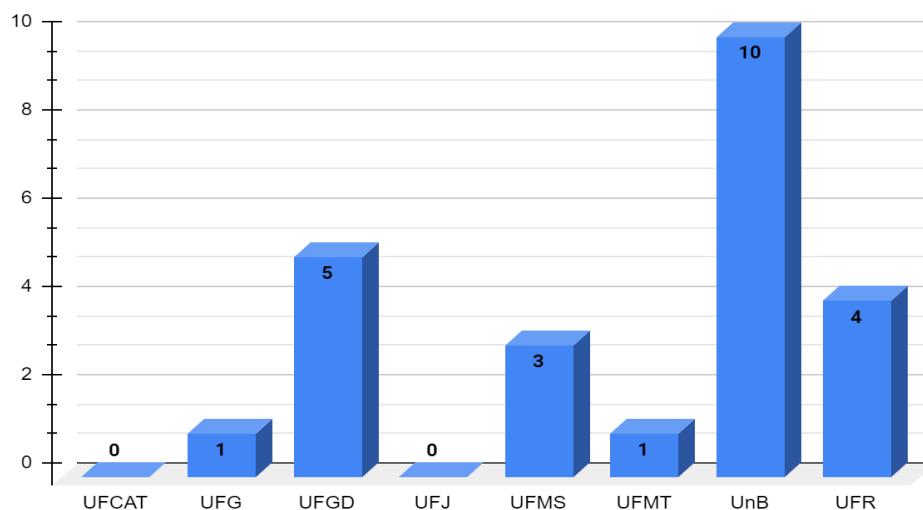
Para tanto, seguiram-se as seguintes etapas metodológicas: inicialmente, foi realizada a leitura e marcação de todas as informações relacionadas à AFL. Em seguida, houve a seleção das ações de AFL direcionadas aos discentes. Por fim, os dados foram analisados por meio da técnica de análise qualitativa pautada na lógica quantitativa (Minayo, 2009).

A interpretação dos dados foi realizada pela aplicação do método de análise de política pública crítica e argumentativa, proposto por Secchi (2021).

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Os resultados indicam a existência de 24 ações nas oito universidades analisadas. A UnB foi a instituição que apresentou o maior número (10), seguida pela UFGD (5) (Figura 2). Na UFG e UFMT apenas uma ação foi identificada e na UFCAT e UFJ, nenhuma. Esses resultados sugerem que as AF se encontram parcialmente presentes nas universidades federais localizadas na região Centro-Oeste, vez que 50% não dispõe de nenhuma atividade ou se encontra limitada a uma.

Figura 2. Ações relacionadas às AF desenvolvidas em universidades federais brasileiras localizadas na região do Centro-Oeste.



Fonte: Próprio autor.

Os estudos têm evidenciado, que no contexto das universidades federais brasileiras, pouco tem sido desenvolvido haja vista que as mesmas não dispõem de recursos financeiros próprios para o fomento de AF. Programas que contemplam o esporte entre os temas os quais os recursos são possíveis de serem utilizados, como a PNAES, demonstram que somente 0,50% é destinado para esse fim (Ferreira; Cintra, 2023). Das 69 universidades federais brasileiras, estudos evidenciaram que apenas 37 destinaram recursos de programas federais à criação de políticas para permanência, como o PNAES para os esportes (Januário; Nelson; Medeiros, 2024).

Especificamente no Centro-Oeste, região objeto desta investigação, a baixa importância dada aos esportes foi observada em pesquisa recente sobre as áreas prioritárias presentes nas normativas das universidades federais. Os resultados indicaram que das oito universidades existentes, somente quatro contemplam os esportes como área prioritária a ser prestigiada com os recursos do Programa de Assistência Estudantil (Albuquerque; Silva, 2025b). Ademais, programa federal criado especificamente para o esporte no contexto universitário, como o Segundo Tempo Universitário, se mostra incipiente, de baixa abrangência e descontinuado (Albuquerque; Silva, 2025a).

Tal quadro pode se dar em decorrência das políticas públicas ocorrerem por

intermédio de um sistema de hierarquização de prioridades (Silva, 2014). A hierarquização de prioridades surge na falta de recursos suficientes para o atendimento das demandas presentes, mesmo que elas sejam de cunho obrigatório no texto constitucional.

A formulação das políticas públicas envolve um conjunto articulado de etapas, dentre as quais se destacam o estabelecimento da agenda, a seleção de alternativas, a tomada de decisão, a implementação e a posterior avaliação dessas ações. Além disso, a definição de um problema como prioritário em uma gestão pública não depende apenas de sua gravidade objetiva, mas também de como ele é politicamente interpretado. Situações que antes eram consideradas normais podem ser reclassificadas como problemas quando passam a gerar incômodos sociais, afetar valores centrais ou expõe desigualdades diante de outras experiências (Kingdon, 1995). O reconhecimento de um problema, portanto, é fortemente influenciado por decisões políticas, pela capacidade de mobilização dos atores envolvidos e pelo grau de prioridade atribuído por agentes públicos com poder de decisão (Kingdon, 1995; Rua, 2009).

Em que pese as limitações existentes na composição da agenda, os dados indicam que a UnB adota uma perspectiva ampliada no desenvolvimento de ações voltadas ao fomento de serviços aos estudantes, se destacando dentre as demais instituições. Enquanto a UFGD, UFR e UFMS apresentam um olhar voltado à promoção dessas ações, por outro lado, a UFCat e a UFJ nem uma ação.

Portanto, mesmo sofrendo fortes influências culturais que cristalizam temas prioritários, no contexto das universidades federais brasileiras, entidades da Administração Pública indireta (Brasil, 1967; Almeida, 2022), a hierarquização das prioridades ou não estão condicionadas ao Poder Discrecionário.

O Poder Discrecionário consiste na prerrogativa conferida por lei ao agente público para que este realize a escolha entre duas ou mais possíveis situações, desde que todas estejam amparadas pela lei (Marrara, 2024). Ainda, essa escolha ocorre em situações concretas, nas quais o agente público deve selecionar, dentre as opções, aquela que melhor atenda ao interesse público, considerando os elementos específicos de cada contexto (Di Pietro, 2014). Portanto, a incorporação dos temas a serem objetos da atuação dos gestores universitários, a exemplo do que ocorre em nível das políticas públicas municipais, estaduais e federal, perpassa a formulação da *agenda-setting*.

Em relação ao foco dado nas 24 ações relacionadas às AF que integram a política das instituições, a maioria está relacionada ao lazer (29,17%). A diferença foi pequena em relação ao rendimento esportivo (25%), estando distante apenas por uma atividade. Dentre as universidades, a UnB figurou como a instituição com o maior número de ações voltadas às AFL (Quadro 2).

Quadro 2. Foco nas AF desenvolvidas nas ações das universidades federais brasileiras localizadas na Região do Centro Oeste.

DOMÍNIOS DO ESPORTE	INSTITUIÇÕES							
	UFCAT	UFG	UFGD	UFJ	UFMS	UFMT	UnB	UFR
Rendimento	-	-	1	-	2	1	2	-
Lazer	-	-	2	-	1	-	3	1
Educacional	-	-	1	-	1	-	2	-
Não identificados ³	-	1	2	-	1	-	4	3

Fonte: Próprio autor.

O foco das AF ser principalmente nas AFL, mesmo que com uma diferença pequena, se mostra algo novo em relação ao evidenciado em políticas públicas desenvolvidas por setores nacionais, como o Ministério do Esporte, em que o rendimento tem sido destaque devido ao seu papel central na avaliação de desempenho, na distribuição de recursos e na projeção social (Carneiro; Athayde; Mascarenhas, 2019). A predominância da dimensão do rendimento, por vezes decorre da utilização do esporte como instrumento de marketing pelas instituições para a promoção, divulgação e fins políticos e simbólicos. Além disso, mesmo quando existem repasses para o esporte educacional e de lazer, o foco estratégico continua sendo o rendimento (Almeida; Marchi Júnior, 2010; Carneiro; Athayde; Mascarenhas, 2019).

Entre os anos de 2003 e 2018, o Ministério do Esporte priorizou o financiamento do esporte de alto rendimento em detrimento de programas como o Programa Segundo Tempo e o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), tendo em vista os interesses econômicos e políticos (Carneiro; Athayde; Mascarenhas, 2019). No período de 2003 a 2010, a política nacional de esporte e lazer destinou elevados recursos às ações voltadas ao rendimento esportivo (Athayde; Mascarenhas; Salvador, 2015). Posteriormente, entre 2013 e 2018, verificou-se que as políticas públicas de esporte e lazer nas regiões brasileiras apresentaram

³ O item Não identificados são para ações na qual não foi possível realizar a classificação por meio das informações fornecidas nos documentos analisados.

baixo investimento, indicando um enfraquecimento das iniciativas voltadas ao esporte não competitivo (Carneiro; Castellani Filho, 2021).

Em contrapartida ao que os dados nacionais indicam sobre o maior investimento no esporte de rendimento, no contexto das universidades analisadas observa-se predominância de projetos voltados às AFL. Conforme observado pela presente pesquisa, essa característica constitui um elemento relevante para a melhoria da PS e do desempenho acadêmico. A literatura tem evidenciado que os acadêmicos que passam mais tempo envolvidos com experiências de lazer aparentam estar mais energizados e apaixonados pela prática (Tsaour *et al.*, 2023) como também, a prática de AFL está relacionada com a maior satisfação com a vida e com o lazer, sendo realizado ao menos uma hora por semana (Mutz; Reimers; Demetriou, 2020), melhores índices de rendimento acadêmico (Cerón Bedoya *et al.*, 2023) e menores índices de ansiedade e depressão (Azevedo *et al.*, 2020). Portanto, a predominância das AFL como foco dado para a maioria das universidades, representa um elemento relevante no contexto do Centro-Oeste, vez que programas e projetos voltados a esse objetivo ampliam as possibilidades de escolha e são essenciais para o envolvimento dos estudantes.

No que tange ao tipo de fomento das ações de AFL desenvolvidas, prevaleceu a prestação de serviços (58,33%) (Quadro 3). A predominância dos serviços em relação aos benefícios é um elemento importante para a promoção de ações de AFL e PS. Enquanto os benefícios, como bolsas ou auxílios, tendem a atender um público específico e restrito, a oferta de serviços aumenta o alcance atingindo um número maior de estudantes. Ou seja, as ações desenvolvidas por meio de serviços dispõem de alcançaram um número grande de estudantes em AFL, potencializando assim os recursos aplicados com um alcance mais abrangente.

Contudo, entre os tipos de serviços disponibilizados, os eventos/torneios e treinos prevaleceram (71,42%) (Quadro 3). A predominância de serviços pontuais no contexto universitário limita o impacto das ações de AFL, pois, embora promovam integração e socialização entre os acadêmicos, seus efeitos tendem a ser menores, não garantindo benefícios físicos, sociais e mentais de forma contínua. O desenvolvimento de serviços pontuais dificulta que a prática da AFL contribua de maneira consistente para o bem-estar integral dos estudantes. Nesse sentido, a implementação de serviços contínuos, como oficinas, apresenta-se como alternativa mais eficaz, por favorecer o desenvolvimento das dimensões física, social e mental, além de fortalecer o sentimento de pertencimento à instituição e apoiar

a formação integral dos acadêmicos.

Em relação ao tipo de benefício, das 10 ações identificadas, na maioria o mesmo ocorre por meio do fomento de bolsas (50%). Dentre as instituições, a UFGD é aquela com a maior ocorrência de ações que concedem bolsas (3) e a UFR, aquela com maior destaque na reserva de espaços/materiais com 66,67% (2).

Quadro 3. Tipo de fomento, serviços e benefícios contemplados nas ações de AF desenvolvidas pelas universidades federais brasileiras localizadas na região Centro-Oeste.

	UNIVERSIDADES FEDERAIS NA REGIÃO CENTRO-OESTE																	
	UFCAT		UFG		UFGD		UFJ		UFMS		UFMT		UnB		UFR		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Tipo de fomento																		
Serviços	-	-	-	-	2	14,29	-	-	1	7,14	1	7,14	9	64,29	1	7,14	14	58,33
Benefícios	-	-	1	10,00	3	30,00	-	-	2	20,00	-	-	1	10,00	3	30,00	10	41,66
Total	-	-	1	4,17	5	20,83	-	-	3	12,5	1	4,17	10	41,66	4	16,67	24	100
Tipo de serviço																		
Eventos/torneios	-	-	-	-	1	20,00	-	-	-	-	-	-	4	80,00	-	-	5	37,51
Treinos	-	-	-	-	1	20,00	-	-	1	20,00	1	20,00	1	20,00	1	20,00	5	37,51
Oficinas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	100	-	-	4	24,98
<i>Total</i>	-	-	-	-	2	14,29	-	-	1	7,14	1	7,14	9	64,29	1	7,14	14	100
Tipo de Benefício																		
Bolsa	-	-	-	-	3	60,00	-	-	1	20,00	-	-	1	20,00	-	-	5	50,00
Reserva de espaços/materiais	-	-	-	-	1	33,33	-	-	-	-	-	-	-	-	2	66,67	3	30,00
Promoção e/ou participação	-	-	1	50,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	50,00	2	20,00
Total	-	-	1	10,00	4	40,00	-	-	1	10,00	-	-	1	10,00	3	30,00	10,00	100

Fonte: Próprio autor.

Diante dos dados é possível visualizar a ausência de uma política específica para o desenvolvimento da prática das AFL. Por meio da discrepância entre as ações desenvolvidas quanto pela inexistência de iniciativas ou a incipiência delas, na maioria das instituições. Frente ao contexto observado, a implementação de ações relacionadas à AFL depende, especificamente, do processo de hierarquização interna das prioridades, decorrente da falta de uma fonte própria para a materialização das ações e da vontade do gestor, exercida por meio do poder discricionário.

A ausência de programas direcionados às AFL (UFCat e UFJ) ou sua baixa presença (UFG e UFMT), podem estar relacionadas ao valor dado ao lazer de modo geral e, as AFL de modo específico, nas políticas públicas em decorrência da hierarquização de prioridades, em que determinadas demandas recebem mais destaque do que outras, resultando na seleção e priorização de áreas consideradas essenciais pelo gestor (Silva, 2014).

Esse movimento ocorre devido aos recursos financeiros repassados pelo Poder Público, muitas vezes, não serem suficientes para atender às diversas realidades e necessidades das universidades. Como consequência, o esporte e o lazer têm ocupado, historicamente, uma posição secundária nas agendas dos gestores universitários (Fava; Cintra, 2022), e com os cortes orçamentários nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), as de AFL passam a ser frequentemente negligenciadas pelas instituições frente à falta de recursos financeiros (Ferreira; Sanabria; Cintra, 2023). Além disso, o esporte e o lazer historicamente possuem pouca força política na disputa por recursos e espaço nas políticas públicas, sendo, frequentemente, são tratados como questões de menor relevância quando comparados a outras demandas sociais, como educação, saúde, moradia e saneamento básico, que são consideradas mais urgentes (Isayama; Linhales, 2006).

Adotando o modelo por ciclo como parâmetro analítico, no processo de desenvolvimento de políticas públicas a mesma ocorre em etapas: estabelecimento da agenda, a especificação (formulação) e escolha entre alternativas (decisão), a implementação, o monitoramento e a avaliação (Kingdon, 1995).

Segundo Carvalho (2023), o poder discricionário é estabelecido ao gestor permitindo liberdade de atuação para determinadas ocasiões, mas subordinado à lei, assim a lei permite o processo de atuação e a liberdade de escolha do gestor, isso ocorre para que o agente público realize a melhor escolha possível e adequada frente a realidade que está imposta.

As escolhas dos agentes públicos como, como reitores, se encontram respaldadas no

âmbito da Administração Público, no Poder Discrecionário, o qual o gestor dispõe de autonomia para decidir as demandas institucionais que terão a atenção de sua gestão, exercendo influência direta na criação, manutenção e ampliação das ações relacionadas aos temas que receberão sua atenção ou não, dentre elas, as AFL. O poder discrecionário é estabelecido ao gestor permitindo liberdade de atuação para determinadas ocasiões (Carvalho, 2023).

A influência do poder discrecionário e da vontade do gestor pode ser observada na comparação entre as universidades analisadas. A UnB se destaca apresentando o maior número de ações desenvolvidas, enquanto a UFGD, UFMT, UFMS e UFR desenvolvem algumas ações e a UFCat e UFJ, não desenvolvem nenhuma. Diante do que os dados indicam, é possível apontar que a UnB compreende as AFL como um componente relevante dentro da instituição, dispondo de espaço de destaque na política institucional.

Mesmo diante da ausência de recursos específicos no contexto universitário para o desenvolvimento da prática da AFL, as IFES têm buscado e utilizado de outros mecanismos para o desenvolvimento dessas ações. A literatura tem evidenciado que as IFES vêm recorrendo a uma combinação de fontes para complementar seus recursos financeiros, fazendo o uso de receitas próprias e de outros programas (Vieira; Athayde, 2023), o estabelecimento de contratos e convênios (Albuquerque; Silva, 2025a), o uso de rubricas específicas, como a 20GK (Costa; Albuquerque; Silva, 2024), e os repasses oriundos da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (Januário; Nelson; Medeiros, 2024; Ferreira; Cintra, 2023; Cintra, 2022; Albuquerque; Silva, 2025b). No entanto, a captação e a utilização de recursos próprios pelas IFES ainda se mostram insuficientes para atender às crescentes demandas institucionais (Fava; Cintra, 2022).

Cabe destacar que as possibilidades de financiamento apontadas na literatura não contemplam, de forma direta e exclusiva, a prática da AFL. Entre elas, apenas o PSTU apresenta elementos voltados à prática da AFL e do PNAES, ao esporte. Essa realidade reforça a necessidade da criação de uma política pública específica, de carácter vinculativo, que estabeleça percentuais obrigatórios para o investimento em ações de AFL nas IFES. Tal medida poderia fazer com que a promoção das AFL deixasse de depender exclusivamente da vontade do gestor e da disponibilidade de recursos, que se mostram insuficientes para atender a todas as necessidades institucionais.

A ausência de uma fonte específica de financiamento representa uma barreira

importante no desenvolvimento efetivo das AFL. Mesmo com o uso de outros mecanismos, as possibilidades estão em muitos casos voltadas ao poder discricionário e imposta ao gestor. Por tanto, a criação de políticas públicas que assegurem o repasse de recursos específicos para aquisição de equipamentos, pagamento de materiais e contratação de profissionais se mostra essencial para fomentar as AFL no contexto universitário, como foi evidenciado por Albuquerque e Silva (2025a) e Silva e Reverdito (2023).

Os achados em aspectos específicos dos projetos desenvolvidos pelas universidades, reverberaram na ausência de uma política interna voltada às AFL de forma estruturada, pois apenas a UFGD, a UFMS e a UFR indicaram contar com esse artefato operacional. A existência de uma política estruturada para AFL em contextos públicos, dentre eles, as universidades federais brasileiras, é fundamental, tendo em vista que o seu estabelecimento mesmo que interno garante que suas ações se materializam na instituição, não dependendo da vontade do gestor para sua execução e muito menos de mudanças ou trocas de gestão para que ocorra. Dessa forma, é garantido que as AFL se configuram como uma política de Estado dentro da instituição. A política de Estado é compreendida como mais duradoura e longínqua, atendendo a necessidade dos indivíduos sem dependência de ciclos políticos (Secchi; Coelho; Pires, 2020). Além disso, tem a característica de independência do gestor que está atuando no controle do executivo, ganhando roupagem de ações obrigatórias e permanentes até que ocorra a criação de novas normativas que alterem ou anulem o que está presente (Barbosa, 2010).

Em relação ao setor responsável pela execução dos programas/projetos, observa-se que três instituições estão vinculadas aos setores de Assuntos Estudantis. A UFMS é a única que conta com uma Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte, enquanto as demais vinculam as AFL a setores frequentemente associados a outras frentes de atuação, não direcionadas exclusivamente ao esporte e lazer (Quadro 4).

Quadro 4. Ações relacionadas às AF desenvolvidas por universidades federais brasileiras localizadas na região Centro-Oeste e setores da administração central responsáveis.

UF	PROJETOS/PROGRAMAS	SETOR RESPONSÁVEL
UFMS	Programa de Esporte Universitário	Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte (Proece); Diretoria de esporte e lazer (DIEL).
	Bolsa atleta	
	Academia ao ar livre nos câmpus	
UnB	Boas Vindas	Decanato de Assuntos comunitários; Diretoria de Esporte e Atividades Comunitárias (DEAC); Coordenação de Esporte e Lazer (CEL).
	Programa Segundo Tempo Universitário	
	Projeto Recreando	
	Domingo Olímpico	
	Jogos Internos da Universidade de Brasília (JIUnBs)	
	Clube de Corrida e Caminhada	
	Academia da Casa do Estudante	
	Cross Cerrado	
	25 horas nadando	
	Programa Bolsa Atleta	
UFMT	Escolinha de Iniciação Desportiva	-
UFR	Treinamento esportivo continuado	Pró-reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis; Secretaria de Arte, Cultura, Esporte e lazer.
	Empréstimo de material esportivo.	
	Apoio financeiro a promoção e/ou participação em eventos de arte, cultura, esporte e lazer	
	Reserva de espaço esportivo	
UFGD	Programa Equipes Esportivas UFGD e Bolsa Atleta	Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e estudantis; Coordenação de formação e integração comunitária; Divisão de Lazer e Esporte (DILE).
	Programa Monitoria Lazer e Esporte	
	Bolsa Arbitragem	
	Jogos Abertos da UFGD	
	Piscinas da UFGD	
UFG	Programa de Esporte e Lazer	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis; Diretoria de Atenção Estudantil; Coordenação de lazer e esporte.

Fonte: Próprio autor.

Cabe ressaltar que frequentemente as ações vinculadas aos Assuntos Estudantis têm como foco prioritário o atendimento a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Apenas a UFMS e a UnB apresentam essa vinculação sem restringir-se exclusivamente a esse público, o que evidencia uma perspectiva mais ampla, integrando o desenvolvimento do esporte a outras dimensões da vida universitária, para além da assistência estudantil.

Essa estrutura evidenciada não é algo específico da região Centro-Oeste, pois o estudo

de Pereira e Silva (2021) verificou que das 11 universidades federais mineiras, sete delas estavam vinculadas a assuntos estudantis. Ainda, Ribeiro e Marin (2012), ao investigar 15 universidades brasileiras, observaram que 13 instituições estavam vinculando o esporte e lazer em assuntos estudantis, o que revela uma abordagem predominantemente voltada à assistência.

Além disso, Pereira, Abade e Silva (2022) destacaram que instituições como UFLA, UFMG, UFU e UFV mantêm tais órgãos vinculados diretamente à Reitoria ou às Pró-Reitorias de Assistência Estudantil. Da mesma forma, Vieira e Athayde (2023) observaram que, na UFOB, a instância responsável pelas práticas de AFL estava subordinada à Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil, utilizando recursos do PNAES e verbas próprias para execução das atividades. De forma semelhante, Pereira e Silva (2021) observaram que entre as 11 universidades públicas federais de Minas Gerais analisadas, verificou-se que 54,55% (6) das instituições mantêm o esporte e o lazer vinculados simultaneamente às Pró-Reitorias de Extensão e/ou Cultura e às Pró-Reitorias de Assuntos Comunitários e/ou Estudantis. Ainda, 27,27% (3) concentram essas ações exclusivamente na Extensão e/ou Cultura, enquanto 9,09% (1) das instituições desenvolvem apenas no âmbito dos Assuntos Comunitários e/ou Estudantis.

Cabe ressaltar que a presença de órgãos específicos para a materialização das políticas de esporte e lazer constitui um elemento positivo, instituições que possuem uma compreensão mais ampla sobre os fenômenos do lazer e do esporte e contam com setores especializados para o desenvolvimento dessas manifestações culturais podem apresentar em suas políticas institucionais mais propositivas, com a definindo objetivos, ações e metas concretas. Nesse sentido, a existência de tais órgãos pode auxiliar na ampliação das possibilidades reais de implementação efetiva dessas políticas (Pereira; Abade; Silva, 2022).

Frente a esse contexto, se faz necessário que políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento de programas de AFL no ambiente universitário, sejam implementadas por intermédio da implementação de políticas públicas, de modo a construir ambientes favoráveis a experiências com as AFL no contexto universitário ao longo da formação acadêmica. A utilização dos próprios espaços, os equipamentos específicos e a gratuidade de programas de AFL nas instituições são elementos que atuaram como facilitadores (Silva; Reverdito, 2023). Além disso, Silva e Ungheri (2023) observaram um grande engajamento de acadêmicos com o PELC, oriundo da implementação do núcleo do programa localizado dentro da instituição e

auxiliando na superação da barreira da falta de tempo. Como também, Silva e Ungheri (2023) apontou que núcleos do PELC implementados no contexto universitário auxiliaram no processo de democratização ao acesso às práticas de esporte e lazer com eficácia e custo aceitáveis. Tais iniciativas auxiliam na democratização do acesso às AFL e corroboram com a permanência estudantil, a promoção do bem-estar emocional e no desenvolvimento pessoal dos acadêmicos, gerando uma importante estratégia de justiça social e de PS (Silva; Reverdito, 2023).

As ações desenvolvidas no contexto universitário voltadas às AFL evidenciadas na minoria das universidades do Centro-Oeste (UnB e UFGD), pode figurar com uma ferramenta relevante para a PS dos estudantes vinculados a essas duas instituições, pois as AFL podem resultar em benefícios físicos, mentais, políticas, afetivas e sociais (Piggin, 2020), contribuindo para o bem-estar geral dos acadêmicos. A AFL, quando promovida de forma consciente e inclusiva, constitui a materialização de um direito social e uma prática emancipatória, com potencial para fortalecer vínculos, estimular o autoconhecimento, desenvolver competências emocionais e favorecer o bem-estar espiritual (Knuth; Antunes, 2021). No contexto universitário, tais aspectos ganham ainda mais relevância diante das intensas demandas acadêmicas e dos desafios psicossociais gerando a PS dos discentes. Contudo, conforme evidenciado nos dados da maioria das universidades localizadas no Centro-Oeste, esse potencial das AFL para PS se encontra limitado (UFMS e UFGD), restrito (UFG e UFMT) e ausente (UFCat e UFJ) em algumas instituições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar as políticas públicas de AFL voltadas aos discentes em Universidades Federais localizadas na região Centro-Oeste brasileira.

Os dados obtidos evidenciaram a existência de 24 ações de AFL voltadas à PS discente. Porém, existe a presença de heterogeneidade no desenvolvimento das ações, pois a UnB figurou com a instituição com maior concentração de ações, enquanto outras, como a UFMT e UFG, estavam limitadas a uma ação. Ademais, na UFCat e UFJ, nenhuma AFL foi identificada na documentação analisada.

Em relação à origem das ações, foi identificado o maior número voltado aos assuntos estudantis. O tipo de fomento se deu em maior número na prestação de serviços, sendo os

eventos/torneios as modalidades mais recorrentes, juntamente com os treinos. No que tange aos benefícios, observou-se a concessão de bolsas como a maior desenvolvida. Quanto à dimensão do esporte, observou-se que a abordagem de lazer foi a mais frequente, sinalizando um direcionamento das ações para práticas inclusivas e voltadas ao bem-estar, mais do que para o alto rendimento.

O estudo apresenta limitações, uma vez que se trata de uma pesquisa documental. Torna-se, portanto, necessário o desenvolvimento de investigações qualitativas, por meio de entrevistas ou da aplicação de questionários semiestruturados com gestores e discentes, a fim de avaliar de forma mais aprofundada como a PS está sendo implementada nas instituições.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, A. C.; SILVA, J. V. P. Os esportes enquanto atividades físicas de lazer na política nacional de assistência estudantil: implicações da discricionariedade na implementação de ações. **LICERE**, manuscrito submetido para publicação em 2025.
- ALBUQUERQUE, A. C.; SILVA, J. V. P. Second Time University Program as a Public Policy: Contributions and Limitations to Physical Leisure Activities and Health Promotion. **Sports**, v. 13, n. 7, p. 207, 2025a. DOI: <https://doi.org/10.3390/sports13070207>.
- ALMEIDA, B. S.; MARCHI JÚNIOR, W. O financiamento dos programas federais de esporte e lazer no Brasil (2004 a 2008). **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 4, p. 73–92, out./dez. 2010. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.13103>
- ALMEIDA, F. B. **Manual de direito administrativo**: SRV Editora LTDA, 2022. E-book. ISBN 9786553620421. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553620421/>. Acesso em: 04 jul. 2024.
- ALVES, R. F.; PRECIOSO, J. A. G. Exercício físico, sedentarismo e bem-estar dos/as estudantes universitários/as portugueses/as. **Revista Contexto & Saúde**, v. 22, n. 46, e13371, 2022. DOI: <https://doi.org/10.21527/2176-7114.2022.46.13371>.
- ATHAYDE, Pedro; MASCARENHAS, Fernando; SALVADOR, Evilásio. Primeiras aproximações de uma análise do financiamento da política nacional de esporte e lazer no Governo Lula. **Revista brasileira de ciências do esporte**, v. 37, n. 1, p. 2-10, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.rbce.2013.09.002>
- AZEVEDO, L. G.; *et al.* Prevalência de ansiedade e depressão, nível de atividade física e qualidade de vida em estudantes universitários da área de saúde. **Revista Científica Unifagoc – Multidisciplinar**, v. 5, n. 1, 2020.
- BARBOSA, F. Políticas de governo versus políticas de Estado. **Revista Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, v. 64, n. 9, p. 45–45, 2010.

BRASIL. Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. **Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 fev. 1967**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0200.htm. Acesso em: 27 maio 2024.

BUSS, D. M. How can evolutionary psychology successfully explain personality and individual differences?. **Perspectives on Psychological Science**, v. 4, n. 4, p. 359-366, 2000.

CAETANO, E. F. Silva; CAMPOS, I. M. B. M. A autonomia das universidades federais na execução das receitas próprias. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 24, p. e240043, 2019. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782019240043>.

CARNEIRO, F. H. S.; ATHAYDE, P. F. A.; ALVES, F. M. A participação dos entes federados no financiamento ao esporte e lazer no Brasil. **PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 163–186, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5585/podium.v10i1.17786>.

CARNEIRO, F. H. S.; CASTELLANI FILHO, L. O desigual financiamento estadual e municipal das políticas públicas de esporte e lazer pelas diferentes regiões brasileiras. **Revista brasileira de estudos do lazer**, v. 8, n. 3, p. 1-17, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/29366>. Acesso em: 6 ago. 2025.

CARVALHO, F. F. B.; COHEN, S. C.; AKERMAN, M. Refletindo sobre o instituído na Promoção da Saúde para problematizar 'dogmas'. **Saúde em Debate**, v. 41, p. 265-276, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042017S320>.

CARVALHO, J. S. Manual de direito administrativo. 37. ed. São Paulo: **Atlas**, 2023.

CASPERSEN, C.; POWELL, K.; CHRISTENSON, G. Physical activity, exercise, and physical fitness: definitions and distinctions for health-related research. **Public Health Reports**, v. 100, n. 2, p. 126–131, 1985 Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC1424733/pdf/pubhealthrep00100-0016.pdf>. Acesso em 22 fev. 2025.

CERON BODOYA, J. D. *et al.* Relación entre el nivel de actividad física y el rendimiento académico en estudiantes de una institución universitaria: Estudio multicéntrico. **Retos Digital**, n. 47, p. 775–782, 2023. DOI: <https://doi.org/10.47197/retos.v47.94795>.

CONTRERAS, L. M. V. *et al.* Autoestima y hábitos de vida saludable en estudiantes universitarios del área de la salud y pedagogía de una universidad de Santiago de Chile. **Retos: Nuevas Tendencias en Educación Física, Deporte y Recreación**, n. 60, p. 666–671, 2024. DOI: <https://doi.org/10.47197/retos.v60.106162>.

COSTA, E. V.; ALBUQUERQUE, A. C.; SILVA, J. V. P. Extensão universitária e financiamento de projetos relacionados com a Educação Física na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. e024040, 2024. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v19i00.17909>.

DI PIETRO, M. S. Z.; **Direito administrativo**. 23. ed. São Paulo: **Atlas**, 2014.

DING, D. *et al.* Physical activity guidelines 2020: comprehensive and inclusive recommendations to activate populations. **The Lancet**, v. 396, n. 10265, p. 1780-1782, 2020. [10.1016/S0140-6736\(20\)32229-7](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)32229-7).

FAVA, H. L.; CINTRA, R. F. Indicadores na Assistência Estudantil: análise nas universidades federais brasileiras. **Revista Ciências Administrativas**, [S. l.], v. 28, p. e12649, 2022. DOI: 10.5020/2318-0722.2022.28.e12649.

FERREIRA, N. I. de O.; CINTRA, R. F. O orçamento do PNAES e a “fatia” do esporte e lazer nas universidades federais brasileiras: mais do mesmo!?. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 14, n. 9, p. 15912–15938, 2023. DOI: 10.7769/gesec.v14i9.2194.

FERREIRA, O. N. I.; SANABRIA, D. C.; CINTRA, R. F. O esporte e o lazer no Programa Nacional de Assistência Estudantil: revisão sistemática da literatura. Licere: **Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 26, n. 1, p. 239–275, 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HAN, X. *et al.* Physical activity enhances college students’ mental health through social adaptability and exercise behavior chain mediation. **Scientific Reports**, [s.l.], v. 15, n. 21127, p. 1–11, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41598-025-07791-z>.

ISAYAMA, H. F.; LINHALES, M. A. (Orgs.). **Sobre lazer e política**: maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

JANUÁRIO, R. G.; NELSON, A. V. M.; MEDEIROS, M. F. M. de. Mapeamento das ações de assistência estudantil realizadas pelas universidades federais na gestão do PNAES. **Revista Meta: Avaliação**, v. 16, n. 52, p. 680, 2024. DOI: 10.22347/2175-2753v16i52.4436.

JESUS, E. E. D. de *et al.* Atividade física e desempenho acadêmico de universitários: uma revisão. **Revista Multidisciplinar em Educação e Meio Ambiente**, v. 3, n. 4, 2022. DOI: <https://doi.org/10.51189/rema/3550>.

KATZMARZYK, P. T. *et al.* Physical inactivity and non-communicable disease burden in low-income, middle-income and high-income countries. **British journal of sports medicine**, v. 56, n. 2, p. 101-106, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1136/bjsports-2020-103640>.

KINGDON, J. W. **Agendas, alternatives, and public policies**. 2. ed. New York: HarperCollins College Publishers, 1995.

KNUTH, Allan.; ANTUNES, Priscilla de Cesaro. Práticas corporais/atividades físicas demarcadas como privilégio e não escola: análise à luz das desigualdades brasileiras. **Saúde Sociedade**, v. 30, n. 2, e200363, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021200363>.

LEÓN, M. V. S. *et al.* Calidad de vida y actividad física en estudiantes universitarios relacionados con el desarrollo de enfermedades crónicas no transmisibles. **Retos Digital**, n. 62, p. 1085–1096, 2024. DOI: <https://doi.org/10.47197/retos.v62.110725>.

MANSFIELD, L.; DAYKIN, N.; KAY, T. Leisure and wellbeing. **Leisure Studies**, v. 39, n. 1, p. 1-10, 2020.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Planejamento e execução de pesquisa. São Paulo: **Atlas**, 2002.

MARRARA, T. **Manual de direito administrativo**: atos, processos, licitações e contratos. 2. ed. São Paulo: Foco, 2024.

Minayo, M. C. Construção de indicadores qualitativos para avaliação de mudanças. **Revista Brasileira de Educação Médica**, 33, 1, 83-91, 2009.

MOK, A. *et al.* Physical activity trajectories and mortality: population based cohort study. **Bmj**, v. 365, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1136/bmj.l2323>.

MUNOZ STRALE, C. *et al.* Condición física, actividad física y calidad de vida en estudiantes universitarios chilenos. **Retos: Nuevas Perspectivas de Educación Física, Deporte y Recreación**, v. 56, 2024. DOI: <https://doi.org/10.47197/retos.v56.104184>.

MUTZ, M.; REIMERS, A. K.; DEMETRIOU, Y. Leisure time sports activities and life satisfaction: deeper insights based on a representative survey from Germany. **Applied Research in Quality of Life**, [S. l.], v. 16, n. 5, p. 2155–2171, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11482-020-09866-7>.

NAHAS, M. V.; GARCIA, Leandro Martin Totaro. Um pouco de história, desenvolvimentos recentes e perspectivas para a pesquisa em atividade física e saúde no Brasil. **Revista brasileira de educação física e esporte**, v. 24, p. 135-148, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1807-55092010000100012>.

NORMAN, P.; CONNER, M. Health Behavior. Reference Module in Neuroscience and Biobehavioral Psychology. [S.l.]: **Elsevier**, 2017. Doi: <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-809324-5.05143-9>.

PEREIRA, B.A.; SILVA, L. P. Análise das políticas de lazer e esporte nas universidades públicas federais de Minas Gerais a partir dos documentos norteadores. **Revista brasileira de estudos do lazer**, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/70224>. Acesso em: 27 maio 2024.

PIGGIN, Joe. What is physical activity? A holistic definition for teachers, researchers and policy makers. **Frontiers in Sports and Active Living**, [S. l.], v. 2, p. 1–7, 18 jun. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.3389/fspor.2020.00072>.

PORTO, L. G. G. *et al.* A relação entre atividade física e saúde: uma abordagem histórica e conceitual. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 28, p. 1-7, 2023. DOI: <https://doi.org/10.12820/rbafs.28e0293>.

RIBEIRO, Gabriela Machado; MARIN, Elizara Carolina. Universidades públicas e as políticas de esporte e lazer. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 15, n. 3, 2012. DOI: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2012.711>.

RUA, M. G. **Análise de políticas públicas**: conceitos básicos. Manuscrito, elaborado para *el Programa de Apoyo a la Gerencia Social en Brasil*. Banco Interamericano de Desarrollo: INDES, 2009.

SALLIS, J. F. *et al.* An ecological approach to creating active living communities. **Annual review of public health**, v. 27, n. 1, p. 297-322, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev.publhealth.27.021405.102100>.

SALVO, D. *et al.* When moving is the only option: the role of necessity versus choice for understanding and promoting physical activity in low-and middle-income countries. **Annual review of public health**, v. 44, n. 1, p. 151-169, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev-publhealth-071321-042211>.

SANTOS, F. *et al.* The health-physical activity entanglement in a neoliberal landscape: alternative possibilities for inquiry. **Critical Public Health**, v. 35, n. 1, p. 2524011, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09581596.2025.2524011>. Acesso em: 30 jul. 2025.

SECCHI, L. Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos. 4. ed. São Paulo: **Cengage Learning**, 2021.

SECCHI, L.; COELHO, F. S.; PIRES, V. Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos. São Paulo: **Cengage Learning**, 2020.

SILVA, A. L. F. *et al.* Percepção da Qualidade de Vida e Prevalência de Sintomas de Depressão em Universitários. **Revista de Casos e Consultoria**, v. 12, n. 1, p. e25958-e25958, 2021.

Silva, D. A. S.; Petroski, E. L.; Reis, R. S. Barreiras e facilitadores de atividades físicas em frequentadores de parques públicos. **Motriz**, Rio Claro, v. 15, n. 2, p. 219-227, 2009. DOI: <https://doi.org/10.5935/0103-1104.20140060>.

SILVA, J. V. P. **Parques esportivos como espaço de e lugar de in (ex)clusão de pessoas com deficiência física e visual**. 2014. Tese (Doutorado em Educação Física) — Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2014.

SILVA, J. V. P.; Programas nacionais de atividades físicas em Universidades Federais brasileiras e relações com o lazer. **Movimento**, p. e28044-e28044, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.122918>.

SILVA, J. V. P.; UNGHERI, B. O. Português Implementação do PELC em contexto universitário: participação popular, possibilidades e limitações ao esporte e lazer estudantil. **Retos**, v. 47, p. 400-407, 2023. DOI: <https://doi.org/10.47197/retos.v47.95627>.

SILVA, R. S. *et al.* Atividade física e qualidade de vida. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 1, p. 115–120, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1413-81232010000100017>.

SITTA, E. I. *et al.* A contribuição de estudos transversais na área da linguagem com enfoque em afasia. **Revista CEFAC**, v. 12, p. 1059-1066, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1516-18462010005000086>.

SOUZA, H. H. M. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e pesquisa**, v. 30, n. 2, p. 287-298, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000200007>.

TOTI, T. G.; BASTOS, F. A.; RODRIGUES, P. F. Fatores associados à ansiedade e depressão em estudantes universitários do curso de educação física. **Revista Saúde Física e Mental**, v. 6, n. 2, p. 21–30, 2018. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i9.7533>.

TSAUR, S. *et al.* Leisure crafting: scale development and validation. **Leisure Sciences**, [S. l.], v. 45, n. 1, p. 71–91, 2023. DOI: [10.1080/01490400.2020.1783728](https://doi.org/10.1080/01490400.2020.1783728).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO. Plano de Desenvolvimento Institucional 2023-2025. Catalão: UFCat, 2021. Disponível em: <https://ufcat.edu.br/pdi>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2022. Goiânia: UFG, 2017. Disponível em: <https://ppgeo.iesa.ufg.br/p/39730-o-plano-de-desenvolvimento-institucional-da-universidade-federal-de-goias-2018-2021-pdi-ufg>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. Plano de Desenvolvimento Institucional 2022-2026. Dourados: UFGD, 2021. Disponível em: <https://portal.ufgd.edu.br/secao/pdi/index>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. Resolução nº 684, de 15 de dezembro de 2023. Dispõe sobre o Regulamento do Programa de Assistência Estudantil – Monitoria Lazer e Esporte.

UNIVERSIDADE FEDERAL JATAÍ. Plano de Desenvolvimento Institucional 2023-2027. Jataí: UFJ, 2023. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/284/o/PDI.Completo.pdf>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ. Conselho Universitário. Resolução CONSUNI nº 021/2021. Dispõe sobre as normas que regulamentam as ações de Extensão, Cultura e Esporte na Universidade Federal de Jataí. Jataí, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024. Campo Grande: UFMS, 2023. Disponível em: <https://pdi-ppi.ufms.br/planos-publicados/pdi-ppi-2020-2024/>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023. Cuiabá: UFMT, 2019. Disponível em: <https://www.ufmt.br/unidade/pdi/pagina/pdi-2019-2023/12121>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS. Plano de Desenvolvimento Institucional 2021-2025. Rondonópolis: UFR, 2020. Disponível em: <https://ufr.edu.br/portal/wp-content/uploads/2020/09/PDI-UFR-2021-2025.pdf>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS. Conselho Universitário. Resolução CONSUNI-UFR nº 104, de 14 de junho de 2024. Institui a Política de Arte, Cultura, Esporte e Lazer da Universidade Federal de Rondonópolis. Rondonópolis, 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE BRASÍLIA. Plano de Desenvolvimento Institucional 2023-2028. Brasília: UnB, 2023. Disponível em: https://planejamento.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=43&Itemid=833.

VIEIRA, P. R. da S.; ATHAYDE, P. F. A. Análise do esporte na política universitária de assistência estudantil na Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB. **Caderno de Educação Física e Esporte**, v. 21, e30692, 2023. DOI: [10.36453/cefe.2023.30692](https://doi.org/10.36453/cefe.2023.30692).

WORLD HEALTH ORGANIZATION *et al.* **Global recommendations on physical activity for health**. Geneva: World Health Organization, 2010. p. 60.

YLLACONZA, J. E. *et al.* Asociación entre el nivel de actividad física y el rendimiento académico en estudiantes de primer año de una universidad peruana. **Retos**, n. 60, p. 704–710, 2024. DOI: <https://doi.org/10.47197/retos.v60.106394>.

ZHAO, G. *et al.* A chain-mediated model of the effect of physical exercise on loneliness. **Scientific Reports**, [S.l.], v. 14, p. 1–12, 2024. DOI: [10.1038/s41598-024-81059-w](https://doi.org/10.1038/s41598-024-81059-w).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como objetivo analisar as políticas públicas de AFL voltadas aos discentes e sua relação com a PS em Universidade Federais localizadas no Centro-Oeste Brasil. Especificamente, objetivou identificar a existência de programas de AFL voltados à PS discente; analisar a origem dos programas de AFL desenvolvidos; analisar as possibilidades e limitações dos programas contribuírem com a PS. Dentre os mecanismos utilizados pelas instituições para o desenvolvimento da prática da AFL e o fomento à PS, evidenciam-se ações relacionadas ao PSTU, ao PNAES e aos programas institucionais.

O PSTU consiste em uma política pública de carácter inovador e inédito no Brasil, por se tratar do único programa federal instituído no contexto universitário, com financiamento específico para o fomento de AFL, destinado prioritariamente aos universitários. Sua estrutura financeira, voltada à aquisição de materiais esportivos e ao custeio de recursos humanos com atualização dos valores ao longo de sua vigência, mostra-se essencial, tanto por oferecer condições adequadas para a vivência das AFL, quanto por disponibilizar orientação com profissionais e estudantes de áreas específicas. Essa estrutura pode resultar em maior satisfação discente na experiência com o lazer e, consequentemente, no aumento do interesse, sobretudo, nas classes socioeconômicas favorecidas. Contudo, ao contrário do que se esperaria de um programa voltado a ampliar as experiências universitárias com AFL e a fomentar sua colaboração na mitigação das desigualdades de acesso, o número de usuários atendidos por núcleo diminuiu, enfraquecendo o potencial de democratização do acesso às AFL enquanto política pública.

Portanto, o PSTU possui potencial para consolidar-se como política pública de AFL para universitários, mas esse potencial é limitado devido à complexidade e aos múltiplos fatores que incidem sobre o tempo social. Frente às mudanças estruturais do programa, como a diminuição dos atendimentos, sua efetividade se mostra restrita. Embora tenha incorporado, desde 2020, objetivos como promoção do desenvolvimento integral, incentivo a estilos de vida ativos e combate ao sedentarismo alinhando-se a uma perspectiva holística e socioambiental da PS, sua implementação segue limitada e descontínua. Em 16 anos, não alcançou metade das universidades federais brasileiras (a maioria atendida por apenas um ano) e enfrenta desafios como a não execução de propostas aprovadas em 2023 e a ausência de novos editais.

Por sua vez, o PNAES surge como importante política pública de financiamento da permanência estudantil, especialmente para alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com a prerrogativa de atendimento prioritário. O PAE, enquanto programa integrante dessa política, incluiu o esporte entre as áreas prioritárias aptas a receber recursos, representando um avanço significativo na etapa de formação da agenda, altamente seletiva e frequentemente excludente. Entretanto, a discricionariedade conferida aos gestores pelas normas que regulamentam o programa permite ajustes conforme as particularidades locais e dos estudantes, somada à cultura política de hierarquização de prioridades típica das políticas públicas brasileiras, fez com que experiências importantes para a vida em comunidade, para o desenvolvimento e para a PS, como aquelas viabilizadas pelas AFL, não recebessem a devida atenção em IEFS do Centro-Oeste.

Embora a discricionariedade seja relevante em sistemas democráticos, no âmbito do PAE ela apresentou implicações negativas que limitam a materialização das AFL como área prioritária. Reconhecendo a pertinência da autonomia universitária e da discricionariedade dos gestores, mas defendendo a necessidade de que normas regulamentadoras de políticas públicas abrangentes, como o PAE, estabeleçam percentuais mínimos de investimento definidos por lei. Dessa forma, garantindo que as oportunidades de vivência em AFL sejam asseguradas em todas as universidades.

Em relação aos programas/projetos institucionais, foram identificadas 24 ações de AFL voltadas à PS discente. Foi possível identificar uma forte heterogeneidade, na qual a UnB concentrou o maior número de ações, enquanto a UFMT e a UFG registraram apenas uma, e a UFCat e a UFJ não apresentaram nenhuma. A maior parte das ações tem como origem os assuntos estudantis, com destaque para a prestação de serviços, especificamente em eventos/torneios e treinos. Quanto aos benefícios, sobressaiu-se a concessão de bolsas. No que tange à dimensão esportiva, predominou a abordagem do lazer, privilegiando inclusão e bem-estar em detrimento do alto rendimento.

A partir dos dados encontrados, é possível concluir que as Universidades Federais da Região Centro-Oeste desenvolvem programas e projetos voltados à prática da AFL e à PS discente, ofertados por meio de benefícios e serviços. Foi evidenciado, uma disparidade no número de projetos entre as instituições, o que indica a ausência de políticas públicas estruturadas e de fontes de financiamento específicas para o fortalecimento da AFL e da PS no contexto universitário. Embora a presença desses programas e projetos seja positiva, a

insuficiência de recursos públicos capazes de atender de forma plena as necessidades de todas as universidades pressiona as instituições a desenvolverem outras áreas, dessa forma, a AFL tem recebido maior atenção em algumas instituições em comparada a outras,

Além disso, cabe ressaltar, que a existência dessas ações representa um avanço importante para a superação de barreiras como a falta de tempo e a carência de infraestrutura adequada presentes na literatura nacional e internacional. O fornecimento de espaços e materiais para a realização das atividades constitui um mecanismo que reduz a probabilidade de não adesão às práticas de AFL. Dessa forma, tais iniciativas contribuem para uma perspectiva crítica da PS em sua abordagem ecológica/socioambiental, favorecendo melhores índices de saúde e promovendo o desenvolvimento integral dos discentes.

O presente estudo contribui para a literatura científica ao aprofundar a compreensão das políticas públicas e institucionais voltadas à AFL e à PS no contexto das universidades federais brasileiras, com foco na região Centro-Oeste, por meio de uma análise documental abrangente de instrumentos normativos e programas. Ainda que as contribuições sejam relevantes, a dissertação apresenta limitações decorrentes da adoção exclusiva de uma abordagem documental, que, embora tenha possibilitado a construção de um panorama amplo das políticas públicas e institucionais de AFL e PS nas universidades federais do Centro-Oeste, restringe a análise às informações de programas, projetos e normativas, sem captar integralmente as dinâmicas, percepções e experiências dos atores envolvidos na formulação, gestão e participação dessas ações.

Para estudos futuros, recomenda-se o aprofundamento da investigação, com acesso a outros documentos institucionais e a utilização de instrumentos como questionários ou entrevistas com estudantes e gestores. A triangulação dessas técnicas com a análise documental poderá ampliar a compreensão sobre as ações de AFL e PS no contexto universitário, fornecendo dados e perspectivas que não puderam ser contemplados na presente dissertação.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Alex Caiçara.; SILVA, Junior Vagner Pereira. *Second Time University Program as a Public Policy: contributions and limitations to physical leisure activities and health promotion*. **Sports**, v. 13, p. 1-15, 2025. DOI: <https://doi.org/10.3390/sports13070207>.
- ALMEIDA, Leandro; SOARES, Ana Paula; FERREIRA, Joaquim Armando G. Transição e adaptação à universidade: apresentação de um questionário de vivências acadêmicas (QVA). 2000. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/12069>. Acesso em: 22 set. 2023.
- ALVES, Regina Ferreira; PRECIOSO, José Alberto Gomes. Exercício físico, sedentarismo e bem-estar dos/as estudantes universitários/as portugueses/as. **Revista Contexto & Saúde**, [S. l.], v. 22, n. 46, p. e13371, 2022. DOI: 10.21527/2176-7114.2022.46.13371.
- AMARAL, Nelson Cardoso. Autonomia e financiamento das IFES: desafios e ações. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), Campinas, v. 13, n. 3, p. 647–680, set./dez. 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772008000300003>
- ANDIFES. O Brasil tem 69 universidades federais: conheça cada uma. 2025. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/2025/01/16/brasil-tem-69-universidades-federais-conheca-cada-uma/>. Acesso em: 27 jan. 2025.
- ANDRADE, Ana Maria Jung; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. **Revista Brasileira de Educação**, [S. l.], v. 22, n. 70, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772017000200014>.
- ANTUNES, Priscilla de Cesaro *et al.* Physical activity recommendations in South America: a decolonial analysis. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 30, p. 1–10, 2025.
- ARÁN, Márcia; PEIXOTO JÚNIOR, Carlos Augusto. Vulnerabilidade e vida nua: bioética e biopolítica na atualidade. **Revista de Saúde Pública**, v. 41, n. 5, p. 849-857, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/6RcKvGsrp7Y4P4Wy8Jrc7zy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 set. 2023.
- ARAÚJO, Luísa; RODRIGUES, Maria de Lurdes. Modelos de análise das políticas públicas. **Sociologia, problemas e práticas**, n. 83, p. 11–35, 2017.
- ARTINGER, Lori *et al.* The Social Benefits of Intramural Sports. **NASPA Journal**, v. 43, n. 1, p. 69-86, 2006. DOI: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.2202/19>.
- AZEVEDO, Luis Gustavo *et al.* Prevalência de ansiedade e depressão, nível de atividade física e qualidade de vida em estudantes universitários da área de saúde. *Revista Científica Multidisciplinar*, [S. l.], v. 5, n. 1, 2020. DOI: <https://doi.org/10.61224/2525-488X.2020.584>
- BARBOSA, Fernando de Holanda. Políticas de governo versus políticas de Estado. **Revista Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, v. 64, n. 9, p. 45–45, 2010.
- BORSATO, Francieli Piva. A configuração da assistência estudantil na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul após a implantação do PNAES. 2015. **Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social)** – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

BOSCATTO, E. C.; DUARTE, M. F. S.; GOMES, M. A. Estágios de mudança de comportamento e barreiras para atividade física em obesos mórbidos. **Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano**, v. 13, n. 5, p. 329-334, set./out. 2011. DOI: <https://doi.org/10.5007/1980-0037.2011v13n5p329>.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 2, p. 73–83, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0102-88392001000200011>.

BRAGA, Antônio Kennedy de Sousa; ALVES, Felipe Rocha; SOUZA, Evanice Avelino de. Percepção de barreiras para prática de atividade física em estudantes do curso de educação física. **Conexões**, Campinas, v. 20, p. e022019, 2022. DOI: 10.20396/conex.v20i00.8664632.

BRASIL. Congresso Nacional. Manual de emendas ao Orçamento da União para 2022. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 27 maio 2024.

BRASIL. Decreto n. 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 maio 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm. Acesso em: 27 maio 2024.

BRASIL. Decreto n. 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 dez. 2017, seção 1.

BRASIL. Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27 fev. 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0200.htm. Acesso em: 27 maio 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2020: notas estatísticas**. Brasília, DF: Inep, 2022.

BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acesso em: 27 maio 2024.

BRASIL. Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 out. 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15172.htm. Acesso em: 27 maio 2024.

BRASIL. Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 nov. 1968. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540.htm. Acesso em: 27 maio 2024.

BRASIL. Lei n. 7.596, de 10 de abril de 1987. Dispõe sobre a retribuição pecuniária dos servidores das instituições federais de ensino, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 abr. 1987. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17596.htm. Acesso em: 27 maio 2024.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 27 maio 2024.

BRASIL. Lei nº 14.914, de 5 de fevereiro de 2024. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 fev. 2024.

BRASIL. Resolução n. 2, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. *Diário Oficial da União*, Brasília, 18 jun. 2007. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN22007.pdf?query=carga%20hor%C3%A1ria. Acesso em: 22 set. 2023.

Buss, P. M., *et al.* Critique on conservative individualistic perspective in health promotion, 2003. DOI:

CAETANO, Eduardo Ferreira da Silva; CAMPOS, Ivete Maria Barbosa Madeira. A autonomia das universidades federais na execução das receitas próprias. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 24, p. e240043, 2019. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782019240043>.

CAMARGO, Edina Maria de; AÑEZ, Ciro Romelio Rodriguez. Diretrizes da OMS para atividade física e comportamento sedentário: num piscar de olhos. Curitiba, PR: Edina De Camargo, 2020.

CARDOSO, Gabriela Resende *et al.* Lazer na universidade: espaços e equipamentos possíveis?. **Licere: Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 23, n. 2, p. 283–308, 2020.

CARVALHO, Fábio Fortunato Brasil. Práticas corporais e atividades físicas na atenção básica do Sistema Único de Saúde: ir além da prevenção das doenças crônicas não transmissíveis. **Movimento**, v. 22, p. 647-658, 2016. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.58174>

CARVALHO, Matheus. **Manual de direito administrativo**. Salvador, BA: JusPODIVM, 2020.

CARVALHO, Tatiane Kelly Pinto de; CARDOSO, Wemerson Gonçalves. Estudantes-trabalhadores: percursos, ingresso e estratégias de permanência no ensino superior. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, [S. l.], p. 05–28, 2022. <https://doi.org/10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/estudantes-trabalhadores>.

CASANOVA, Joana; BERNARDO, Ana.; ALMEIDA, Leandro . Dificuldades na adaptação acadêmica e intenção de abandono de estudantes do 1.º ano do Ensino Superior. **Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación**, La Coruña, v. 8, n. 2, p. 211–228, 2021. DOI:<https://doi.org/10.17979/reipe.2021.8.2.7445>.

CASPERSEN, Carl; POWELL, Kenneth; CHRISTENSON, Gregory. Physical activity, exercise, and physical fitness: definitions and distinctions for health-related research. **Public Health Reports**, v. 100, n. 2, p. 126–131, 1985. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC1424733/pdf/pubhealthrep00100-0016.pdf>. Acesso em 22 fev. 2025.

CASTELLANOS, Fredy Alexander Rodríguez *et al.* Hábitos saludables, motivos y barreras en la realización de actividad física en estudiantes universitarios. **Cuerpo, Cultura y Movimiento**, Bogotá, v. 7, p. 81–102, 2018. DOI: <https://doi.org/10.15332/s2248-4418.2017.0001.05>

CAVALCANTE, Joseneide Franklin. Educação superior. Textos para Discussão, [S. l.], n. 8, p. 57–57, 2000.

CERÓN BEDOYA, Julian David *et al.* Relación entre el nivel de actividad física y el rendimiento académico en estudiantes de una institución universitaria: estudio multicéntrico. **Retos**, Murcia, v. 47, p. 775–782, 2023. DOI: <https://doi.org/10.47197/retos.v47.94795>.

CHALAPUD NARVAEZ, Luz Marina; MOLANO TOBAR, Nancy; ROLDÁN GONZÁLEZ, Elizabeth. Estilos de vida saludable en docentes y estudiantes universitarios. **Retos: Nuevas Tendencias en Educación Física, Deporte y Recreación**, Murcia, n. 44, p. 477–484, 2022. DOI: <https://doi.org/10.47197/retos.v44i0.89342>.

CONTRERAS, Luis Marcel Valenzuela *et al.* Autoestima y hábitos de vida saludable en estudiantes universitarios del área de la salud y pedagogía de una universidad de Santiago de Chile. **Retos: Nuevas Tendencias en Educación Física, Deporte y Recreación**, n. 60, p. 666–671, 2024. DOI: <https://doi.org/10.47197/retos.v60.106162>.

CORRALES-CÓRDOBA, Daniela; RANGEL-ARCOS, María José; VARELA-ARÉVALO, María Teresa. Actividades de ocio y su relación con la salud mental en jóvenes universitarios de Cali, Colombia. **Retos**, v. 59, p. 1018–1025, 2024. DOI: <https://doi.org/10.47197/retos.v59.104601>.

COSTA, Emanuele Vasconcelos; ALBUQUERQUE, Alex Caiçara; SILVA, Junior Vagner Pereira. Extensão universitária e financiamento de projetos relacionados com a Educação Física na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, [S. l.], p. e024040–e024040, 2024. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v19i00.17909>.

CUMILLAF, Andrés Godoy *et al.* Estudio comparativo del comportamiento de movimiento de 24 horas, en estudiantes universitarios de pedagogía en educación física. **Retos**, Murcia, v. 43, p. 177–184, 2022. DOI: <https://doi.org/10.47197/retos.v43i0.87285>.

ASSIS, Anna Carolina Lili *et al.* As políticas de assistência estudantil: experiências comparadas em universidades públicas brasileiras. **Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL**, Florianópolis, v. 6, n. 4, p. 125–146, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1983-4535.2013v6n4p125>.

FERREIRA, Natalia Ingrid de Oliveira; SANABRIA, Daniel Colman; CINTRA, Renato Fabiano. O esporte e o lazer no Programa Nacional de Assistência Estudantil: revisão sistemática da literatura. **Licere: Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 239–275, 2023. DOI:

<https://doi.org/10.35699/2447-6218.2023.45726>.

DELLACASA, Gianmarco; OLIVER, Emily. A case for ‘Collective Physical Activity’: moving towards post-capitalist futures. **Annals of Leisure Research**, v. 27, n. 3, p. 435–453, 2024. DOI: 10.1080/11745398.2023.2208446.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 23. ed. São Paulo: **Atlas**, 2014.

DÍAZ, Javier Rico *et al.* Motivaciones y hábitos de actividad física en alumnos universitarios. **Retos: nuevas tendencias en educación física, deporte y recreación**, n. 36, p. 446–453, 2019. DOI: <https://doi.org/10.47197/retos.v36i36.69906>.

DUMAZEDIER, Joffre. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. São Paulo: SESC, 1980.

DURHAM, Eunice. A autonomia universitária: extensão e limites. São Paulo: **NUPES/USP**, 2005.

EL-GILANY, Abdel-Hady El-Gilany *et al.* Physical activity profile of students in Mansoura University, Egypt. **La Revue de Santé de la Méditerranée Orientale (Eastern Mediterranean Health Journal)**, v. 17, n. 8, p. 694–702, 2011. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/21977573/>.

ELOI, Sueli de Souza Santos *et al.* O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES na Universidade Federal de Viçosa (UFV): uma avaliação na percepção dos beneficiários. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 12, n. 3, p. 106–129, set./dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1983-4535.2019v12n3p106>.

ESTUDANTIS. V Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior. Brasília, DF: **FONAPRACE**, 2019. Disponível em:

<http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/wp-content/uploads/2019/06/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-dos-Estudantes-de-Gradua%C3%A7%C3%A3o-das-U.pdf>.

Acesso em: 22 set. 2023.

FALCI, Mourão Denise.; BELISÁRIO, Soraya Almeida. A inserção do profissional de Educação Física na atenção primária à saúde e os desafios em sua formação. **Comunicação Saúde Educação**, v. 17, n. 47, p. 885-899, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832013005000027>

FAVA, Helder de Lima.; CINTRA, Renato Fabiano. Indicadores na Assistência Estudantil: Análise nas Universidades Federais Brasileiras. **Revista Ciências Administrativas**, v. 28, p. e12649, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5020/2318-0722.2022.28.e12649>.

FÁVERO, Altair Alberto; BECHI, Diego. O financiamento da educação superior no limiar do século XXI: o caminho da mercantilização da educação. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, v. 3, n. 1, p. 90–113, 2017. DOI: 10.22348/riesup.v3i1.7688.

FERREIRA, Brenda Rosa. Os impactos da olimpíada universitária da UFU no estilo de vida, prática esportiva e utilização do espaço da universidade na visão de estudantes e gestores. 2021.

Ferreira, Marcos Santos.; Castiel, Luis David. Which empowerment, which Health

Promotion? Conceptual convergences and divergences in preventive health practices. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 25, n. 1, p. 68–76, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2009000100007>.

FERREIRA, Natalia Ingrid de Oliveira; CINTRA, Renato Fabiano. O orçamento do PNAES e a “fatia” do esporte e lazer nas universidades federais brasileiras: mais do mesmo!?. *Revista de Gestão e Secretariado*, [S. l.], v. 14, n. 9, p. 15912–15938, 2023. DOI: <https://doi.org/10.7769/gesec.v14i9.2194>.

FERREIRA, Natalia Ingrid de Oliveira; SANABRIA, Daniel Colman; CINTRA, Renato Fabiano. O esporte e o lazer no Programa Nacional de Assistência Estudantil: revisão sistemática da literatura. **Licere: Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 239–275, 2023. DOI: <https://doi.org/10.35699/2447-6218.2023.45726>.

FLORINDO, Alex Antonio *et al.* Prática de atividades físicas e fatores associados em adultos, Brasil, 2006. **Revista de Saúde Pública**, [S. l.], v. 43, n. 2, p. 65–73, nov. 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-89102009000900009>.

FONTELES, Samuel Sales. Direitos fundamentais. Salvador: **Juspodivm**, 2024.

FONTES, Ana Cláudia Dias; VIANNA, Rodrigo Pinheiro Toledo. Prevalência e fatores associados ao baixo nível de atividade física entre estudantes universitários de uma universidade pública da região Nordeste-Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 12, p. 20–29, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1415-790X2009000100003>.

FORRESTER, Scott. The Benefits of Campus Recreation. Corvallis, OR: **NIRSA**, 2014. Disponível em: <https://nirsa.net/portfolio-items/forrester-2014/>. Acesso em: 22 set. 2023.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. V Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior. Brasília, DF: **FONAPRACE**, 2019. Disponível em: <http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/wp-content/uploads/2019/06/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioecono%CC%82mico-dos-Estudantes-de-Graduac%CC%A7a%CC%83o-das-U.pdf>. Acesso em: 22 set. 2023.

GAO, Xuejiao *et al.* Predictive model of the relationship between social support, body image perception, and physical activity among university students. **Humanities and Social Sciences Communications**, v. 12, n. 1, p. 1–8, 2025. DOI: 10.7910/dvn/m3pzri.

GAO, Zhendong *et al.* Exploring the role of social capital in enhancing physical activity among college and university students: a systematic review. **Plos One**, v. 19, n. 11, p. e0314610, 2024. DOI: 10.1371/journal.pone.0314610.

GASPAROTTO, Guilherme da Silva.; PACÍFICO, Ana.; CAMARGO, Edina; CAMPOS, Wagner. Mudanças em comportamentos relacionados à saúde e indicadores metabólicos em universitários entre 2011 e 2014. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, [S. l.], v. 22, n. 5, p. 471–478, 2018. DOI: 10.12820/rbafs.v.22n5p471-478.

GASPAROTTO, Guilherme da Silva; CAMPOS, Wagner. Fatores de risco associados à prática de atividade física de universitários no início e final da graduação. **Revista Brasileira**

de Educação Física e Esporte, [S. l.], v. 32, n. 4, p. 547–557, 2018. DOI: 10.11606/issn.1981-4690.v32i4p547-557.

GASPAROTTO, Guilherme *et al.* Mudanças em comportamentos relacionados à saúde e indicadores metabólicos em universitários entre 2011 e 2014. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, [S. l.], v. 22, n. 5, p. 471–478, 2017.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: **Atlas**, 2002. 173 p.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: **Atlas**, 2010.

GODOY-CUMILLAF, Andrés *et al.* Estudio comparativo del comportamiento de movimiento de 24 horas, en estudiantes universitarios de pedagogía en educación física. **Retos: nuevas tendencias en educación física, deporte y recreación**, v. 43, n. 1, p. 177–184, 2022. DOI: <https://doi.org/10.47197/retos.v43i0.87285>.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: um princípio necessário. **Perspectiva**, [S. l.], v. 33, n. 3, p. 1229–1256, 2015. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2015v33n3p1229>.

GOVEIA, Jean Carlos de *et al.* Nível de atividade física e fatores associados em estudantes universitários pós-pandemia de COVID-19. **Retos: Nuevas Tendencias en Educación Física, Deporte y Recreación**, n. 62, p. 161–170, 2025. DOI: <https://doi.org/10.47197/retos.v62.107943>.

GUEDES, Dartagnan Pinto; LEGNANI, Rosimeide Francisco Santos; LEGNANI, Elto. Exercise motives in a sample of Brazilian university students. **Motriz: Revista de Educação Física**, v. 19, p. 590–596, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1980-65742013000300009>.

HAN, Xu Haozhen Li *et al.* Physical activity enhances college students' mental health through social adaptability and exercise behavior chain mediation. **Scientific Reports**, v. 15, n. 1, p. 21127, 2025. DOI: [10.1038/s41598-025-07791-z](https://doi.org/10.1038/s41598-025-07791-z).

HEIDEMANN, Francisco G. Do sonho do progresso às políticas de. In: HÖFLING, Eloisa de Mattos (org.). Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. **Cadernos Cedes**, [S. l.], v. 21, n. 55, p. 30–41, nov. 2001. FapUNIFESP (**SciELO**). <https://doi.org/10.1590/s0101-32622001000300003>.

IGUE, Érica Aparecida; BARIANI, Isabel Cristina Dib; MILANESI, Pedro Vitor Barnabé. Vivência acadêmica e expectativas de universitários ingressantes e concluintes. **Psico-USF**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 155–164, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-82712008000200003>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), org. Práticas de esporte e atividade física, 2015: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo da educação superior 2013: resumo técnico. Brasília, DF: **INEP**, 2015.

JANUARIO, Rafael Guimarães; NELSON, Aline Virgínia Medeiros; MEDEIROS, Marcos Fernando Machado de. Mapeamento das ações de assistência estudantil realizadas pelas universidades federais na gestão do PNAES. **Revista Meta: Avaliação**, v. 16, n. 52, p. 679–705, 2024. DOI: 10.22347/2175-2753v16i52.4436.

JETZKE, M.; MUTZ, M. Sport for pleasure, fitness, medals or slenderness? Differential effects of sports activities on well-being. **Applied Research in Quality of Life Online First**, v. 15, p. 1519-1534, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11482-019-09753-w>

KAJI, A. K. *et al.* Desenvolvimento de um programa de mentoria por pares estudantis: um relato de experiência. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 45, supl., e107, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5271v45.supl.1-20210117>.

KINGDON, John W. *Agendas, alternatives, and public policies*. 2nd ed. New York: HarperCollins College Publisher, 1995.

KNUTH, Allan.; ANTUNES, Priscilla de Cesaro. Práticas corporais/atividades físicas demarcadas como privilégio e não escola: análise à luz das desigualdades brasileiras. **Saúde Sociedade**, v. 30, n. 2, e200363, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021200363>.

LEÓN, María Valentina Suárez *et al.* Calidad de vida y actividad física en estudiantes universitarios relacionados con el desarrollo de enfermedades crónicas no transmisibles. **Retos: Nuevas Tendencias en Educación Física, Deporte y Recreación**, n. 62, p. 1085–1096, 2025. DOI: <https://doi.org/10.47197/retos.v62.110725>.

LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos; MALANGE, Fernando Cezar Vieira; BORGES, Luiz Francisco. Implicações do SiSU no processo de democratização do acesso à educação superior: o caso da Unemat. **Acta Scientiarum. Education**, [S. l.], v. 40, n. 1, p. 37656, 2018. DOI: <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v40i1.37656>.

LIMA, Wandilson Alisson Silva; FERREIRA, Liliane Caraciolo. Mapeamento e avaliação das políticas públicas de assistência estudantil nas universidades federais brasileiras. **Revista Meta: Avaliação**, v. 8, n. 22, p. 116–148, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.22347/2175-2753v8i22.870>.

LIMA, Waner Gonçalves. Política pública: discussão de conceitos. **Revista Interface** (Porto Nacional), n. 5, 2012. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/interface/article/view/370>. Acesso em: 4 jun. 2023.

LIU, Yanying *et al.* Effect of physical exercise on social adaptability of college students: chain intermediary effect of social-emotional competency and self-esteem. **Frontiers in Psychology**, v. 14, 1120925, 2023. DOI: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2023.1120925>.

LO, Wei-Cheng *et al.* Impact of healthy lifestyle factors on life expectancy and lifetime health care expenditure: nationwide cohort study. **JMIR Public Health and Surveillance, Toronto**, v. 10, e57045, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.2196/57045>.

LUCK, Heloisa. Gestão educacional: estratégia para a ação global e coletiva no ensino. In: Educação: caminhos e perspectivas. Curitiba: Champagnat, 1996. v. 19, p. 96.

MACDONALD, Theodore. Rethinking health promotion: a global approach. **Routledge**,

2012.

MAIA, Aritan Borges Avila. Processo orçamentário para 2022: manual de emendas ao Orçamento da União para 2022. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao>. Acesso em: 2 jun. 2024.

MARCELINO, Nelson C. Academias de ginástica como opção de lazer. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 11, n. 2, p. 49–54, 2003.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. São Paulo: **Atlas**, 2002.

MARTINELLI, Isabella Machado de Goes; RIBEIRO, Leonardo Silva; SILVA, Junior Vagner Pereira. Vida universitária e atuação do associativismo no lazer estudantil. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 45, e20220099, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/rbce.44.e20220099>.

MASCARENHAS, Fernando. Lazer e utopia: limites e possibilidades de ação política. **Movimento**, v. 11, n. 3, p. 155–182, 2005.

MELO, Alexandre *et al.* Nível de atividade física dos estudantes de graduação em Educação Física da Universidade Federal do Espírito Santo. **Journal of Physical Education**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 2723, 12 maio 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/jphyseduc.v27i1.2723>.

MENDES-NETTO, Raquel Simões *et al.* Nível de atividade física e qualidade de vida de estudantes universitários da área de saúde. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde - USCS**, [S. l.], v. 10, n. 34, p. 47–55, 1 abr. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.13037/rbcs.vol10n34.1802>.

MENDONÇA, Angela Maria Moreira Canuto *et al.* Perspectiva dos discentes de Medicina de uma universidade pública sobre saúde e qualidade de vida. **Revista Brasileira de Educação Médica**, [S. l.], v. 43, n. 1, supl. 1, p. 228–235, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5271v43suplemento1-20190043>.

MIELKE, Grégoire Iven *et al.* Atividade física e fatores associados em universitários do primeiro ano da Universidade Federal de Pelotas. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 15, n. 1, p. 57–64, 2010. DOI: [10.12820/rbafs.v.15n1p57-64](https://doi.org/10.12820/rbafs.v.15n1p57-64).

MIRANDA, Iuri Scremin.; LORENO, Leonardo Tavares Corado.; COSTA, Felipe Rodrigues. College athletes' double shift: perspectives to conciliate study and training at the university of Brasília. **Movimento**, v. 26, p. e26059, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.100344>.

MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro; ANDRADE, Fernando César Bezerra de. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**, [S. l.], v. 14, n. 41, p. 269–280, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782009000200006>.

MORENO, Luis Moral; DOMINGO, Begoña García; FERRO, Elizabeth Flores. Barreras para realizar actividad física de estudiantes universitarios en postpandemia: un estudio comparativo España–Chile. **Retos: Nuevas Tendencias en Educación Física, Deporte y Recreación**, n. 62, p. 587–598, 2025. DOI: <https://doi.org/10.47197/retos.v62.109757>.

MOTA, Alice Agnes Spíndola; PIMENTEL, Sidiany Mendes; MOTA, Marta Romilda Spíndola. Expressões de sofrimento psíquico de estudantes da Universidade Federal do Tocantins. *Educação e Pesquisa*, [S. l.], v. 49, p. e254990, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202349254990>.

MUÑOZ DONOSO, Diego *et al.* Nivel de actividad física y estrés académico percibido por estudiantes universitarios del área de salud durante el periodo de exámenes. **Retos: Nuevas Tendencias en Educación Física, Deporte y Recreación**, [S. l.], n. 49, p. 22–28, 2023. DOI: <https://doi.org/10.47197/retos.v49.98037>.

MUNOZ STRALE, Catalina *et al.* Condición física, actividad física y calidad de vida en estudiantes universitarios chilenos. **Retos: Nuevas Perspectivas de Educación Física, Deporte y Recreación**, v. 56, 2024. DOI: <https://doi.org/10.47197/retos.v56.104184>.

MUTZ, Michael; REIMERS, Anne K.; DEMETRIOU, Yolanda. Leisure time sports activities and life satisfaction: deeper insights based on a representative survey from Germany. **Applied Research in Quality of Life**, [S. l.], v. 16, n. 5, p. 2155–2171, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11482-020-09866-7>.

NARVAEZ, Luz Marina Chalapud; TOBAR, Nancy Molano; GONZÁLEZ, Elizabeth Roldán. Estilos de vida saludable en docentes y estudiantes universitarios. **Retos: nuevas tendencias en educación física, deporte y recreación**, n. 44, p. 477–484, 2022. DOI: <https://doi.org/10.47197/retos.v44i0.89342>.

NORAMBUENA, Javier Andrés Mella *et al.* Variables sociocognitivas y su relación con la actividad física en estudiantes universitarios chilenos. **Retos**, [S. l.], v. 40, p. 76–85, 2021. DOI: <https://doi.org/10.47197/retos.v1i40.77921>.

NORMAN, Paul.; CONNER, Mark. Health Behavior. Reference Module in Neuroscience and Biobehavioral Psychology. [S.l.]: Elsevier, 2017. Doi: <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-809324-5.05143-9>.

OLIVEIRA, Eliany Nazaré *et al.* Benefícios da atividade física para saúde mental. **Saúde Coletiva**, v. 8, n. 50, p. 126–130, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/comocitar.ou?id=84217984006>. Acesso em: 25 nov. 2024.

OLIVEIRA, Fernando Andrade de. A administração pública na Constituição de 1988. **Revista de Direito Administrativo**, [S. l.], v. 184, p. 1–24, 1991. DOI: <https://doi.org/10.12660/rda.v184.1991.44307>.

OLIVEIRA, Marco Antonio Moreira de; DEUS, Lidiane Alves de; CAMPOS, Marilene de Souza. Avaliação do PNAES sobre a permanência de estudantes beneficiados em um campus universitário público federal. **Revista Eletrônica de Educação**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. e6043126, 2024. DOI: [10.14244/reveduc.v18i1.6043](https://doi.org/10.14244/reveduc.v18i1.6043).

OTRANTO DIAS. *et al.* Prevalência e fatores associados à obesidade abdominal em universitários. **Ensaio e Ciência: Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde**, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 171–177, 2022. DOI: [10.17921/1415-6938.2022v26n2p171-177](https://doi.org/10.17921/1415-6938.2022v26n2p171-177).

PAIVA, José.; MARCELLINO, Nelson. Carvalho. Possibilidades para a extensão universitária a partir de uma política de lazer nas faculdades de educação física. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 12, n. 1, p. 85-90, 2004. DOI:

<https://doi.org/10.18511/rbcm.v12i1.547>.

PATE, Russell. *et al.* Physical activity and public health: a recommendation from the Centers for Disease Control and Prevention and the American College of Sports Medicine. **JAMA**, v. 273, n. 5, p. 402–407, 1995. DOI: <https://doi.org/10.1001/jama.1995.03520290054029>.

PEÑARRUBIA-LOZANO, Carlos *et al.* El desafío como estrategia para la promoción de actividad física en universitarios (Challenge as a strategy to promote physical activity in university students). **Retos**, [S. l.], n. 39, p. 58–64, 2020. DOI: <https://doi.org/10.47197/retos.v0i39.78228>.

PEREIRA, Brida de Assis; SILVA, Luciano Pereira da. Análise das políticas de lazer e esporte nas universidades públicas federais de Minas Gerais a partir dos documentos norteadores. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 67–87, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/27007>. Acesso em: 16 jan. 2025.

PEREIRA, Naira Michelle Alves; SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Uma reflexão sobre políticas públicas: fundamentos de origem e percepções conceituais. **Revista Interface – UFRN/CCSA**, [S. l.], v. 11, n. 1, 2014. Disponível em: <https://ojs.ccsa.ufrn.br/index.php/interface/article/view/442>. Acesso em: 23 ago. 2024.

PERES, Fabio de Faria; MELO, Victor Andrade de. Lazer, promoção da saúde e espaços públicos: encontros e desencontros. In: GOMES, Ione; MARCHI JÚNIOR, Waldir (org.). **Lazer e promoção da saúde: políticas públicas, vivências e espaços**. Campinas: Autores Associados, 2010. p. 62–74.

PIGGIN, Joe. What is physical activity? A holistic definition for teachers, researchers and policy makers. **Frontiers in Sports and Active Living**, [S. l.], v. 2, p. 1–7, 18 jun. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.3389/fspor.2020.00072>.

PINHO, Rodrigo César R. Direito constitucional: teoria geral da constituição e direitos fundamentais. 19. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p. 15. ISBN 9786553623682. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553623682/>. Acesso em: 18 fev. 2025.

PINILLOS PATIÑO, Yisel *et al.* Estilo de vida en adultos jóvenes universitarios de Barranquilla, Colombia: diferencias según sexo y estatus socioeconómico. **Retos: Nuevas Tendencias en Educación Física, Deporte y Recreación**, [S. l.], n. 43, p. 979–987, 2022. DOI: <https://doi.org/10.47197/retos.v43i0.87335>.

PINTO, André *et al.* Barreiras percebidas para a prática de atividade física entre universitários de Educação Física. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 22, n. 1, p. 66–75, 2017. DOI: <https://doi.org/10.12820/rbafs.v.22n1p66-75>.

PINTO, Arthur Roberto Pereira *et al.* Manual de contabilidade aplicada ao setor público. [S. l.: s. n.], 2023. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/propladi/files/2024/03/mcasp-10a-edicao.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2024.

PITANGA, Francisco José Gondim. **Epidemiologia, atividade física e saúde**. [S. l.]: [s. n.], 2002.

RAMOS, Anny Palloma Queiros *et al.* Prevalência e fatores associados à prática de atividade física entre universitários da saúde. **Revista de Atenção à Saúde**, v. 17, n. 59, 2019. DOI: <https://doi.org/10.13037/ras.vol17n59.5728>.

RANGEL CABALLERO, Luis Gabriel; ROJAS SÁNCHEZ, Lyda Zoraya; GAMBOA DELGADO, Edna Magaly. Sobre peso y obesidad en estudiantes universitarios colombianos y su asociación con la actividad física. **Nutrición Hospitalaria**, Madrid, v. 31, n. 2, p. 629–636, mar./abr. 2015. DOI: <https://dx.doi.org/10.3305/nh.2015.31.2.7757>.

RIBEIRO, Maria de Fátima. Efetivação de políticas públicas: uma questão orçamentária. **Revista Argumentum – Argumentum Journal of Law**, v. 12, p. 77–102, 2011.

RICO-DÍAZ, Javier *et al.* Motivaciones y hábitos de actividad física en alumnos universitarios. **Retos**, [S. l.], n. 36, p. 446–453, 2019. DOI: <https://doi.org/10.47197/retos.v36i36.69906>.

RODRIGUES, Bráulio Brandão *et al.* Aprendendo com o imprevisível: saúde mental dos universitários e educação médica na pandemia de Covid-19. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, v. 44, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5271v44.supl.1-20200404>.

RODRIGUES, Rejane Penna; MARCELLINO, Nelson Carvalho. O lazer nas políticas públicas participativas de Porto Alegre: estudo das gestões municipais de 1994 a 2004. **Licere: Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 14, n. 3, 2011. DOI: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2011.760>.

ROVER, Oscar José; CESARO, Francieli de. Representatividade de segmentos sociais mais vulneráveis em políticas de desenvolvimento regional. [S. l.]: [s. n.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.unisc.br/site/sidr/2008/textos/110.pdf>. Acesso em: 22 set. 2023.

RUA, Maria das Graças. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. 2009.

SANTOS, Adaires Eliane Dantas; LIRA, Terçália Suassuna Vaz. Crise, recrudescimento do neoliberalismo e seus reflexos no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 55, p. 261–286, 2023. Disponível 4m: <https://www.redalyc.org/journal/5522/552273594012/html/>. Acesso em: 22 set. 2023.

SANTOS, Fernando *et al.* The health-physical activity entanglement in a neoliberal landscape: alternative possibilities for inquiry. **Critical Public Health**, v. 35, n. 1, p. 2524011, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1080/09581596.2025.2524011>.

SANTOS, Sueyla *et al.* Prevalence and factors associated with leisure time physical activity: survey repeated in university students. **Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano**, v. 18, n. 5, p. 577–590, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5007/1980-0037.2016v18n5p577>.

SARAVIA, Enrique *et al.* Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, Enrique *et al.* (org.). Políticas públicas. Brasília: Enap, 2006. p. 1–313. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3132>. Acesso em: 24 maio 2023.

SCABAR, Thaís Guerreiro.; PELICIONI, Andrea Focesi.; PLLICIONI, Maria Cecília Focesi. Atuação do profissional de Educação Física no Sistema Único de Saúde: uma análise a partir da Política Nacional de Promoção da Saúde e das Diretrizes no Núcleo de Apoio á

Saúde a Família. **Health Sci Institution**, v. 30, n. 4, p. 411-418, 2012. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-673924>. Acesso em: 22 set. 2023.

SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010. 133 p.

SECCHI, Leonardo; COELHO, Fernando de Souza; PIRES, Valdemir. Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos. São Paulo: **Cengage**, 2020.

SECCHI, Leonardo; COELHO, Fernando de Souza; PIRES, Valdemir. Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2021.

SEGENREICH, Stella Cecilia Duarte; CASTANHEIRA, Antonio Mauricio. Expansão, privatização e diferenciação da educação superior no Brasil pós-LDBEN/96: evidências e tendências. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 17, n. 62, p. 55–86, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362009000100004>.

SERINOLLI, Mario Ivo; EL-MAFARJEH, Elias. Impacto da prática de atividade física na qualidade de vida dos acadêmicos de Medicina da Universidade Nove de Julho (Uninove). **ConScientiae Saúde**, v. 14, n. 4, p. 627–633, 2015. DOI: 10.5585/conssaude.v14n4.5958.

SERRA, Fernanda Neves Tavares *et al.* Las inversiones de las universidades federales brasileñas contribuyen al desempeño: evidencias sobre los destinos de los recursos del Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 29, e024033, 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-57652024v29id28792533>.

SILVA, Antônio Lucas Farias *et al.* Percepção da qualidade de vida e prevalência de sintomas de depressão em universitários. **Revista de Casos e Consultoria**, v. 12, n. 1, p. e25958–e25958, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/casoseconsultoria/article/view/25958>. Acesso em: 24 maio 2023.

SILVA, Bruno Costa; ABRAO, Kelber Ruhena. Reflexões teóricas sobre lazer e promoção da saúde no contexto da gestão de políticas públicas. **Educação e Justiça Social**, v. 10, n. 17, 2023. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/6124>. Acesso em: 24 maio 2023.

SILVA, Junior Vagner Pereira.; Atividades Físicas de Lazer sistematizadas assíncronas em período de pandemia COVID-19. **Retos**, v. 46, p. 552–564, 2022a. DOI: <https://doi.org/10.47197/retos.v46.93193>.

SILVA, Junior Vagner Pereira.; Avaliação do programa segundo tempo universitário em uma universidade federal em Campo Grande/MS/Brasil. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 43, p. e009621, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/rbce.43.e009621>.

SILVA, Junior Vagner Pereira da.; Programas nacionais de atividades físicas em Universidades Federais brasileiras e relações com o lazer. *Movimento*, p. e28044–e28044, 2022b. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.122918>.

SILVA, Junior Vagner Pereira.; REVERDITO, Riller Silva Ensino superior e fatores influenciadores à permanência e evasão no Programa Segundo Tempo Universitário. **Retos**, v. 49, p. 105–114, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.47197/retos.v49.98218>.

SILVA, Junior Vagner Pereira da; UNGHERI, Bruno Ocelli. Implementação do PELC em contexto universitário: participação popular, possibilidades e limitações ao esporte e lazer estudantil. **Retos: nuevas tendencias en educación física, deporte y recreación**, n. 47, p. 400-407, 202. DOI: <https://doi.org/10.47197/retos.v47.95627>.

SILVA, Junior Vagner Pereira da. Parques esportivos como espaço de e lugar de in (ex)clusão de pessoas com deficiência física e visual. 2014. 285 f. **Tese (Doutorado em Educação Física)** – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2014.

SILVA, Junior Vagner Pereira; UNGHERI, Bruno Ocelli. Implementação do PELC em contexto universitário: participação popular, possibilidades e limitações ao esporte e lazer estudantil. **Retos: Nuevas Tendencias en Educación Física, Deporte y Recreación**, n. 47, p. 400-407, 2023. DOI: <https://doi.org/10.47197/retos.v47.95627>.

SILVA, Maria Ozanira da Silva *et al.* Avaliação de políticas e programas sociais: uma reflexão sobre o conteúdo teórico e metodológico da pesquisa avaliativa. In: Pesquisa avaliativa: aspectos teóricos metodológicos. São Paulo: **Veras Editora**; São Luís, MA: GAEPP, 2008.

SILVA, Rafaela Pinheiro *et al.* Análise do estilo de vida e fatores associados de estudantes universitários. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 3, p. 33139-33152, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-52712015v43n1RB20170143>.

SILVA, Rodrigo Sinnott *et al.* Atividade física e qualidade de vida. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, p. 115-120, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232010000100017>.

SINGH, Ben *et al.* Time to Form a Habit: A Systematic Review and Meta-Analysis of Health Behaviour Habit Formation and Its Determinants. In: **Healthcare**. Multidisciplinary Digital Publishing Institute, 2024. p. 2488. DOI: 10.3390/healthcare12232488.

SOARES, Thiago Coelho *et al.* Reuni e as fontes de financiamento das universidades federais brasileiras. [S. l.], 2009. Disponível em: https://core.ac.uk/outputs/30355526/?utm_source=pdf&utm_medium=banner&utm_campaign=pdf-decoration-v1. Acesso em: 23 ago. 2024.

SOUSA, Thiago Ferreira.; FONSECA, Silvio Aparecido; BARBOSA, Aline Rodrigues. Perceived barriers by university students in relation to the leisure-time physical activity. **Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano**, v. 15, n. 2, p. 164-173, 2013. DOI: <https://doi.org/10.5007/1980-0037.2013v15n2p164>.

SOUSA, Thiago Ferreira de; JOSÉ, Helma Pio Mororó; BARBOSA, Aline Rodrigues. Condutas negativas à saúde em estudantes universitários brasileiros. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, p. 3563-3575, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013001200013>.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=html>. Acesso em: 23 ago. 2024.

SOUZA, Elza Maria de; GRUNDY, Emily. Promoção da saúde, epidemiologia social e capital social: inter-relações e perspectivas para a saúde pública. **Cadernos de saúde Pública**, v. 20,

n. 5, p. 1354-1360, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2004000500030>.

STIGGER, Marco Paulo *et al.* In: FRAGA, Alex Branco *et al.* (org.). **Políticas de lazer e saúde em espaços urbanos**. Porto Alegre: Gênese, 2009. p. 36–51. (Série Esporte, Lazer e Saúde).

TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira *et al.* Adaptação à universidade em jovens calouros. **Psicologia escolar e educacional**, v. 12, p. 185-202, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-85572008000100013>.

TOTI, Thamires Gomes; BASTOS, Felipe Antonio; RODRIGUES, Phillipe Ferreira. Fatores associados à ansiedade e depressão em estudantes universitários do curso de educação física. **Revista Saúde Física & Mental**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 21–30, 2018. DOI: 10.34119/bjhrv3n5-259.

TSAUR, Sheng-Hshiong *et al.* Leisure crafting: scale development and validation. **Leisure Sciences**, [S. l.], v. 45, n. 1, p. 71–91, 2023. DOI: 10.1080/01490400.2020.1783728.

TUBINO, Manoel José Gomes. **O que é esporte?** São Paulo: Brasiliense, 1991.

TUDE, João Martins; FERRO, Daniel dos Santos; SANTANA, Fabio Pablo. Conceitos gerais de políticas públicas. In: TUDE, João Martins; FERRO, Daniel dos Santos; SANTANA, Fabio Pablo. **Gestão de políticas públicas**. Rio de Janeiro: IESDE Brasil, 2015. p. 1–34. Disponível em: http://arquivostp.s3.amazonaws.com/qcursos/livro/LIVRO_gestao_de_politicas_publicas.pdf. Acesso em: 2 jun. 2023.

SILVA, Júnior Vagner Pereira da.; REVERDITO, Riller Silva. Educación superior y factores que influyen en la permanencia y la evasión en el Programa Segundo Tempo Universitario. **Retos**, [S. l.], v. 49, p. 105–114, 2023. DOI: 10.47197/retos.v49.98218.

VARELA, Maria Teresa. *et al.* Actividad física y sedentarismo en jóvenes universitarios de Colombia: prácticas, motivos y recursos para realizarlas. **Colombia Médica**, v. 42, n. 3, p. 269–277, 2011. DOI: 10.25100/cm.v42i3.872.

VERDI, Marta; CAPONI, Sandra. Reflexões sobre a promoção da saúde numa perspectiva bioética. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 14, p. 82-88, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072005000100011>.

VIEIRA, Pablo Rogério da Silva; ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone. Análise do esporte na política universitária de assistência estudantil na Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB. **Caderno de Educação Física e Esporte**, v. 21, n. 1, p. 16, 2023.

VIEIRA, Valéria Rieger; SILVA, Junior Vagner Pereira da. Barreiras à prática de atividades físicas no lazer em usuários de transporte público de Campo Grande/MS. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 43, p. e005821, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/rbce.43.e005821>.

WANG, Xiaolin *et al.* Social support and physical activity in college and university students: a meta-analysis. **Health Education & Behavior**, v. 51, n. 4, p. 533–543, 2024.

WEBB, Evan.; FORRESTER, Scott. Affective Outcomes of Intramural Sport Participation.

Recreational Sports Journal, v. 39, n. 1, p. 69-81, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1123/rsj.2015-0006>

WORLD HEALTH ORGANIZATION *et al.* Global recommendations on physical activity for health. Geneva: World Health Organization, 2010. p. 60.

WORLD HEALTH ORGANIZATION *et al.* Physical activity and sedentary behaviour: a brief to support older people. Geneva: World Health Organization, 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Guidelines on physical activity and sedentary behaviour: at a glance. Geneva: **World Health Organization**, 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Guidelines on physical activity and sedentary behaviour: at a glance. Geneva: WHO, 2020.

XU HAN, Haozhen Li. *et al.* Physical activity enhances college students' mental health through social adaptability and exercise behavior chain mediation. **Scientific Reports**, v. 15, p. 21127, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41598-025-07791-z>.

YLLACONZA, Javier Eduardo Curo *et al.* Asociación entre el nivel de actividad física y el rendimiento académico en estudiantes de primer año de una universidad peruana. **Retos: Nuevas Tendencias en Educación Física, Deporte y Recreación**, n. 60, p. 704–710, 2024.

ZAMAI, Carlos Aparecido *et al.* Atividade física na promoção da saúde e da qualidade de vida: contribuições do Programa Mexa-se Unicamp. In: _____. Políticas públicas: qualidade de vida e atividade física. Campinas: IPES, 2011. p. 179–193.